
DEFENSORIA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES



ANADEP
Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos



ENADEP
Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos do Brasil

ORGANIZADORAS

Jeane Magalhães Xaud

Ludmilla Paes Landim

Rivana Barreto Ricarte de Oliveira



DEFENSORIA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES



**BRASÍLIA 2020
@2020 ANADEP**

ORGANIZADORAS

Jeane Magalhães Xaud
Ludmilla Paes Landim
Rivana Barreto Ricarte de Oliveira

EDIÇÃO

René Klemm / Bah! Comunicação

REVISÃO

Renato Deitos

D313 Defensoria pública : reflexões sobre os direitos das mulheres [recurso eletrônico] / Organizadoras, Jeane Magalhães Xaud, Ludmilla Paes Landim, Rivana Barreto Ricarte de Oliveira ; revisão: Renato Deitos. – Brasília : ANADEP, 2020.

ISBN 978-65-88023-00-6

1. Direitos das mulheres. 2. Defensorias públicas. I. Xaud, Jeane Magalhães. II. Landim, Ludmilla Paes. III. Oliveira, Rivana Barreto Ricarte de.

CDU 34

Catálogo na publicação: Karin Lorien Menoncin - CRB 10/2147

APRESENTAÇÃO

A Defensoria Pública é instituição permanente, expressão e instrumento do regime democrático que garante acesso à Justiça e os direitos do(a) cidadão(ã) brasileiro(a), conforme consta no art. 1º da Lei complementar nº 80/94, com as modificações introduzidas pela Lei nº 132/09, bem como pela Emenda Constitucional nº 80/2014. Em todo o país, defensoras públicas e defensores públicos atuam na orientação jurídica, na promoção de direitos humanos e no ingresso de ações judiciais, quando necessário.

Dentre uma das principais funções institucionais da Defensoria Pública, elenca-se o de exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidade especiais, da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que merecem proteção especial do estado (art. 4º, XI, LC nº 80/94).

Tradicionalmente, há 12 anos, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), entidade representativa de mais de 6 mil associados e associadas das 27 unidades da Federação, lança, em maio - mês alusivo ao Dia Nacional da Defensoria Pública e da Defensora e Defensor Público, a Campanha Nacional Anual. A cada ano é escolhida uma nova temática, com o objetivo de apresentar à população o trabalho da Defensoria e também fomentar o debate institucional.

Em 2019, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), lançou, com o apoio do Colégio de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) a Campanha Institucional Anual de Educação em Direitos EM DEFESA DELAS - DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.

A Defensoria Pública no Brasil possui cerca de 6189 defensoras e defensores públicos na ativa, dos quais 52% são mulheres. Na defesa dos direitos das mulheres, a atuação da Defensoria pode ocorrer em diversas temáticas, tais como: no atendimento às mulheres em situação de rua, às mulheres encarceradas, às mulheres migrantes, e no enfrentamento à violência doméstica e familiar, bem como à violência obstétrica. Defensoras e Defensores operam também sobre outros tipos de opressões, a exemplo do racismo, e das diversas discriminações e violências de gênero suportada pelas mulheres.

A experiência diária de Defensoras e Defensores Públicos, somada à sua produção acadêmica sobre a instituição e assuntos do nosso interesse, oferece subsídios doutrinários diferenciados por apontarem com exatidão quais os efetivos problemas, soluções e questionamentos da própria Defensoria Pública, todos eles, sempre, voltados aos usuários dos nossos serviços.

Reunimos neste e-book artigos de colegas de vários estados da Federação justamente com o intuito de colaborar e oferecer subsídio crítico sobre a atuação em torno da defesa dos direitos das mulheres.

A ANADEP e a Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP) esperam contribuir, através deste democrático instrumento ao alcance de todos, com a superação de mais estes desafios e reiteram seu compromisso com o respaldo incondicional à atuação das Defensoras e dos Defensores Públicos brasileiros, em todos os seus aspectos, porque disso também depende a garantia dos direitos da população multivulnerável do nosso País. Ótima leitura a todas e todos!

Brasília, junho de 2020.



PEDRO PAULO COELHO

Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

PREFÁCIO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tem a 5ª maior taxa de feminicídio do mundo. A cada duas horas uma mulher é assassinada no país. A maioria das mulheres foram assassinadas por seus companheiros e ex-companheiros ou por parentes próximos. Grande parte dos casos ocorreu em casa. Só em 2018 foram mais de 90 mil denúncias referentes a agressão física, psicológica, sexual, moral e cárcere privado.

Para ajudar a prevenir e combater esta realidade, em maio de 2019, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), lançou, com o apoio das Associações Estaduais e com o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), a campanha institucional anual de educação em direitos EM DEFESA DELAS: DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES.

Coube à Comissão dos Direitos da Mulher da ANADEP em atuação conjunta com a assessoria de comunicação e com apoio da diretoria da entidade elaborar a cartilha de educação em direitos, vídeo institucional, e diversos *cards* durante todo o ano trabalharam a temática. Além disso, foram promovidas múltiplas atividades, desde audiências públicas nas casas legislativas, até cursos populares, curso de masculinidades e diferentes ações de atendimento, em todos os estados, para produzir reflexão crítica sobre tema da campanha e contribuir com o avanço da política pública.

Foi a partir desta perspectiva crítica alcançada durante a execução da campanha que surgiu a ideia de, através da Escola Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ENADEP), convidar colegas defensoras e defensores públicos e especialistas para pensar e a escrever sobre o direito das mulheres.

A obra intitulada de **"Defensoria Pública: reflexões sobre os direitos das mulheres"** tem o objetivo de reunir e provocar reflexões sobre a evolução dos direitos das mulheres no Brasil, além de destacar o papel exercido pela Defensoria para efetividade deste direito.

O *e-book* marca o encerramento da Campanha Nacional temática *#EmDefesaDelas* desenvolvida pela ANADEP. Os artigos, das cinco regiões do país, abordam aspectos teóricos e/ou práticos relativos aos direitos das mulheres, compreendendo desde estudos sobre conceitos e fundamentos atinentes ao tema até casos exemplares da atuação da Defensoria Pública, bem como relatos de pesquisas de campo envolvendo a temática do enfrentamento da violência doméstica e familiar, das mulheres encarceradas no Brasil e da interseccionalidade entre gênero e raça.

Os leitores são provocados a refletir acerca do tema da identidade feminina dos direitos da natureza e do ecofeminismo através de um estudo levado a cabo por **Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch**, defensora pública do estado de Minas Gerais. Assim como têm a oportunidade de desvendar os desafios e perspectivas para implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar em Santa Catarina, desde questões administrativas e de gestão, até aquelas de caráter ideológico, político e cultural, através do olhar da defensora pública do estado de Santa Catarina, **Anne Teive Auras**.

A partir da constatação de que a criminalização do feminicídio não foi capaz de diminuir o assassinato de mulheres, mantendo a mesma quantidade de mulheres brancas e aumentando a de mulheres negras, a defensora pública do estado do Pará, **Daiane Lima dos Santos**, em colaboração com a pesquisadora **Celyne da Fonseca Soares**, aborda a atuação no enfrentamento à violência de gênero, para além da criminalização do feminicídio. Coube à **Elaine Karen Costa Araujo**, Defensora Pública do Estado de Minas Gerais, e à estudante **Daniella Lopes Laignier**, discorrerem, em conjunto, sobre a história dos direitos humanos das mulheres e a trajetória para o seu reconhecimento como sujeito de direitos, enfocando o direito da mulher participar democraticamente do processo nos crimes de violência doméstica.

Eufrásia Maria Souza das Virgens, defensora pública do estado do Rio de Janeiro, com grande vivência na área da infância e juventude, traz sua visão sobre internação provisória da adolescente e a separação do bebê em

fase de amamentação. Na mesma temática da mulher em fase de amamentação, mas com abordagem completamente diversa, celebramos o artigo da advogada, professora e pesquisadora **Laryssa Saraiva Queiroz** que nos brinda com uma análise do Habeas Corpus Coletivo n. 143.641/SP.

As aguerridas defensoras públicas do Mato Grosso, **Lindalva Fátima Ramos, Rosana Esteves Monteiro e Tânia Regina de Matos** apresentam um artigo repleto de dados empíricos com os quais comprovam a importância das redes intersetoriais para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, ressaltando a imprescindível participação da Defensoria Pública nesse processo.

Um especial recorte à atuação da Defensoria Pública em que se escancara a percepção das mulheres vítimas de violência doméstica sobre a figura da Defensoria Pública atuante em prol destas é apresentado pelas defensoras públicas do Distrito Federal, **Rita de Castro Hermes Meira Lima e Dominique de Paula Ribeiro**. Do estado do Tocantins, temos o artigo da defensora pública **Téssia Gomes Carneiro** que, por meio da análise de doze poemas de mulheres quilombolas, publicados na obra *Quilombos do Tocantins: palavras e olhares*, apresenta questões interseccionais entre gênero e raça no âmbito da Defensoria Pública bem como do empoderamento através da palavra.

Diretamente da região nordeste, a defensora pública do estado do Piauí, **Veronica Acioly de Vasconcelos**, enriquece-nos com um texto teórico profundo no qual aborda, à luz da antropologia e do direito, a relação entre a desigualdade dos gêneros, na sociedade androcêntrica brasileira, e o fenômeno da violência praticada contra as mulheres. A autora aborda a tradição patriarcal, a força ideológica da inferioridade feminina e o papel do movimento feminista para os avanços alcançados pelas mulheres.

E, por fim, o defensor público estado do Paraná, **Cauê Bouzon Machado Freire Ribeiro** e a estudante **Rafaela Marques de Souza** relatam um caso prático ocorrido na Comarca de Umuarama em que a Defensoria Pública obteve êxito na interpretação ampliada do art. 318 do Código de Processo Penal.

Temos que o material apresentado é fruto deste pontapé inicial de reflexão produzido durante a Campanha Nacional **#EmDefesaDelas**. Esperamos que tenha resultados positivos para o Brasil, gerando acumulação de conhecimentos, sempre com o olhar voltado para a construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária, na qual a erradicação da pobreza e da marginalização, a busca pela igualdade formal e material da mulher e o fim da violência praticada contra estas seja de fato o objetivo fundamental.

Aproveitem!

A Comissão Organizadora

ÍNDICE

A IDENTIDADE FEMININA: A MÃE TERRA E OS DIREITOS DA NATUREZA Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch.....	08
A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM SANTA CATARINA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS Anne Teive Auras.....	13
PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PARA ALÉM DA MERA CRIMINALIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO Daiane Lima dos Santos / Celyne da Fonseca Soares.....	27
DIREITO DE A MULHER TER DIREITOS E DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO DO PROCESSO NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA Elaine Karen Costa Araujo / Daniella Lopes Laignier.....	44
A LEI É PARA TODOS? DECISÃO DO STF VALE PARA TODAS? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE ADOLESCENTE E SEPARAÇÃO DO BEBÊ EM FASE DE AMAMENTAÇÃO VIOLANDO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, CONVENCIONAIS E LEGAIS Eufrásia Maria Souza das Virgens.....	58
REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE À LUZ DO HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641/ SP Laryssa Saraiva Queiroz.....	71
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: A IMPORTÂNCIA DAS REDES INTERSETORIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ESPECIAL PARA AS MULHERES Lindalva Fátima Ramos / Rosana Esteves Monteiro / Tânia Regina de Matos.....	86
ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA Rita de Castro Hermes Meira Lima / Dominique de Paula Ribeiro.....	97
MULHERES E RAÇA: POETISAS QUILOMBOLAS DO TOCANTINS Téssia Gomes Carneiro.....	103
CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Verônica Acioly de Vasconcelos.....	117
A DEFENSORIA PÚBLICA COMO PROTAGONISTA NO COMBATE AO ENCARCERAMENTO EM MASSA DE MULHERES NO BRASIL A ampliação do conceito de mãe no artigo 318, V, CPP Cauê Bouzon Machado Freire Ribeiro / Rafaela Marques de Souza.....	130

A IDENTIDADE FEMININA: A MÃE TERRA E OS DIREITOS DA NATUREZA.

ANA CLÁUDIA DA SILVA ALEXANDRE STORCH¹

1. A IDENTIDADE, O FEMININO E A MÃE TERRA

O que é identidade? Uma pergunta aparentemente simples pode nos remeter a noções sobre o tema muito diversas. É essa diversidade, contida na simples noção de identidade, que torna a questão complexa e nos remete a uma ideia pouco explorada – a identidade feminina – ainda retratada como um subtema na concepção masculina de sujeito.

Na obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (HALL, 2001), Stuart Hall desenvolve a ideia de que o que chamamos de identidade pode ser compreendido por meio de três noções: a do sujeito do iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo nos remete a uma pessoa humana totalmente centrada, usualmente masculino, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emerge pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Um conceito muito “individualista” do sujeito e de sua identidade.

O sujeito sociológico reflete a consciência de que este núcleo interior do sujeito não é autônomo e auto suficiente, mas formado na relação social, no convívio com outras pessoas importantes para ele. A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com o universo cultural a sua volta. A identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público.

Para o sujeito pós-moderno, a identidade já não pode ser centrada nem no próprio sujeito, nem unicamente na sua relação social. Esse sujeito não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

O homem do ideal humanista (sujeito iluminista) começa a ruir quando suas fronteiras já não conseguem mais sustentar sua integridade (sujeito sociológico). Abrem-se as portas para a convivência cultural onde tudo está em constante transformação, é volúvel, instável, e já não há uma identidade unificada, central (sujeito pós-moderno).

Aqui nos parece importante a definição de Hall, pois, ainda que parta de um pressuposto masculino de sujeito, há uma evolução para uma diversidade de gênero, implícita no conceito de sujeito “pós-moderno”, que nos abre as portas para introduzir o feminino, não no seu aspecto biológico, mas

¹ A autora é defensora pública no Estado de Minas Gerais, atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, coletivos e socioambientais com conflitos fundiários e populações tradicionais. É especialista em direito administrativo e filosofia e teoria social.

naquilo que o faz pessoa de direitos – a identidade com o que chamaremos de Mãe Terra –, uma presença não masculina que interliga tudo, ou pelo menos aquilo que é nomeável.

Para Hall (2001), o deslocamento do sujeito, marca do período pós-moderno, tem certo caráter positivo, pois que desestrutura as identidades estáveis do passado ao mesmo tempo em que questiona tais estabilidades e proporciona o jogo de novas identidades.

Nesta perspectiva, o feminino liberta-se, pois já não é mais dependente da ideia central do masculino vinculante, e desloca-se para o pertencimento a uma identidade de gênero, não biológica, e passa a ser um campo vasto e inexplorado de ideias novas, ainda que preexistentes. A Mãe Terra, a moradia, a casa de todas as criaturas humanas e não humanas, a natureza envolvente. Esta é uma ideia feminina preexistente, que revela a força do feminino, e do ponto de vista cultural tem sido explorada para amparar este processo libertário da identidade feminina.

A intenção neste artigo não é generalizar. Muitas culturas já ressaltam o papel do feminino com esse aspecto integrador. Sociedades matriarcais são possíveis, ainda que escassas. O símbolo Mãe Terra, venerado em culturas tradicionais com a indígena, é um símbolo feminino. No mundo contemporâneo não há mais um ponto referencial em torno do qual a pessoa gravita e se constitui firme, mas vários pontos referenciais que não trazem segurança, pelo menos não do ponto de vista iluminista, onde o exacerbamento do individualismo assume uma firmeza quase estática.

A identidade tornou-se politizada, neste contexto pós-moderno. A antiga luta de classes deslocou-se para uma luta da diferença, representada pela emergência de novas identidades, pertencentes a movimentos sociais: o feminismo, as lutas negras, dos LGBTs, os movimentos ecológicos, a luta pela terra e tantos outros. A luta por direitos também é uma luta pela identidade, ou até singularidade da pessoa humana. Neste contexto, a identidade com o feminino pode ser ambivalente ou não. Há uma fragmentação das relações culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, forneciam as localizações sociais. As identidades pessoais sofrem influência dessas transformações. Os modos de vida colocados em ação na contemporaneidade foram libertados de uma necessidade de ordenação.

É nessa perspectiva que o feminino não dependente de ser apenas um parâmetro negativo do masculino, faz surgir um contexto de luta pela preservação da vida humana no planeta Terra. O ecofeminismo, é uma dessas ideias que associa o feminismo à luta pela Mãe Terra. A natureza, outra ideia feminina associada à Mãe Terra, respira e clama por seus direitos. Assim, é possível dar direitos à natureza - direitos comuns ao seu referencial feminino – meios de defesa contra as variadas formas de violência que ambas são vítimas.

2. O ECOFEMINISMO

Anne Primavesi (IHUONLINE, 2010, pg.16), em entrevista à Revista do Instituto Unisinos, traduz o significado do termo ecofeminismo, utilizado aqui neste trabalho para estabelecer esta correlação entre a identidade feminina e a mãe-terra:

*O termo “ecofeminismo” é atribuído à autora francesa Françoise d’Eaubonne e apresentado em seu livro **Le féminisme ou la mort**, publicado em 1974. Ela o usou para designar um tipo específico de movimento ecológico em que a consciência da opressão das mulheres é a principal força motriz.*

Entre as características do ecofeminismo destacadas por Anne Primavesi estão duas percepções centrais. A primeira, que há ligações entre a dominação de pessoas e a dominação da natureza não

humana, e a segunda, de que este pretendo direito de dominação também está presente na presunção cultural de dominação pelo masculino do feminino que lhe é subalterno.

Destaca Primavesi ((IHUONLINE, 2010, pg.16), ainda que:

Ao longo das últimas décadas, as ecofeministas expressaram claramente como as mulheres e a natureza têm sido tradicionalmente associadas ao serem rebaixadas e ignoradas numa concepção hierárquica do mundo. Nessa concepção, os homens estão sujeitos a Deus, as mulheres sujeitas aos homens, os animais sujeitos a ambos, e a própria Terra é, simplesmente, o lugar onde nós, seres humanos, realizamos nossa salvação e esperamos o céu. Numa concepção hierárquica, todos os seres não humanos podem ser usados e abusados para esse fim. Esse ordenamento hierárquico valida, conscientemente ou não, relações violentas.

O discurso ecofeminista reúne visões feministas e política ecológica, em contraponto a presunção de dominação - fruto do patriarcado - e do legado de violência deixado por este exacerbamento do masculino no contexto das relações sociais e ambientais.

A natureza é definida no ordenamento jurídico como um bem jurídico, apropriável para seus benefícios pela espécie humana. Esta visão antropocêntrica e utilitarista, tem sido apontada como a causa dos problemas ambientais da nossa era, e um empecilho para alcançar uma sadia qualidade de vida e dignidade humana. Esta visão antropocêntrica tem dominado o conceito jurídico de meio ambiente, conforme consta na Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O meio ambiente, na Constituição da República, conceituado como um bem público, é definido no art. 3º, I, da Lei n. 6.938/81, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, como "o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". Este é um conceito restritivo de meio ambiente, aqui considerado apenas no seu aspecto de ambiente natural, o que leva a uma equivocada presunção de que a natureza no texto constitucional – conceituado, portanto, como um bem público, pertenceria ao ser humano, e não aquilo que efetivamente ocorre, é um todo do qual o ser humano faz parte.

O conceito mais amplo e adequado de meio ambiente considera, além do ambiente natural, o artificial, o cultural e o do trabalho. São interações que numa visão sistêmica não se sobrepõem, e nem prevalecem uma sobre a outra. A natureza, inclui aquilo que está no mundo, do ponto de vista de ser também aquilo que o ser humano materializa, e, o próprio ser humano, em sua diversidade de facetas. Portanto, a visão diminuta de natureza como aquilo que é apropriável pelo ser humano, além de violenta, é uma visão utilitária. O ecofeminismo traz à tona a violência contra a natureza. A Mãe Terra como valor não se amolda à ideia de um "bem público".

3. OS DIREITOS DA NATUREZA

Os direitos da natureza estão inseridos numa nova concepção não antropocêntrica do direito e mais próxima do bem-viver, da busca por uma maior qualidade de vida, o que tem sido incorporado a vá-

rias legislações espalhadas pelo mundo. Ao garantir direitos à natureza, a exploração econômica da natureza ganha limites, pois a visão antropocêntrica da natureza como um bem é substituída pela visão da natureza como uma pessoa, que assim deve ser preservada para continuar a existir. Este novo paradigma não é apenas uma nova perspectiva jurídica. A visão sistêmica da natureza como sujeito de direitos propõe o reconhecimento da interdependência entre todos os seres que habitam a Terra e tudo o que ocorre no planeta.

Vanessa Oliveira, na obra intitulada Direitos da natureza (OLIVEIRA, 2016, p. 209), defende a importância de incorporar no ordenamento jurídico brasileiro a sua proteção:

Muito além da defesa dos valores econômicos da natureza, os serviços ambientais e a repartição de benefícios sobre a diversidade biológica acabam por fazer transparecer o valor inestimável, intangível, de todas as coisas que em sua universalidade constituem o planeta em relação ao próprio ser humano, tanto no que se refere à sua relação cultural, especialmente à identidade de algumas comunidades humanas e seus valores espirituais – como no caso das comunidades indígenas e outras tradicionais –, quanto no fato de que o valor intrínseco da natureza é correspondente ao próprio valor da vida, levando-se em conta que é o próprio suporte de manutenção da vida, de tudo quanto é vivente no planeta, inclusive do ser humano.

A identidade da natureza é feminina, assim como a Mãe Terra. Este é um dos parâmetros defendidos pelos defensores dos direitos da natureza. O novo paradigma jurídico é uma forma de limitar direitos patrimoniais a favor de direitos humanos. Boaventura de Sousa Santos, na obra Direitos humanos, democracia e desenvolvimento (SANTOS, 2013, p. 78), destaca que:

A concepção da natureza como parte integrante da sociedade, e não como algo separado desta, implicaria uma transformação profunda das relações sociais e políticas. Implicaria uma reformulação do Estado moderno. Foi isto mesmo que foi tentado na Constituição do Equador de 2008 e na Constituição da Bolívia de 2009.

Ressalte-se que conferir direitos à natureza não é apenas desconstituir a visão patrimonial da natureza existente no nosso ordenamento jurídico, pois já prevalece a visão jurídica de bem ambiental como um bem difuso. A natureza, mesmo sem titularidade, permanece como um bem ambiental – apropriável ao bel-prazer da espécie humana. Sem identidade, o feminino – Mãe Terra – é violentado.

O ecofeminismo, ao levantar a luta contra o utilitarismo das relações sociais com o feminino, é um grande aliado na defesa dos direitos da natureza. Estes parâmetros ecofeministas, do respeito ao feminino, a favor da diversidade de gênero, contra a exploração dos recursos naturais de forma ilimitada, a favor da proteção integral dos territórios indígenas e de todas as populações tradicionais, são lutas a favor da Mãe Terra.

4. CONCLUSÃO

Concluindo, a natureza não é masculina nem é um bem público. Destruí-la significa, antes de mais nada, destruir os meios de sobrevivência da espécie humana. A identidade Mãe Terra – de onde vem as criaturas – é uma identidade feminina. Ela é libertária em si mesma, e acolhedora – não necessita do parâmetro biológico para se afirmar.

Em contrapartida, os direitos da natureza estão inseridos numa nova concepção não antropocêntrica do direito e mais próxima do bem-viver e da busca por uma maior qualidade de vida. A natureza tem identidade própria e a sua exploração econômica, de forma ilimitada, é um contrassenso. Preservá-la é a única forma de existir. A comparação com o feminino é inevitável – a Mãe Terra é o símbolo feminino da natureza – e, assim como o feminino na nossa sociedade, vem sendo violentada, subalternizada. O respeito aos seus direitos é questão de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Vanessa Hasson. Direitos da natureza . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 209.

IHUONLINE, Revista do Instituto Humanitas Unisinos. "Gaia sagrada": as relações entre ecologia, feminismo e cristianismo. Entrevista de Anne Primavesi a Moisés Sbardelotto. Disponível: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao346.pdf> Acesso em: 1/11/2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento . Boaventura de Souza Santos, Marilena Chauí. São Paulo: Cortez, 2013, p. 78.

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM SANTA CATARINA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ANNE TEIVE AURAS¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a traçar um panorama geral a respeito da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres existente no Estado de Santa Catarina, a fim de verificar seu alcance e suas limitações. Para tanto, parte-se de uma análise histórica do processo de reconhecimento institucional da luta dos movimentos de mulheres no Brasil, com vistas à contextualização dos objetivos e diretrizes que regem as políticas públicas voltadas à prevenção e ao combate à violência, à assistência e à garantia de direitos das mulheres. Ao final, analisa-se o contexto atual de implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência doméstica, no Brasil e especificamente em Santa Catarina, apontando não apenas os desafios administrativos e de gestão, mas também aqueles de caráter ideológico, político e cultural.

Palavras-chave: Violência doméstica e familiar contra a mulher. Direitos das mulheres. Políticas públicas. Rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar. Defensoria Pública. Estado de Santa Catarina.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a violência doméstica e familiar contra a mulher é fenômeno complexo e multideterminado, fortemente enraizado em nossas estruturas sociais, econômicas e culturais. Profundamente desigual e hierárquica, a sociedade brasileira foi construída sobre os pilares da opressão de raça, de gênero e de classe. Muita embora a legislação brasileira tenha avançado no sentido da igualdade de gênero e do reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos², a “memória social de longa duração”³ produz efeitos até os dias de hoje, com a reprodução de estereótipos que objetificam as mulheres (encaradas como objeto de controle, objeto sexual, objeto de reprodução, objeto “de cama e mesa”⁴ – em suma, como um “ser para os outros”, e não um “ser com os outros”⁵) e delimitam seu espaço social, legitimando o exercício da violência.

A constatação de que as mulheres são vitimizadas principalmente em casa, enquanto que os homens sofrem violência majoritariamente no espaço público, constitui expressão da desigualdade de gênero persistente em nosso país. Pesquisa recente sobre a vitimização das mulheres no Brasil, desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrou que 27,4% das mulheres

¹ Defensora pública do Estado de Santa Catarina, titular da 25ª Defensoria Pública da Capital/SC, com atribuição para o atendimento e o ajuizamento de ações na área cível; atuação junto à Vara de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais, Vara de Precatórias, Recuperações Judiciais e Falências, Vara de Sucessões e Registros Públicos, 1ª Vara de Direito Bancário e 2ª Vara de Direito Bancário; e para a orientação e a assistência jurídica às mulheres em situação de violência. Conselheira do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH/SC).

² As ordenações afonsinas (1446), manuelinas (1512) e filipinas (1603) legitimavam o castigo físico de mulheres, sendo que em todo o período colonial se reconhecia o direito ao assassinato da mulher adúltera.

³ MACHADO, 2016.

⁴ Referência à célebre publicação “Mulher, objeto de cama e mesa”, da jornalista Heloneida Studart, publicado em 1974.

⁵ CHAUÍ, 1985.

brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Em 76,4% dos casos, o agressor era alguém conhecido, enquanto que 42% das violências ocorreram dentro de casa⁶. Especificamente no que toca aos feminicídios, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 mostrou que 88,8% dos autores eram companheiros ou ex-companheiros da vítima, enquanto que 65,6% dos crimes foram praticados dentro de casa⁷.

Não há lugar seguro para as mulheres no Brasil. Também no espaço público elas são submetidas a múltiplos tipos de violência, notadamente sob a forma de assédio⁸, violência que parece reforçar a ideologia que delimita o espaço da mulher à esfera privada/doméstica (sob o julgamento moral culpabilizante contido em assertivas como “se estivesse em casa, não teria sido assediada”). Mas o espaço doméstico, onde supostamente se deveria encontrar segurança e acolhimento, é o local onde as mulheres são majoritariamente violentadas e assassinadas, principalmente por um parceiro íntimo que não aceita a mulher como alguém com vontade própria.

Ressalte-se que o Ministério Público do Estado de São Paulo, em sua pesquisa “Raio-X dos Feminicídios”, de 2018, concluiu que 45% dos feminicídios ocorridos naquele Estado teriam sido causados pela não aceitação do pedido de separação ou rompimento, enquanto que 30% dos casos teriam sido motivados por ciúmes e pelo sentimento de posse⁹.

Não há lugar seguro para as mulheres no Brasil. Também no espaço público elas são submetidas a múltiplos tipos de violência, notadamente sob a forma de assédio, violência que parece reforçar a ideologia que delimita o espaço da mulher à esfera privada/doméstica (sob o julgamento moral culpabilizante contido em assertivas como “se estivesse em casa, não teria sido assediada”). Mas o espaço doméstico, onde supostamente se deveria encontrar segurança e acolhimento, é o local onde as mulheres são majoritariamente violentadas e assassinadas, principalmente por um parceiro íntimo que não aceita a mulher como alguém com vontade própria.

Ressalte-se que o Ministério Público do Estado de São Paulo, em sua pesquisa “Raio-X dos Feminicídios”, de 2018, concluiu que 45% dos feminicídios ocorridos naquele Estado teriam sido causados pela não aceitação do pedido de separação ou rompimento, enquanto que 30% dos casos teriam sido motivados por ciúmes e pelo sentimento de posse¹⁰.

Por muito tempo, a violência doméstica e familiar contra a mulher foi encarada como assunto privado, a ser discutido e resolvido na esfera familiar. Aliás, o que hoje se entende por violência contra as mulheres foi, por muito tempo, considerado um ato legítimo e legal (mas não recíproco) dos homens sobre suas mulheres, como forma de castigo e correção exercidos pelo patriarca sobre esposa, filhas, filhos e agregados. A antropóloga Lia Zanotta Machado recorda que apenas os excessos do castigo físico eram entendidos como violência¹¹.

Ora, se o espaço social delimitado às mulheres, suas demandas e vozes era o espaço privado; se as mulheres eram encaradas como objeto e propriedade de seus pais e maridos, submetidas à sua disciplina e ao seu controle; se a divisão sexual do trabalho responsabilizou as mulheres pelo trabalho doméstico não remunerado e pelas tarefas de reprodução da vida e de cuidado com os dependentes, não surpreende que os atos de violência praticados nesse âmbito contra as mulheres tenham se mantido invisibilizados e, em grande medida, tolerados. De fato, se a divisão sexual do trabalho produz o gênero¹², também contribui para fornecer as bases legitimadoras e reprodutoras da violência de gênero.

⁶VISÍVEL E INVISÍVEL, 2019.

⁷ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019.

⁸De acordo com a pesquisa “Visível e Invisível”, anteriormente mencionada, 37,1% das brasileiras com 16 anos ou mais relatam ter sofrido algum tipo de assédio nos últimos 12 meses.

⁹RAIO X DO FEMINICÍDIO, 2018.

¹⁰DIRETRIZES PARA INVESTIGAR, PROCESSAR E JULGAR COM PERSPECTIVA DE GÊNERO AS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES (FEMINICÍDIOS), 2016.

¹¹MACHADO, 2016, p. 165.

¹²BIROLI, 2018, p. 35. Na obra, a autora aponta que a literatura mobilizada destaca a divisão sexual do trabalho como base para a opressão das mulheres, de modo que o gênero é produzido na forma de exploração do trabalho das mulheres e da vulnerabilidade relativa que incide sobre elas. A autora ressalta, contudo, que isso não ocorre de forma isolada, haja vista que “essa produção se dá na convergência entre gênero, classe, raça e nacionalidade”.

2. RECONHECIMENTO DE DIREITOS E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Foram necessários muitos anos de luta dos movimentos de mulheres para que suas pautas e demandas ecoassem nos espaços público e político, tradicionalmente masculinos, e lograssem inscrever na institucionalidade direitos e garantias voltados à igualdade, à cidadania e ao combate à violência. Não é preciso lembrar que a Declaração de Direitos de 1789 era “do Homem e do Cidadão” e que Olympe de Gouges foi guilhotinada após propor a extensão daqueles direitos às mulheres.

Marco inicial do processo de internacionalização dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 trouxe uma concepção universalista dos direitos humanos, buscando assegurar, a todas as pessoas, direitos básicos como a liberdade e a dignidade¹³. Apenas 45 anos depois, em 1993, a Declaração Universal de Direitos Humanos de Viena viria a incluir expressamente os direitos das mulheres e meninas como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais.

A violência doméstica e familiar contra a mulher passou a ser encarada como um problema social com dimensão política, na esteira do lema feminista “O pessoal é político”, apenas na segunda metade do século XX. Nessa época, e no âmbito do processo de internacionalização dos direitos humanos, foram editados tratados que passaram a considerar a violência contra a mulher como forma de violação a direitos humanos, abrindo espaço para que os países signatários pudessem ser responsabilizados pela sua omissão no combate a essa forma de violência¹⁴.

A Convenção da ONU para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979, definiu o que constitui discriminação contra as mulheres¹⁵, trazendo uma série de providências a serem adotadas pelos Estados-parte para eliminar essa discriminação. Dentre essas recomendações estão a eliminação de legislações discriminatórias, a adoção de medidas que protejam as mulheres de todo tipo de violência, a existência de serviços de apoio a mulheres vítimas de violência e de dados estatísticos sobre a incidência da violência. Quando o Brasil ratificou a CEDAW, em 1984, o fez com reservas, uma vez que a legislação da época ainda abrigava assimetrias entre homens e mulheres no que toca ao exercício de direitos civis¹⁶.

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, organizações coletivas e movimentos feministas já denunciavam a violência doméstica e familiar contra a mulher e reivindicavam o direito a creches e a direitos reprodutivos e sexuais. Com o enfraquecimento da ditadura, a partir do final dos anos 1970, passaram a construir novos espaços de atuação, com vistas à inclusão de políticas públicas para mulheres na nova institucionalidade¹⁷.

Os primeiros avanços no sentido da implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher se deram por volta do ano de 1985, com a instalação das primeiras Delegacias Especializadas e das primeiras Casas-Abrigo. Tais políticas se limitavam, contudo, a uma abordagem voltada à segurança pública e à assistência social. Este mesmo período também foi marcado pela criação de conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDH), vinculado ao Ministério da Justiça, fruto da atuação de grupos feministas.

¹³PIOVESAN, 2009.

¹⁴MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, 2015.

¹⁵Art. 1º. [...] toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, sobre a base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais das esferas política, econômica, social, cultural e civil ou em qualquer outra esfera [...].

¹⁶As reservas aos artigos 15 e 16, retiradas em 1994, deram-se em razão da incompatibilidade com a legislação brasileira da época, ainda marcada pela assimetria de direitos civis entre homens e mulheres. Referidos artigos dizem respeito à igualdade entre homens e mulheres em matéria civil e à eliminação da discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares.

¹⁷BIROLI, *ibidem*, p. 176.

.....

Não se pode deixar de registrar que esses avanços se deram em um contexto de início de abertura política no País em direção à transição democrática, no qual os movimentos de lutas por direitos (notadamente o movimento feminista) encontraram espaço para reivindicar, junto à institucionalidade, o reconhecimento de suas demandas. Durante a Constituinte, o CNDH, em articulação com conselhos estaduais e municipais, organizações de trabalhadoras rurais e das centrais sindicais, associações profissionais, grupos feministas e movimentos sociais de todo o País, capitaneou o chamado “Lobby do Batom”, responsável por apresentar trinta emendas sobre direitos das mulheres.

Nesse contexto, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um grande avanço ao estabelecer expressamente a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres, a proibição de diferença salarial por motivo de sexo e a previsão de licença-maternidade sem prejuízo salarial ou de emprego. Além disso, a Constituição prevê igualdade no casamento e no planejamento familiar, bem como o dever do Estado em assegurar assistência à família, “criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (art. 226, § 8º).

Em 1994, a Organização dos Estados Americanos aprovou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará. Ratificada pelo Brasil em 1995, a Convenção de Belém do Pará reconhece a violência de gênero como um fenômeno generalizado, resultante do contexto histórico de desigualdade de poder entre homens e mulheres, que pode ser praticada no âmbito doméstico e familiar, no âmbito da comunidade e também por agentes do Estado, por ação ou omissão. A Convenção trouxe, ainda, instrumentos para viabilizar que grupos de pessoas e organizações não governamentais peticionem à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Essa nova conjuntura normativa e política internacional associou-se, no Brasil, aos esforços dos movimentos feministas para a conquista e o reconhecimento formal de direitos que garantissem uma vida sem violência. Foi nesse contexto que, em um exitoso processo de advocacy feminista, o paradigmático caso de Maria da Penha Maia Fernandes (que sofreu tentativas de assassinato, além de violências física e psicológica constantes, sem que o agressor fosse punido) foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no ano de 1998, e resultou na condenação do Estado brasileiro por omissão e negligência no enfrentamento à violência doméstica e familiar, em 2001¹⁸.

Por ocasião da condenação, a OEA recomendou ao Brasil que adotasse medidas de enfrentamento à violência contra as mulheres, notadamente a capacitação e a sensibilização de policiais e servidores da Justiça; a simplificação de procedimentos judiciais com vistas à celeridade da resposta penal; a criação de formas alternativas à judicial para, com celeridade e efetividade, combater a violência intrafamiliar; o aumento do número de delegacias para mulheres; e, ainda, a inclusão da temática nos planos pedagógicos¹⁹.

A condenação do Estado brasileiro ajudou a abrir caminho para que, a partir do ano de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), do Governo Federal²⁰, fossem estabelecidas as condições para a construção de uma política de enfrentamento à violência contra a mulher que ultrapassasse os setores da segurança pública e da assistência social e reconhecesse a necessidade da transversalidade de gênero nas políticas.

O trabalho da SPM, em parceria com o “Consórcio Feminista” composto por diversos movimentos de mulheres e especialistas na temática²¹, resultou em projeto de lei que, após extensos debates, culminou na aprovação da Lei n. 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha.

¹⁸Na ocasião, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concluiu que o Estado brasileiro violou o Pacto de São José da Costa Rica e a Convenção de Belém do Pará, deixando de adotar políticas para prevenir, punir e erradicar a violência de gênero.

¹⁹ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2001.

²⁰Com status de Ministério, orçamento próprio e autonomia administrativa, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres pôde induzir e executar políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres, notadamente com vistas ao enfrentamento à violência (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2017).

²¹O Consórcio Feminista, formado em 2002, elaborou uma série de propostas a fim de subsidiar a construção do projeto de lei. Dentre elas estava a necessidade de conceituar a violência

doméstica e familiar contra a mulher, incluindo-se aí a violência patrimonial e moral; a necessidade de criação de uma política nacional de combate à violência contra a mulher; medidas de proteção à vítima, bem como medidas voltadas ao agressor; serviços públicos de atendimento multidisciplinar; assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência; criação de um juizado único criminal, para julgar casos relacionados à violência contra a mulher; a não aplicação da Lei dos Juizados Criminais nos casos de violência contra a mulher (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, *ibidem*, p. 7).

²¹MACHADO, *ibidem*, p. 165.

²²PASINATO; MACHADO; ÁVILA, 2019, p. 14, com competência cível e criminal, para julgar casos relacionados à violência contra a mulher; a não aplicação da Lei dos Juizados Criminais nos casos de violência contra a mulher (MARTINS; CERQUEIRA; MATOS, *ibidem*, p. 7).

Reconhecida pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) como uma das três legislações mais avançadas no mundo, a Lei Maria da Penha reconhece a violência doméstica e familiar contra a mulher como forma de violação dos direitos humanos, consolidando a necessidade de envolver Poder Público e comunidade no combate a uma violência que, por muito tempo, permaneceu distante da agenda pública e confinada ao espaço privado. Nas palavras de Lia Zanotta Machado, “o texto da Lei Maria da Penha confronta a ancestral legitimidade (hoje, pseudo-legitimidade) que foi outorgada à violência de gênero contra as mulheres”²².

Trazendo um conceito abrangente de violência doméstica e familiar, na esteira da definição estabelecida pela Convenção de Belém do Pará, a Lei n. 11.340/06 compreende a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno e, em consequência, assume o desafio de articular diversos setores do Poder Público e da sociedade civil na construção de políticas de prevenção, assistência, garantia de direitos e repressão.

É importante pontuar, como fazem Pasinato, Machado e Ávila, que

*[...] esta legislação vai além da perspectiva punitiva, incorporando relevantes aspectos relacionados às políticas públicas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher. A concretização destes aspectos preventivos na lei exige a intervenção articulada dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), numa abordagem integral da violência doméstica e familiar contra as mulheres*²³.

Nesse sentido, o art. 8º da Lei n. 11.340/06 aponta diretrizes para as políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência, destacando a necessidade de integração operacional entre os setores de saúde, assistência social, educação, moradia, justiça e segurança pública; a importância de se combater estereótipos de gênero e promover discussão sobre gênero e violência, com viés de raça e etnia, nos meios de comunicação social, na comunidade e nos currículos escolares; e o estímulo à produção de conhecimento sobre o fenômeno da violência, suas causas e consequências, por meio de estudos, pesquisas e estatísticas.

Reafirmando serviços já existentes, a Lei Maria da Penha também prevê a criação de serviços especializados, como delegacias, casas-abrigo, centros de referência multidisciplinares, serviços de saúde, juizados especializados, promotorias e núcleos de Defensoria Pública.

No que se refere à Defensoria Pública, convém destacar, ainda, os dispositivos legais que garantem à mulher em situação de violência o direito à assistência jurídica gratuita. Tais normas refletem a preocupação da lei em encarar as mulheres como sujeitos de direitos, às quais se asseguram os direitos à verdade, à informação e à justiça, e não como objetos de uma violência sofrida ou meras testemunhas de um processo criminal, a serviço da pretensão punitiva do Estado.

Ressalte-se, por fim, a previsão das medidas protetivas de urgência, providências de caráter urgente voltadas a resguardar a integridade física e psíquica da mulher, evitando novos episódios de violência; a proibição da aplicação de penas pecuniárias; a retirada dos crimes cometidos no âmbito doméstico da esfera de atribuição dos Juizados Especiais Criminais; e a criação de juizados de competência híbrida (cível e criminal).

²²MACHADO, *ibidem*, p. 165.

²³PASINATO; MACHADO; ÁVILA, 2019, p. 14.

Com a I e II Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, bem como os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, o enfrentamento à violência contra as mulheres passa a ser encarado como eixo prioritário no campo das políticas para mulheres, mediante uma abordagem necessariamente intersetorial. O reconhecimento da complexidade e da multidimensionalidade do fenômeno da violência traz à baila as concepções de rede e de transversalidade de gênero, articuladas horizontal e verticalmente, é dizer, tanto no que toca à existência de uma rede intersetorial de serviços quanto no que se refere à articulação de políticas e serviços nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A rede de enfrentamento à violência contra a mulher deve efetivar os quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – quais sejam, o combate, a prevenção, a assistência e a garantia de direitos às mulheres – à luz das diretrizes relacionadas à transversalidade, universalidade e integralidade das políticas públicas de atenção às mulheres. Para tanto, é composta por agentes governamentais e não governamentais que executam, formulam e fiscalizam as políticas para mulheres mediante serviços não especializados e especializados que devem envolver as áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho, habitação, previdenciária, bem como os sistemas policial e de justiça.

Ainda que haja uma considerável distância entre “a agenda levada pelas mulheres ao âmbito estatal, por meio dos dispositivos e espaços de participação institucional, e as leis e políticas de fato implementadas”²⁴, é possível afirmar que o período compreendido entre 2003 e 2015 (ano da promulgação da Lei do Feminicídio e da regulamentação da PEC das Domésticas) foi marcado por uma maior permeabilidade do Estado à agenda feminista, principalmente em razão do trânsito constante entre o trabalho desenvolvido na Secretaria de Políticas para Mulheres e os espaços de participação institucionalizada (conselhos e conferências nacionais).

Além da Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, de 2015; a PEC das Domésticas, regulamentada em junho de 2015; as Normas Técnicas do Ministério da Saúde voltadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos (2005 e 2011); e os Programas Brasil sem Homofobia e Mulher e Ciência, respectivamente de 2004 e 2005, representaram avanços no sentido da igualdade de gênero. Nesse mesmo período, as Marchas das Margaridas e a Marcha Nacional das Mulheres Negras levaram milhares de mulheres à capital do País.

Interessante observar, como faz Flávia Biroli, que

[...] os “picos” da incorporação da agenda feminista e da atuação dos movimentos no âmbito estatal, que ocorreram durante a transição democrática e a elaboração da nova Constituição depois de duas décadas de regime ditatorial e, posteriormente, com a chegada de um partido de centro-esquerda ao governo federal, em 2003, mostram que no caso brasileiro tem havido conexão entre o alargamento da democracia e a participação das mulheres, entre o caráter social do Estado democrático e os passos para a construção de uma sociedade mais igualitária também segundo uma perspectiva de gênero²⁵.

Esses momentos, contudo, têm sido seguidos por “refluxos” que implicam a redução significativa da permeabilidade do Estado às agendas desses movimentos. Se entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990 houve o desmonte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (no contexto mais amplo do desmonte do Estado, cortes e privatizações), recentemente, em 2016, a Secretaria de Políticas para Mulheres perdeu seu status de Ministério, o que parece ter inaugurado um processo de desmonte das estruturas institucionais de combate às desigualdades de gênero e ao racismo²⁶,

²⁴BIROLI, *ibidem*, p. 197.

²⁵BIROLI, *ibidem*, p. 201. A autora destaca, contudo, que, ao mesmo tempo em que os movimentos tiraram proveito de um contexto de maior abertura para algumas de suas pautas, sofreram uma forma de restrição da radicalidade de suas agendas, uma vez que setores conservadores tiveram possibilidade de estabelecer seus limites (p. 194).

²⁶BIROLI, *ibidem*, p. 202. Aponta-se, na obra, que o golpe parlamentar de 2016 pôs fim aos canais de diálogo entre governo e movimentos feministas, circunstância que se reflete, por exemplo, na nomeação para a Secretaria de Políticas para Mulheres de mulheres sem identificação com os movimentos feministas e com os avanços da campanha contra a “ideologia de gênero”.

estimulado por políticas de “austeridade fiscal” que afetam principalmente a proteção social dos grupos mais vulneráveis.

Além disso, o esvaziamento dos conselhos de direitos vem comprometendo o controle social e a participação da sociedade civil na formulação e na execução de políticas, notadamente no que toca ao Sistema Nacional de Política para Mulheres e ao Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica estabelecidos pelo Decreto n. 9.586/18, bem como ao Pacto pela Implementação de Políticas Públicas de Prevenção e Combate à Violência articulado pelo Ministério da Justiça em agosto de 2019.

Ademais,

O atual contexto é especialmente preocupante quando se constata que, apesar de haver um aumento do conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e da consciência do que é a violência doméstica e familiar contra mulheres, cresceu de 15% (2013) para 27% (2017) o percentual de mulheres que afirmam que “não fez nada” ao ser indagada sobre “qual foi a sua atitude em relação à última agressão” (DataSenado, 2018, p. 13). A frustração de expectativas das mulheres quanto às suas necessidades e o que elas efetivamente obtêm a partir das políticas públicas oferecidas pode explicar tais números²⁷.

3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Admitindo-se que a luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres no Brasil é marcada por avanços (que se confundem com períodos de maior aprofundamento democrático) e refluxos, pode-se dizer que vivemos, atualmente, um período de refluxo. Os desafios à efetiva implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher não são apenas administrativos ou de gestão, mas também ideológicos, políticos e culturais.

De um lado, como já apontava o boletim do IPEA “Políticas sociais: acompanhamento e análise”, de 2015, verifica-se que a transversalidade de gênero nas políticas ainda constitui muito mais um princípio que um elemento de planejamento e gestão da política na prática. A ampliação e a interiorização dos serviços da rede de enfrentamento à violência, bem como a capacitação dos profissionais, ainda são metas pendentes de serem alcançadas.

Paralelamente a isso, assistimos ao recrudescimento de um discurso punitivista e de ampliação do Estado policial. Se levamos décadas para reconhecer que o enfrentamento à violência contra as mulheres deve envolver todas as políticas de Estado com vistas à garantia de direitos, à assistência, à prevenção e ao combate à violência, hoje os discursos parecem voltar-se às respostas repressivas, centradas no protagonismo das polícias e no aumento das penas.

O desmonte das estruturas do Estado social, com o sucateamento e a desvalorização dos serviços públicos de saúde e de assistência social, enfraquece as alternativas às soluções penais. Investe-se no “botão do pânico”²⁸, mas não se dá prioridade aos centros de referência de assistência social que poderiam, no âmbito da atenção psicossocial, acolher e apoiar a mulher, maior protagonista do processo de ruptura do ciclo da violência. Aliás, ainda que se reconheça a existência de projetos bem-intencionados e exitosos sendo desenvolvidos pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil e Polícia Militar, principalmente voltados à prevenção terciária²⁹, boa parte dessas ações continuam tendo caráter experimental, com número restrito de beneficiárias.

²⁷PASINATO; MACHADO; ÁVILA, *ibidem*, p. 15.

²⁸A PARTIR DESTA SEXTA-FEIRA, CATARINENSES PODEM ACIONAR A PM POR APLICATIVO, 2019.

Ao mesmo tempo, surgem normas que claramente negam à mulher a condição de sujeito de direitos, restringindo a sua autonomia e a sua capacidade de autodeterminação. Recentemente, foi aprovada lei que obriga os profissionais das redes pública e privada de saúde a comunicar à polícia, no prazo de 24 horas, indícios de que a paciente foi vítima de violência³⁰. Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), publicada em setembro de 2019, aponta que a recusa terapêutica de uma gestante “deve ser analisada na perspectiva do binômio mãe e feto, podendo o ato de vontade da mãe caracterizar abuso de direito dela em relação ao feto”³¹.

Em Santa Catarina, o Conselho Regional de Medicina (CREMESC) editou resolução proibindo a participação do médico em partos fora do ambiente hospitalar, bem como a adesão a planos de parto que limitem a liberdade médica, impedindo a tomada de decisões pela parturiente quanto ao seu próprio corpo, em violação à Constituição Federal e às recomendações da Organização Mundial da Saúde³².

Trata-se de normas de viés paternalista (melhor seria dizer “patriarcal”), derivadas de concepções que colocam em espaços externos à mulher as possibilidades de decisão sobre os rumos de suas vidas³³, infantilizando-a. Sob o pretexto de supostamente garantir a sua segurança e a sua integridade, reproduzem a objetificação da mulher e constituem-se, por si só, em atos de violência e revitimização.

Nesse contexto, as Defensorias Públicas de todo o Brasil, por meio de seus Núcleos e Coordenadorias Especializadas, têm sido *locus* de resistência, denunciando retrocessos e desenvolvendo projetos que buscam resgatar os princípios que regem o enfrentamento à violência de gênero contra a mulher, respeitando a sua autonomia e garantindo que tenha acesso às informações e aos direitos indispensáveis à assunção de seu papel protagonista na ruptura do ciclo de violência. A campanha nacional “Em defesa delas: defensoras e defensores públicos na defesa dos direitos das mulheres” mobilizou defensoras e defensores de todo o País nos debates sobre a violência contra as mulheres, a violência obstétrica, os direitos das mulheres encarceradas e a situação das mulheres negras e das mulheres em situação de rua.

A partir desse contexto, passa-se a analisar, respeitando-se os limites deste breve artigo, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina.

4. O CENÁRIO CATARINENSE

No ano de 2019, a imprensa catarinense deu especial ênfase aos casos de feminicídios ocorridos no Estado, o que gerou comoção e revolta por parte da população. No mês de outubro de 2019, o número de feminicídios já havia alcançado o mesmo índice de todo o ano anterior (42 casos)³⁴. Em 21 de novembro, a imprensa noticiou que mais dez feminicídios haviam ocorrido em cerca de 45 dias, totalizando 52 casos no ano de 2019 até aquela data³⁵.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Santa Catarina registrou, em 2017, 48 feminicídios e 15.813 registros de lesão corporal. Quando se analisam as taxas de ocorrência, verifica-se que, com relação aos feminicídios,

³⁰VIRA LEI OBRIGAÇÃO DE NOTIFICAR CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM 24 HORAS, 2019.

³¹FIGUEIREDO, 2019.

³²MPF AJUIZA AÇÃO CONTRA CREMESC PARA ANULAR RESOLUÇÃO QUE RESTRINGE ATUAÇÃO MÉDICA EM PARTOS, 2019.

³³POLÍTICAS SOCIAIS: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE, 2015.

³⁴SILVA, 2019a.

³⁵BATTISTELLA, 2019.

a taxa foi de 1,4 – maior, portanto, que a média nacional. Já a taxa de lesão corporal chega a 225,9, mais do que o dobro da média nacional, que é de 106,5 para cada 100 mil habitantes³⁶.

Já a edição de 2019 do mesmo Anuário³⁷ mostra que o Estado de Santa Catarina registrou 15.573 casos de lesão corporal dolosa no contexto da violência doméstica em 2018, o que o coloca entre os seis Estados com maior número desses tipos de ocorrência.

Esses indicadores, que receberam especial atenção da imprensa local nos últimos meses, levou ao conhecimento de cidadãos e cidadãs catarinenses uma realidade preexistente, mas que de alguma forma era mantida invisibilizada sob o manto do ideário de um Estado próspero, harmônico, formado por descendentes de imigrantes ordeiros, acolhedores e pacíficos. Os números lançaram luz à violência e ao sexismo enraizados na sociedade catarinense, bem como às suas vítimas.

Doutro lado, dados recentemente coletados pelo Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina³⁸ mostraram as deficiências da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher em Santa Catarina.

Na área de segurança pública, o Estado não dispõe até hoje de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), não obstante o disposto nos artigos 8º e 12-A da Lei Maria da Penha. Conta apenas com 31 Delegacias de Polícia de Atendimento à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMIs).

Existem somente onze serviços de acolhimento para mulheres em situação de violência, distribuídos em apenas dez municípios. Destaque-se que Santa Catarina conta com 295 municípios.

O Estado conta com 92 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidades da política de assistência social voltadas ao atendimento de famílias e pessoas em situação de violação a direitos e risco social, distribuídos em 83 municípios. Convém destacar que, quando se fala em centros de referência exclusivos para atendimento de mulheres em situação de violência, o Estado conta com apenas dois equipamentos – um na Capital, Florianópolis, e outro em Dionísio Cerqueira, na fronteira com Argentina e Paraguai.

Do resumo do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 do Estado de Santa Catarina extrai-se que as ações e os serviços públicos relacionados à assistência social receberam a importância de 0,4% do orçamento do Estado, inexistindo qualquer destinação específica à Coordenadoria Estadual da Mulher.

No âmbito do Poder Executivo Municipal, apenas o município de Lages conta com uma Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, sendo que em outros seis municípios há “coordenadorias” de políticas para mulheres.

No campo da sociedade civil, verifica-se que, além do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), apenas 33 municípios contam com Conselhos Municipais de Direitos da Mulher.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina conta com uma Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID), mas dispõe de apenas um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com atribuição exclusiva, na comarca da Capital. Outras varas criminais no interior do Estado cumulam competências cíveis e criminais para processar as referidas ações. O Ministério Público de Santa Catarina criou em 2016 um Grupo de Enfrentamento à

³⁶ ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018.

³⁷ ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019.

³⁸ Que, em março de 2019, interpôs a Representação MPC/GPCF/004/2019 junto ao Tribunal de Contas do Estado, com o objetivo de avaliar a aplicação, no Estado, da Constituição Federal, da Lei Maria da Penha e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (GEVIM), com o objetivo de auxiliar uma atuação articulada dos órgãos de execução atuantes na área.

No que tange à Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, cujas atividades se iniciaram apenas no ano de 2013, não há núcleo especializado voltado ao atendimento das mulheres em situação de violência, tampouco órgão de execução com atribuição exclusiva para atuar na matéria. De acordo com informações prestadas pela Corregedoria-Geral da instituição, apenas quatro órgãos de execução possuem atribuição expressa para atuar em defesa da mulher em situação de violência (na Capital, em Joinville, em Brusque e em Rio do Sul), mas sempre cumulando tal função com outras atribuições diversas.

Assim, muito embora tenha havido adesão à campanha nacional “Em defesa delas” com a realização de palestras, debates e ampliação da divulgação do trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública pela imprensa, tais atividades se concentraram na Capital. A inexistência de núcleo, coordenadoria ou mesmo órgão de execução exclusivo para atuação na assistência às mulheres em situação de violência, associada à vinculação das Defensorias Públicas às unidades jurisdicionais (com o acúmulo de uma série de “varas” por defensora ou defensor), acaba por desmobilizar e dificultar a elaboração de projetos específicos a nível estadual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2019, no mesmo mês em que o Governo do Estado de Santa Catarina desenvolvia atividades relacionadas ao “Agosto Lilás”³⁹, campanha voltada à conscientização a respeito da Lei Maria da Penha e do enfrentamento à violência contra as mulheres, deputados estaduais defendiam, de forma aguerrida, a exclusão da palavra “gênero” do Currículo Base da Educação Infantil e Fundamental do Território Catarinense⁴⁰. Ignorando que a Lei Maria da Penha, celebrada por todos os setores do governo naquele mês, estabelece como diretriz de políticas públicas o “destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher”, o governador do Estado utilizou suas redes sociais para prestar apoio à proposta dos deputados⁴¹.

Em julho de 2019, sob intensa cobertura midiática e com maciça representação dos representantes dos Poderes, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina lançou a Frente Parlamentar de Combate à Violência Doméstica e o Pacto por Elas, com a promessa de dar uma resposta ao aumento dos números de feminicídios no Estado por meio da articulação operacional entre os mais diversos setores governamentais e não governamentais⁴². A proposta de articulação em rede, como se sabe, não é nova, sendo elemento fundamental de toda a política de enfrentamento à violência doméstica e familiar pelo menos desde a Lei Maria da Penha. O que causou estranheza a muitos dos presentes foi o fato de já haver um “pacto” anterior, o “Pacto Estadual Maria da Penha”, com objetivos semelhantes e que vinha sendo desenvolvido há mais de ano, com debates públicos e coletas de assinaturas. Não consta que, até o momento, o Pacto lançado sob os holofotes da imprensa e os aplausos da opinião pública em 2019 tenha avançado além dos esforços que até então já haviam sido desenvolvidos.

Muito embora o combate à violência contra as mulheres esteja presente nos discursos de gestores e parlamentares (principalmente sob uma roupagem punitivista que reflete o fetichismo penal e o recrudescimento do Estado policial verificados a nível nacional), o percentual de recursos destinados

³⁹PARA COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, GOVERNO DO ESTADO LANÇA CAMPANHA AGOSTO LILÁS, 2019.

⁴⁰LAURINDO, 2019a.

⁴¹LAURINDO, 2019b.

⁴²SILVA, 2019b.

pele Estado de Santa Catarina à assistência social em relação à receita corrente líquida (com base na previsão de cada lei orçamentária anual) vem caindo desde 2015. Naquele ano, o percentual era de 0,78%. Em 2019, o percentual chegou próximo de 0,4%, sendo que a previsão para 2020 não é mais animadora, o que poderá comprometer o financiamento da proteção social.

O que esses três exemplos indicam, de forma preocupante, é que o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher tem se tornado um capital político – um discurso que, muito embora exaustivamente repetido por gestores, parlamentares e demais agentes políticos, não tem se efetivado em verdadeiras políticas públicas de Estado voltadas à prevenção, ao combate, à assistência e à garantia de direitos.

A prevenção primária⁴³, intimamente relacionada com as diretrizes previstas pelo art. 8 da Lei Maria da Penha, vem sendo sacrificada no altar do obscurantismo e do punitivismo. A perspectiva de gênero, fundamental para a compreensão dos discursos que legitimam e normalizam a violência, vem sendo alvo de uma campanha massiva de desinformação, no contexto do pânico moral gerado por movimentos como o Escola Sem Partido. As campanhas de conscientização levadas ao conhecimento da população se limitam, quase que exclusivamente, ao estímulo à denúncia, adotando um viés repressivo que ignora os complexos motivos pelos quais apenas 11% das mulheres em situação de violência reportam a situação a uma delegacia de polícia⁴⁴.

No que toca à assistência, o reduzido orçamento destinado à pasta respectiva já antecipa a realidade que acaba se confirmando na prática – um cenário de sucateamento geral dos CRAS e CREAS, poucos equipamentos exclusivos para mulheres em situação de violência e somente dez municípios contando com casas-abrigo.

Os conselhos de direitos, fundamentais para o controle social e a fiscalização das políticas públicas, estão implementados em um número muito reduzido de municípios. Enquanto isso, os Executivos municipais também não contam, na grande maioria dos casos, com coordenadorias ou secretarias específicas para políticas para mulheres.

Aliado a tudo isso, constata-se, mais uma vez com Pasinato, Machado e Ávila, que

há poucos estudos sobre a efetividade de tais políticas. Relatórios elaborados pelos próprios executores das políticas usualmente se limitam a exaltar seus aspectos positivos, sem incorporar críticas independentes destinadas à sua monitoração e ao seu aperfeiçoamento. É necessário avaliar se as políticas projetadas estão sendo efetivamente implementadas e, quando efetivamente implementadas, a efetividade de tais intervenções⁴⁵.

A carência de dados oficiais a respeito do atendimento às mulheres em situação de violência, bem como de uma avaliação periódica dos serviços, dificulta a aferição da efetividade das políticas, principalmente no que toca à capacitação dos servidores e à revitimização das mulheres atendidas⁴⁶.

Assim, o que se verifica é que o Estado de Santa Catarina enfrenta dificuldades semelhantes às constatadas no resto do País no que toca à efetiva implementação de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres, prevenção, garantia de direitos e assistência às mulheres em situação de violência. As conquistas históricas dos movimentos de mulheres, consagradas em normativas internacionais, constitucionais e infraconstitucionais, não estão imunes às investidas autoritárias e

⁴³"Destinadas à população como um todo, tendo como foco as causas primárias (ou subjacentes) da violência doméstica, relacionadas à visão estereotipada de papéis sociais entre homens e mulheres que normalizam a violência como aceitável ou tolerável" (PASINATO; MACHADO; ÁVILA, *ibidem*, p. 16).

⁴⁴VISÍVEL E INVISÍVEL, 2019.

⁴⁵*Ibidem*, p. 15.

⁴⁶Fenômeno que costuma se dar principalmente quando mulheres negras, pobres e LGBTI+ procuram o Poder Público e não recebem o atendimento humanizado e acolhedor previsto em lei, sendo frequentemente submetidas a julgamentos culpabilizantes.

obscurantistas, correndo risco real de retrocesso.

Não se pode admitir que o enfrentamento à violência contra as mulheres se torne um capital político, um discurso conveniente e vazio que vai se refletir, na prática, em um populismo penal que nada contribui para modificar a realidade das mulheres brasileiras, notadamente as mulheres negras, pobres e LGBTI+.

É indispensável, em Santa Catarina e no Brasil, que o Poder Público amplie e fortaleça os equipamentos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, com a destinação de recursos financeiros e humanos, sem esquecer da necessária capacitação. É indispensável, também, que o controle social das políticas seja efetivo e democrático, com a avaliação periódica da efetividade dos serviços; que o fenômeno da violência de gênero seja compreendido em toda a sua complexidade, de forma multidisciplinar, reconhecendo a interação entre as opressões de gênero, de raça e de classe; que se priorize a prevenção primária, por meio de campanhas sociais destinadas à alteração de papéis sociais tradicionais entre homens e mulheres, causa mais profunda da violência de gênero⁴⁷. Finalmente, que se reafirme a condição da mulher como sujeito de direitos, respeitando-se sua autonomia e sua capacidade de autodeterminação.

Nesse contexto, o papel da Defensoria Pública enquanto agente de transformação social não pode ser subestimado. Enquanto instituição que presta assistência jurídica (e não "judiciária") integral e gratuita aos segmentos mais vulneráveis da população, espera-se da Defensoria Pública que confira efetiva prioridade à defesa dos direitos das mulheres e que atue, ao lado dos movimentos sociais, no sentido da produção e do reconhecimento desses direitos. Essa perspectiva pode exigir, como de fato exige, a abertura de espaços de reflexão institucional sobre o modelo de Defensoria Pública que se deseja. Este é um dos desafios que se colocam à instituição e que deve ser enfrentado, sendo certo que a campanha nacional "Em defesa delas", da ANADEP, contribuiu imensamente para tais reflexões.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Ano 13. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>. Acesso em: 19/11/2019.

_____. Ano 12. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>>. Disponível em: 30/11/2019.

A PARTIR DESTA SEXTA-FEIRA, CATARINENSES PODEM ACIONAR A PM POR APLICATIVO. Redação ND. Florianópolis, 22/11/2019. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/a-partir-desta-sexta-feira-catarinenses-podem-acionar-a-pm-por-aplicativo/>>. Acesso em: 12/12/2019.

BATTISTELLA, Clarissa. Em 45 dias, Santa Catarina registra 10 novos casos de feminicídio. NSC Total, Florianópolis, 21 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/em-45-dias-santa-catarina-registra-10-novos-casos-de-feminicidio>>. Acesso em: 30/11/2019.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado

⁴⁷PASINATO; MACHADO; ÁVILA, *ibidem*, p. 20.

Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher 4*. São Paulo: Zahar Editores, 1995.

DIRETRIZES PARA INVESTIGAR, PROCESSAR E JULGAR COM PERSPECTIVA DE GÊNERO AS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES (FEMINICÍDIOS). ONU Mulheres, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio.pdf>. Acesso em: 19/11/2019.

FIGUEIREDO, Patrícia. Conselho de Medicina inclui gestantes na lista de exceções dos pacientes que podem recusar tratamentos. Portal G1, 26/09/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/09/26/conselho-de-medicina-inclui-gestantes-na-lista-de-excecoes-dos-pacientes-que-podem-recusar-tratamentos.ghtml>>. Acesso em: 20/11/2019.

LAURINDO, Jean. Deputados pressionam para retirada de termo "identidade de gênero" de currículo base de SC. DC, Florianópolis, 28 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/deputados-pressionam-para-retirada-de-termo-identidade-de-genero-de-curriculo-base-de-sc>>. Acesso em: 30/11/2019.

_____. Após pressão de deputados, Moisés decide retirar termos sobre identidade de gênero de currículo da educação de SC. DC, Florianópolis, 28 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/apos-pressao-de-deputados-mois-es-decide-retirar-terminos-sobre-identidade-de-genero-de>>. Acesso em: 30/11/2019.

MACHADO, Lia Zanotta. Violência baseada no gênero e a Lei Maria da Penha. In: *A Mulher e a Justiça: a violência doméstica sob a ótica dos direitos humanos*. Amagis: DF, 2016.

_____. Argumentos e razões a favor de uma política educacional que combate as discriminações de gênero e sexualidade. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/audiencias-publicas-1/apresentacoes/apresentacao-lia-zanotta-machado>>. Acesso em: 19/11/2019.

MARTINS, Ana Paula Antunes; CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana Vieira Martins. A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Nota técnica do IPEA. Brasília, março de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DE SANTA CATARINA. Representação MPC/GPCF/004/2019. Florianópolis, 8 de março de 2019. Disponível em: <http://www.mpc.sc.gov.br/index.php/component/docman/doc_download/105-mpc-pede-auditoria-sobre-politicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulher?Itemid=>>. Acesso em: 26/10/2019.

MPF AJUZIZA AÇÃO CONTRA CREMESC PARA ANULAR RESOLUÇÃO QUE RESTRINGE ATUAÇÃO MÉDICA EM PARTOS. Assessoria de Comunicação Social. Ministério Público Federal em Santa Catarina. Florianópolis, 11 de novembro de 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/mpf-entra-com-acao-contra-o-cremesc-para-anular-resolucao-que-restringe-atuacao-medica-e-proibe-medicos-de-atuarem-em-partos-fora-do-ambiente-hospitalar>>. Acesso em: 26/11/2019.

OLIVEIRA, Rosane Cristina de; CAVALCANTI, Elaine Cristina Tenório. Políticas Públicas de Combate e

Enfrentamento à Violência de Gênero. Revista Periferia: educação, cultura e comunicação. Vol. 9, n. 2, jul-dez 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf>. Acesso em: 2/11/2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Relatório Anual 2000. Relatório n. 54/01. Caso 12.051. Maria da Penha Maia Fernandes x Brasil. 04 de abril de 2001.

_____. Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), 1994. Disponível em <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em 02/11/2019.

PARA COMBATER VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, GOVERNO DO ESTADO LANÇA CAMPANHA AGOSTO LILÁS. Secretaria de Comunicação do Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 7 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/desenvolvimento-social/para-combater-violencia-contr-a-mulher-governo-do-estado-lanca-campanha-agosto-lilas>>. Acesso em: 19/11/2019.

PASINATO, Wânia; MACHADO, Bruno Amaral; ÁVILA, Thiago Pierobom de. Políticas públicas de prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. In: Políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. São Paulo: Marcial Pons; Brasília: Fundação Escola, 2019, p. 14.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios e perspectivas contemporâneas. In: Rev. TST. Brasília, vol. 75, n. 1, janeiro a março de 2009.

POLÍTICAS SOCIAIS: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE. Brasília: IPEA, 2015.

RAIO X DO FEMINICÍDIO EM SP. É possível evitar a morte. Núcleo de Gênero do MPSP, 2018. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/04/MPSP_RAIO-XdoFEMINICIDIO2018.pdf>. Acesso em: 19/11/2019.

SILVA, Anderson. Triste marca dos feminicídios em Santa Catarina precisa ser divisor de águas. NSC Total, Florianópolis, 8 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/triste-marca-dos-feminicidios-em-santa-catarina-precisa-ser-divisor-de>>. Acesso em: 30/11/2019.

_____. Pacto por elas: Alesc cria frente parlamentar para combate à violência doméstica. NSC Total, Florianópolis, 10 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/anderson-silva/pacto-por-elas-alesc-cria-frente-parlamentar-para-combate-a-violencia>>. Acesso em: 23/11/2019.

VIRA LEI OBRIGAÇÃO DE NOTIFICAR CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM 24 HORAS. Redação Senado Notícias. Brasília, 11/12/2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/vira-lei-obrigacao-de-notificar-casos-de-violencia-contr-a-mulher-em-24-horas>>. Acesso em: 12/12/2019.

VISÍVEL E INVISÍVEL. A vitimização das mulheres no Brasil. 2. ed. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acesso em: 19/11/2019.

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PARA ALÉM DA MERA CRIMINALIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO

DAIANE LIMA DOS SANTOS¹
CELYNE DA FONSECA SOARES²

RESUMO

Este trabalho investiga as possibilidades de atuação da Defensoria Pública na seara da violência de gênero, a partir da constatação de que a criminalização do feminicídio não foi capaz de diminuir o assassinato de mulheres, mantendo a mesma quantidade de mulheres brancas e aumentando a de mulheres negras. Com essa leitura de contexto ampliada e progressista, dada a impotência do Direito Penal para diminuir o número de feminicídios, problematiza-se: de que maneira a Defensoria Pública deve atuar para o enfrentamento da violência de gênero, numa perspectiva além do Direito Penal, e que possa interferir na prevenção do crime de feminicídio dado o aumento do número de mulheres negras assassinadas? Como objetivo geral, busca-se analisar de que forma. Para tanto, ainda que em breves linhas, se discutiu a origem do feminicídio, sua intersecção com raça, o incremento da judicialização da violência de gênero, em especial no Estado do Pará, e ao final apresentamos algumas reflexões sobre possibilidades de atuação da Defensoria Pública. A metodologia empregada foi a qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica e experiência alicerçada pelo método indutivo de uma discussão teórico-jurídica, com análise de dados nacionais e estadual.

Palavras-chave: Defensoria Pública. Violência de gênero. Atuação institucional.

1. INTRODUÇÃO

A prática de atos violentos perpetrados contra mulheres não é um fato recente. Historicamente, as mulheres são vítimas de agressões que por vezes culminam em suas mortes. O Estado Brasileiro, como resposta aos altos índices de morte de mulheres, utilizou o Direito Penal como uma resposta, com a criação no ano de 2015 da qualificadora do feminicídio, aumentando a pena para prática de tal delito.

Nomear o delito é uma reivindicação importante do movimento feminista, representando uma grande conquista. Todavia, o Direito Penal não pode ser apresentado como a única resposta estatal, que o utiliza como estratégia supostamente rápida e barata, mas de eficiência duvidosa, como há muito assevera a criminologia crítica. A velha crença e o investimento na busca da eficácia da punição do criminoso apresentada como solução para esse cenário tiram o foco da defesa dos direitos das mulheres, que ficou à sombra dessa disputa.

¹Defensora Pública do Estado do Pará, titular da 2ª Defensoria Pública de Defesa da Mulher em Situação de Violência de Gênero, integrante do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de Gênero (NUGEN). Doutoranda em Direito pela Universidade de Alicante (ES). Mestre pelo NAEA/UPFA/PLADES. Especialista em: Direito Administrativo e Administração Pública (UNAMA/ESA), Metodologia do Ensino Superior (UEPA), Direitos Humanos: assistência e proteção a vítimas de crimes e colaboradores da Justiça (UNB). Red Geispe (Red Temática Internacional sobre Género y Sistema Penal). E-mail: daianedossantos2014@gmail.com

²Graduada em direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Direito Penal e Democracia (UFPA) e do Grupo Direito, Desenvolvimento Sustentável e Amazônia (CESUPA). Colaboradora da Comissão de Direito Urbanístico e Desenvolvimento Urbano da OAB/PA. E-mail: celyne.soares@live.com

As causas do feminicídio são estruturais, fundadas em uma sociedade machista e patriarcal em que o corpo da mulher há séculos é um território em disputa. A família e o regramento jurídico até a Constituição de 1988 representavam esse ideário, mantiveram-se como mais um espaço de dominação. As reflexões apresentadas neste texto convidam a Defensoria a atuar nas intersecções dos vários campos do Direito e de outras ciências, com a necessária mobilização de novas práticas e saberes para o enfrentamento da violência de gênero, em especial a violência doméstica e familiar contra a mulher, pois as tradicionais respostas do direito como a dogmática jurídica e a simples judicialização do conflito, com amarras estanques entre o direito e a vida, presa a velhos nichos de atuação, não estão sendo satisfatórias e suficientes.

As possibilidades de atuação da Defensoria Pública nessa seara encontram pouca compreensão no que se refere à defesa da mulher em situação de violência, em especial à violência doméstica. Internamente, seus membros e a instituição ainda reproduzem padrões de comportamento afetos à lógica machista. A ausência de um limite ético ao princípio do contraditório e da ampla defesa ainda são usados como escusas para a manutenção de discursos que reproduzem a desigualdade e culpabilizam a vítima, reforçando preconceitos e estereótipos de gênero. O avanço da proteção dos direitos das mulheres ainda é insuficiente no sistema de justiça.

Paralelamente a tais desafios, vive-se a precarização dos serviços e o desmonte acelerado das políticas públicas de gênero, em especial após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a fusão do Ministério das Mulheres ao dos Direitos Humanos, a diminuição dos editais públicos para captação de recursos, adicionando-se um discurso oriundo dos poderes executivo e legislativo federal de deslegitimação das desigualdades de gênero, apresentando de forma aguda o Direito Penal, são apresentadas como única resposta possível, isto é, o encarceramento e a seletividade penal como respostas a uma questão que extrapola a esfera de criminalidade, não rompendo com a assimetria de poder institucionalmente existente.

A Defensoria Pública precisa enfrentar o enfraquecimento das garantias legais, sobremaneira das populações mais vulneráveis, das mulheres, em especial as negras, que figuram no pior patamar de direitos humanos e bem-estar. A instituição tem novos desafios e deve, pela sua própria essência, reinventar outras possibilidades de atuação, podendo despontar com um papel de protagonismo para além da atuação judicial, fiscalizando a implementação e a execução das políticas públicas e de produção legislativa com uma perspectiva de gênero, compreendendo a violência de gênero além da restrita esfera penal.

A criminalização do feminicídio não foi capaz de diminuir o assassinato de mulheres, mantendo a mesma quantidade de mulheres brancas, e aumentou a de mulheres negras³. A judicialização da violência de gênero no âmbito doméstico foi ampliada com o aumento do número de processos no Brasil, conforme dados contabilizados pelo Conselho Nacional de Justiça, mas também não gerou a queda do número de mulheres negras assassinadas em razão do gênero⁴.

Com essa leitura de contexto ampliada e progressista, dada a impotência do Direito Penal para diminuir o número de feminicídios, problematizasse: De que maneira a Defensoria Pública deve atuar para o enfrentamento da violência de gênero, numa perspectiva além do Direito Penal, e que possa interferir na prevenção do crime de feminicídio dado o aumento do número de mulheres negras assassinadas?

Para tanto, ainda que em breves linhas, discutimos a origem do feminicídio, sua intersecção com raça, o incremento da judicialização da violência de gênero, em especial no estado do Pará e ao final apresentamos algumas reflexões sobre possibilidades de atuação da Defensoria Pública.

2. FEMINICÍDIO: A ÚLTIMA OPRESSÃO DE GÊNERO

O termo *feminicide* ou *femicide* foi utilizado de forma pioneira no “Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas, no ano de 1976, por Diana Russel, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres”⁵. Foi definido posteriormente, como “o assassinato de mulheres realizado por homens motivado por ódio, desprezo, prazer ou um sentido de propriedade sobre as mulheres”⁶. Tal prática está fulcrada na herança patriarcal, machista e sexista que constitui a base dispare de poder entre homens e mulheres⁷.

As violências contra as mulheres possuem diversas formas de manifestações, ancoradas em múltiplas formas de dominação, que produzem e reproduzem padrões de desigualdades. Tais violações podem tomar a forma de agressão física, psicológica, sexual e patrimonial, podendo culminar, em sua última expressão com a morte. Tal fato tem sido denominado de femicídio ou feminicídio, sendo incluído no Brasil como qualificadora do tipo penal homicídio⁸.

Trata-se de um fenômeno global que representa a desigualdade de gênero e a produção de uma subcidadania feminina, cujo conceito nasce nos EUA (*femicide*), sendo desenvolvido na América Latina (feminicídio e femicídio). Apresentando como precursor o Caso Juárez, ocorrido no México entre os anos de 1993-2004, na região de fronteira com os EUA, em que aproximadamente 400 mulheres e meninas foram assassinadas. Mais de 100 sofreram mutilações, torturas e violências sexuais. Seus corpos foram abandonados em terrenos baldios ou em desertos que rodeavam a cidade⁹.

A omissão do Estado na investigação dos delitos foi inequívoca, assim como as disputas de poder, renda e nacionalidade. Porém, de forma inexorável foi o gênero o elemento emblemático dos delitos, reconhecendo-se os assassinatos como delito de ódio contra o gênero. A atrocidade serviu para estabelecer novas exigências no combate ao crime de feminicídio, com repercussões no México e internacional.

A partir da atuação da Corte Interamericana de direitos Humanos no caso, a América Latina passou a estabelecer formas de tratamento jurídico para a morte de mulheres em razão do gênero. O primeiro modelo conta com a adoção de leis autônomas, fora dos Códigos Penais, tal qual fizeram países como Costa Rica e Guatemala; outros países, como o México, optaram pela criação de tipo penal autônomo ao Código Penal; outro ainda, pela criação da agravante e qualificadora, caso do Chile, Peru e Brasil¹⁰.

O Estado Brasileiro outrora, também já foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o que culminou com a Lei Maria da Penha, e, conseqüentemente, a necessária adoção de estabelecimentos de uma Política Integral de proteção, com a aplicação de medidas protetivas, bem como, a criação e Implantação de Delegacias Especializadas e Varas Especializadas e criando uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres¹¹.

A criação da Lei e sua parcial implementação não se mostrou suficiente para diminuir o número de

⁵ ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2019. Coordenação: CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; ALVES, Paloma Palmieri; MARQUES, David; REIS, Milena; CYPRIANO, Otavio; SOBRAL, Isabela; PACHECO, Dennis; LINS, Gabriel. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em: 1 set. 2019.

⁶ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. (2019). Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QuAJAXZfc/opedoc.htm?document=qvw_l%5Cpaineicnj.qvw&host=QV5%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo>. Acesso em: 1 set. 2019.

⁷ GEBRIM, Luciana Maibashi; BORGES, Paulo César Corrêa. Violência de gênero: tipificar ou não o femicídio/feminicídio? Ano 51, n. 202, p. 59-75, abr./jun. Brasília: Revista de Informação Legislativa 2014, p. 61.

⁸ *Ibidem* 3, p. 61-62.

⁹ GRECH, Victor; MAMO, Julian. Gendercide: a review of the missing women. *Malta Medical Journal*, Msida, v. 26, n. 1, p. 8-11, 2014. Disponível em: <<http://www.um.edu.mt/umms/mmj/PDF/418.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

¹⁰ BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

¹¹ CELAYA, Margarita Bejarano. El feminicidio es sólo la punta del iceberg. *ISSN 1870-3925*, vol. 26, n. 4. *Región y sociedad [on-line]*, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-39252014000600002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2019.

assassinatos de mulheres no Brasil. As políticas públicas desenhadas pelo executivo até a atualidade não foram efetivadas em sua plenitude, tendo o Estado avançado mais na implementação do aparato punitivo. Sendo urgente a implementação de políticas amplas, multidisciplinares, organizadas, contínuas e integrais, evidenciando que a garantia dos direitos das mulheres não flui apenas pelo combate à violência, mas por ações que previnam essa prática no intuito de inibir novas vítimas¹².

O direito internacional dos direitos humanos estabelece normas e padrões obrigatórios aos Estados para que tomem medidas no intuito de prevenir, investigar, punir, bem como, reparar as violações praticadas contra mulheres, se tem as Diretrizes Nacionais de Femicídio para Investigar, Processar e Julgar¹³, que traz algumas classificações para enfrentar o feminicídio na América Latina, no intuito de entender a diversidade de contextos que podem resultar na morte, bem como, a forma que se entrecruzam com a violação de outros direitos humanos, contribuindo para potencializar as situações de vulnerabilidade e risco das mulheres.

Tais diretrizes objetivam contribuir para que a investigação policial de mortes violentas de mulheres e seus correspondentes processos e julgamentos sejam realizados, delitos cuja causa principal reside na desigualdade estrutural de poder e direitos entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Todavia, muitas vezes as disputas também são institucionais, envolvendo as competentes e responsáveis por essa investigação que mantem os mesmo padrões de discriminação de gênero do autor da violência que figura como réu no processo penal. A omissão estatal contribui para o extermínio diário de mulheres por gênero.

[...] há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso, o feminicídio é, antes de tudo, um crime do Estado.¹⁴

As Diretrizes da ONU Mulheres¹⁵ destacam que o feminicídio pode ser: **a) Íntimo:** quando a morte cometida por uma pessoa com quem a mulher tinha/tenha tido, relação/vínculo íntimo (marido/ex-marido/companheiro, namorado/ex-namorado ou amante); **b) Sexual sistêmico:** morte de mulheres que são previamente sequestradas, torturadas e/ou estupradas; **c) Por prostituição ou ocupações estigmatizadas:** morte de uma mulher que exerce prostituição e/ou outra ocupação similar, evidenciando o pesar do estigma social de Goffman (1988)¹⁶ e justificção da ação criminosa por parte dos sujeitos, com frases como "ela merecia"; "ela fez por onde"; "era uma mulher má"; "a vida dela não valia nada"; **d) Por tráfico de pessoas:** morte por "tráfico" entende-se as oriundas do recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas, valendo-se de ameaças ou ao uso da força ou outras formas de coação. Esta exploração inclui, no mínimo, a prostituição alheia ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, a escravidão ou práticas análogas à escravidão, a servidão ou a extração de órgãos; **e) Racista:** morte de uma mulher por ódio ou rejeição de sua origem étnica, racial ou de seus traços fenotípicos.

Trata-se de um crime motivado por questões de gênero e de misoginia, mas que também inclui uma espécie de ausência de políticas públicas do Estado visando inibir a morte de mulheres provocadas por questões de gênero, por apresentar motivações sistêmicas e estruturais as repostas estatais

¹⁰ *Ibidem* 7.

¹¹ BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

¹² OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA – OMV. Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres. Pesquisa OMV/DataSenado. Brasília: Senado Federal, 2018.

¹³ DIRETRIZES NACIONAIS DE FEMINICÍDIO PARA INVESTIGAR, PROCESSAR E JULGAR: com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Coordenador: PASINATO, Wânia. Brasília: ONU Mulheres, abr-2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

¹⁴ COSTA, Renata Tavares da. O papel do assistente da mulher previsto no artigo 27 da Lei Maria da Penha nos crimes de feminicídio no tribunal do júri. In: Gênero, Sociedade e Defesa de Direitos: A Defensoria Pública e a Atuação na Defesa da Mulher/ Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Defesa da Mulher, CEJUR. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

precisam ser complexas e com perspectiva de gênero. O cenário permanece o mesmo de anos de história envolvendo a perpetuação de violência contra as mulheres, pois, “*ciertas expresiones de la sexualidad masculina están normativizadas y matizadas por las condicionantes de clase social, edad, género y color de piel, entre otros aspectos*”¹⁷.

O direito internacional avança na proteção dos direitos das mulheres, tendo como importante marco a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)¹⁸, adotada na Assembleia Geral (1981), que define a expressão discriminação contra a mulher. O Brasil é um dos países que ratificou a CEDAW¹⁹, que configura um, quiçá o principal, instrumento para se exigir os direitos das mulheres no mundo, apresentando periodicamente, recomendações para seus artigos, com fundamento nos princípios de igualdade, não-discriminação e responsabilidade Estatal, objetivando uma criação de mecanismos, bem como, ações afirmativas que se destinem a garantir a mais efetiva e plena participação das mulheres no âmbito político e social.

No Brasil, mais especificamente no estado do Pará, ocorreu a Convenção de Belém de 1994, que previu²⁰:

Art. 6º. O direito de toda a mulher a uma vida livre de violência, incluir entre outros: 1. O direito da mulher de ser livre de toda forma de discriminação, e, 2. O direito a mulher ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamentos e práticas sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade de subordinação.

A continua consumação de feminicídios representa a mais extrema forma de violência, que objetivando o controle e a dominação sobre os corpos femininos, atua como um fenômeno global da desigualdade de gênero e a subcidadania conferida as mulheres. No Brasil, os percentuais de morte de mulheres por desigualdade de gêneros vêm crescendo expressivamente, e, no período de 2007 a 2017 o aumento foi de 30,7%, ficando o Brasil, somente atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia, ou seja, o Estado brasileiro ocupa a 5ª posição mundial do país que mais assassina mulheres, somente no ano de 2017, 4.936 mulheres foram mortas, contabilizando o maior número registrado desde 2007²¹.

As marcas das desigualdades são evidenciadas com números, pois, o Brasil ocupa o 92ª no Índice de Desigualdade de Gênero (IDgG), entre de 159 países; são contabilizados 13 homicídios femininos, 1 a cada 2 horas (2017); as mulheres ainda ganham 30% menos que os homens e ocupam somente 38% cargos de chefia; de onze ministros do Supremo Tribunal Federal somente duas são mulheres, sendo a primeira em 2006; o Superior Tribunal de Justiça é composto por vinte e sete homens e seis mulheres; apesar da maioria do eleitorado ser feminino o Congresso Nacional conta somente com o percentual de 10,6% das cadeiras do Congresso Nacional²².

Os estereótipos, preconceitos e desigualdades de gênero são naturalizados, ainda se convive com a ideia da não interferência social na família quando o assunto é violência de gênero com o jargão de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” ou que o maridomatou a mulher por amor, com afirmações como “ela deve ter feito algo para merecer isso”. Portanto, “O patriarcado organiza modos de vida que trazem, nos corpos, sua marca, naturaliza as relações sociais e garante à ideologia de gênero dominante um enraizamento difícil de ser desmontado”²³.

¹⁵Ibidem11.

¹⁶GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. LTC, 1988.

¹⁷FRAGOSO, Julia Estela Monárrez. *Trama de una injusticia. Feminicidio sexual sistémico en Ciudad Juárez*. ISSN 1870-3925. México: El Colegio de la Frontera Norte y Miguel Ángel Porrúa, 2009, p. 203.

¹⁸CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER – CEDAW. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019.

¹⁹Ibidem16.

²⁰ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção de Belém do Pará*. Assembleia Geral das Nações Unidas. 9 jun, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 26 agos. 2019.

3. MULHERES NEGRAS COM VIDAS MARCADAS E INSTITUIÇÕES BRANCAS

A categoria mulheres não pode ser essencializada, considerar a interseccionalidade nesse debate é inexorável, pois, o feminicídio de mulheres de cor branca diminuiu e o de negras aumentou exponencialmente, demonstrando a seletividade da efetivação de políticas públicas de gênero, bem como, do acesso à justiça, renda, serviços públicos e efetivação de direitos. *“Al hablar de género me refiero a la divisoria socialmente impuesta y jerárquica que surge de las relaciones de poder entre hombres y mujeres y que asigna espacios, tareas, deseos, derechos obligaciones y prestigios”*²⁴.

Historicamente, às mulheres pertencentes à nobreza (brancas), restava, “devido à influência das instituições sociais e o código de valores e de comportamento trazidos da Europa, a aceitação da sua permanência no interior do domicílio”²⁵, de forma subordinada ao genitor ou marido, que eram as figuras masculinas à quem deviam obediência.

Em contrapartida, a situação imposta às mulheres negras no período escravocrata do Brasil era de propriedades de seus senhores, as quais “passaram e passam pela coisificação, tanto material quanto simbólica”²⁶. A pertinência de uma percepção e produção feminina interseccional é corroborada por Luanna Tomaz de Souza²⁷.

O direito é visto assim como sendo masculino, impregnado de conceitos masculinos (como racionalidade e objetividade), sendo reivindicada a inserção de conceitos femininos. O objetivo seria não mais a igualdade, mas o reconhecimento das diferenças, que poderiam se traduzir em direitos especiais às mulheres.

Maquieira²⁸ aduz que *“la teorización del género como categoría analítica es central para el conocimiento de cómo se producen y reproducen estos fenómenos y a la vez, las estrategias para su transformación”*, pois, a cultura de uma sociedade é construída por seus integrantes e esses por sua vez, são moldados conforme os costumes, leis e convenções existentes naquele tempo e espaço, produzindo como resultado dessa relação, uma subjetividade entre quem regula o meio social, suas instituições e suas intercorrências.

A construção dos estereótipos e papéis sociais foram diferentes para mulheres negras e brancas, ainda que as correntes físicas tenham sido quebradas com a abolição da escravidão, as marcas deixadas ainda persistem nas relações sociais, vez que, além do encargo de nascer no gênero feminino, se torna agravado quando cumulado com a categoria raça.

*A colonização e suas derivações parecem ter sido o modelo estruturante utilizado para organizar as vias jurídicas brasileiras – a reclamação constante de que o judiciário brasileiro só funciona para punir negros e pobres não é descabida, vista por essa ótica. O domínio parece sempre ter sido a forma preferencial de organização no território brasileiro*²⁹.

²⁴Ibidem1.

²⁵Ibidem1.

²⁶GOMES, Izabel Solyszko. *Feminicídios: um longo debate*. Colômbia – Bobotá: Universidad Externado de Colombia. In: Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, vol. 26, n. 2, 11-Jun-2018, p. 3.

²⁷MAQUIEIRA, Virginia (ed.); CRUZ, Carmem de la; VALLE, Teresa del; FOLGUEIRA, Pilar; SAÍNZ, Cristina García; LAGARDE, Marcela; NIETO, Gladys; PICHARDO, José Ignacio; RAMOS, Mónica. *Mujeres, globalización y derechos humanos*. 2. ed. Universitat de València Instituto de la Mujer: Ediciones Catedra, 2010, p. 48.

²⁸RODRIGUES, Valeria Leoni. *A importância da mulher*. [2007]. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2019, p. 8.

²⁹BORGES, Juliana. *O que é encarceramento em massa? (Feminismos Plurais)*. Belo Horizonte/MG: Letramento Justificando, 2018, p. 58.

²⁷SOUZA, Luanna Tomaz de. *Quebrando Muros, Construindo Pontes: Tensões entre Criminologias e Feminismos. Criminologias e política criminal I [Recurso eletrônico on-line]*. Org.: CONPEDI/UFPR, coords.: Dani Rudnicki; Gisela Maria Bester; Roberto Carvalho Veloso. Florianópolis: CONPEDI, 2017, p. 257.

As políticas públicas desenhadas para garantir o acesso à justiça, desde a política de segurança pública ao acesso à justiça deveria incluir a perspectiva de gênero e raça. O incremento do percentual de mulheres negras vítimas de feminicídio é um componente que desse ser analisado pela política institucional da Defensoria Pública, mulheres negras merecem destaque e reconhecimento como destinatário de políticas públicas de prevenção, acolhendo as diferenças advindas de questões de gênero, raça e classe econômica, permitindo fruição de direitos. É preciso enfrentar que as "imagens de controle traçadas de racismo, sexismo, pobreza e outras formas de injustiça social pareçam normais e inevitáveis na vida cotidiana"³⁰.

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias "diferenças" que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem "diferença" na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação³¹.

A taxa de homicídio de mulheres negras continua crescendo, enquanto a de mulheres brancas estagnou. O racismo e suas consequências agravam o risco de lesão e morte para mulheres pretas e pardas (24,7% brancas, 28,4% pretas, 27,5% pardas)³². Destaca-se que 66% de todas as mulheres assassinadas no País em 2017 são negras, havendo um aumento de uma taxa de 4,3 para 5,6, enquanto que as mulheres brancas tiveram um aumento taxativo de 3,0 para 3,2, no igual período compreendido entre 2007 e 2017³³. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%³⁴.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE HOMICÍDIOS FEMININOS NO BRASIL, POR RAÇA/COR (2007-2017)

Fonte: Atlas da Violência, 2019³⁵

Para Djamila Ribeiro³⁶, os corpos negros estendidos no chão não geram comoção, porque essas

²⁸Ibidem22, p. 48.

²⁹LODETTI, Alex Simon; MONTE, Livia Espíndola; LAGO, Mara Coelho de Souza; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A vida psíquica do homem e a morte de mulheres. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Revista Psicologia e Sociedade, 2018, p. 7.

³⁰COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 173.

³¹CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Los Angeles: University of California, 2002, p. 173.

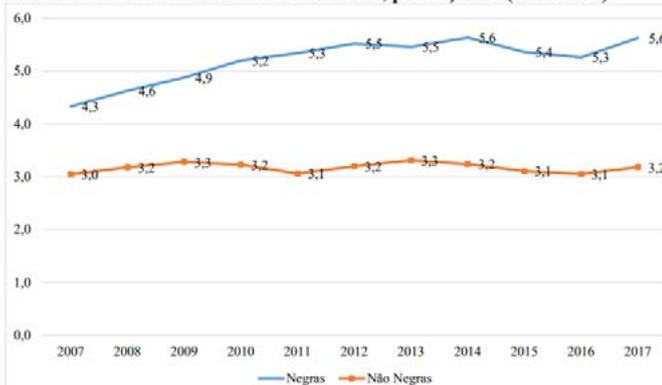
³²FORUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2. ed., 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2019.

³³Ibidem1.

³⁴Ibidem1.

mortes já estão tão naturalizadas que as pessoas agem como se fossem normais, num Estado racista como o brasileiro, onde o silêncio institucional estatal e os silêncios em relação às desigualdades sociais gritam mais representada nos e: quando se retira o d da interseccionalida

Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)



gra, esta não se vê cedo é silenciada, e ortância do conceito endidas:

ue busca capturar as e dois ou mais eixos la qual o racismo, o scriminatórios criam is de mulheres, raças, trata da forma como

ações e políticas específicas geram opressões que juem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento³⁷.

“Os mecanismos de exercício da liberdade ou dos direitos humanos são interdependentes, sendo sempre sustentados por uma estrutura de codependência. [...] a queda de um desses direitos afeta decisivamente todos os outros”³⁸. O acesso da mulher negra aos outros direitos pode impactar positivamente na diminuição do feminicídio negro. Dito de outro modo, a omissão estatal contribui para o genocídio negro feminino. A efetivação de políticas públicas com perspectiva de raça e gênero pode diminuir a vulnerabilidade ao feminicídio. Políticas de acesso a creches e do enfrentamento da feminização da pobreza com geração de emprego e renda diminui a dependência econômica e permite quebra do ciclo de violência. O privilégio branco precisa ser assumido institucionalmente, e uma atuação mais progressiva e interseccional é uma necessidade imperiosa da Defensoria Pública.

4. INCREMENTO NA JUDICIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA AMAZÔNIA E DESAFIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ

O Estado do Pará possuiu 143 municípios, 17 delegacias especializadas, três promotorias especializadas do Ministério Público (Belém, Castanhal e Santarém), juizados de violência doméstica nas cidades de Belém, Altamira, Marabá e Santarém; e o atendimento especializado da Defensoria do Estado do Pará (DP-PA) é realizado apenas em Belém. Destaca-se que o orçamento é distribuído em percentuais desproporcionais, cabendo à DPE-PA 1,64, ao MPE-PA, 5,15, e ao TJE-PA, 9,76 da receita corrente líquida do Estado.

Desenha-se o primeiro grande desafio, que é a atuação especializada em um Estado continental. Outro problema é o volume de processos, pois as varas de violência compreendem quase 40% dos processos distribuídos na capital no âmbito criminal, sendo os outros 60% distribuídos entre vinte varas criminais.

RELATÓRIO DE DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS POR VARA. ANO: 2018 (PERÍODO DE 1/1 A 31/12/2018 - BELÉM)

³⁵Ibidem1.

³⁶RIBEIRO, Djamilia. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

³⁷Ibidem30, p. 177.

³⁸Ibidem25, p. 3.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) publicou que o Pará registrou 39 casos de feminicídio somente no ano de 2018, sendo cerca de dez mortes a mais que o registro do mesmo período no ano de 2017 (49 casos de feminicídio)³⁹. Sublinha-se a dificuldade de obtenção real de números de feminicídios, pois muitos dos assassinatos não são tidos com essa característica, e para deletar questões de gênero

1ª VIOLÊNCIA DOM. E FAM. CONTRA MULHER	2.165
2ª VIOLÊNCIA DOM. E FAM. CONTRA MULHER	2.164
3ª VIOLÊNCIA DOM. E FAM. CONTRA MULHER	2.154
TOTAL	16.231
20 DEMAIS VARAS	9.748 (60,05%)
03 VARAS DE VIOLÊNCIA DOM. E FAM. CONTRA MULHER	6.483 (39,95%)

Fonte: Relatório de Distribuição de Processos por Vara fornecido pelo LIBRA (04/02/2019)
 ** Exceto Varas de Inquéritos Policiais, Carta Precatória Criminal, Execução Penal e VEPMA

No Pará, a padronização de procedimentos da polícia e a consideração como hipótese de investigação da ocorrência do feminicídio, e tampouco está sendo implementado o protocolo elaborado pela ONU⁴¹.

Os dados do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ⁴² refletem os dados do Atlas da Violência do ano de 2019 e quase correspondem ao número de treze mulheres assassinadas diariamente. Revelam um incremento anual nos casos de violência e feminicídio.

PROCESSOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO BR (16-18)

³⁹SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP. 2019. Disponível em: <<http://www.segup.pa.gov.br/frontpage?page=3>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

⁴⁰Ibidem1, p. 5.

⁴¹Ibidem11.

⁴²Ibidem2.

Fonte: elaboração das autoras com dados coletados do Departamento de Pesquisas Jurídicas do CNJ (2019)⁴³.

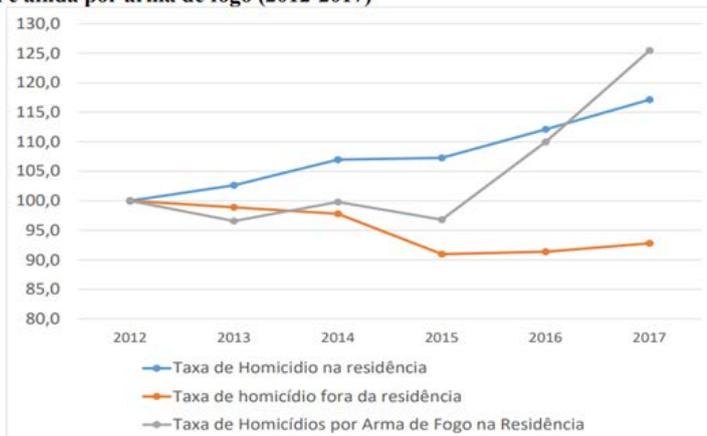
O atual quadro tende a ser agravado pelo Decreto n.9.847/2019⁴⁴ de flexibilização da posse de armas de fogo, conforme corroboram os dados do gráfico abaixo:



Fonte: Atlas da Violência (2019).

Facilitar o porte de uma arma de fogo, ainda que para homens sem antecedentes criminais, tende a incrementar o número de crimes. Além disso, todos os requisitos necessários para a obtenção das armas estão presentes nas legislações estaduais e da subcidadania.

Índices de base 100 da evolução das taxas de homicídio de mulheres dentro e fora da residência e ainda por arma de fogo (2012-2017)



Foram realizados estudos que mostram que muitas vítimas nos últimos dez anos tem sido na taxa de homicídios dentro das residências, com o uso da arma de fogo, que cresceu 29,8% no período de 2007-2017⁴⁷.

5. PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS FRENTE AO FEMINICÍDIO

Nomear e definir os problemas decorrentes do feminicídio é um passo importante, mas para inibir os assassinatos de mulheres decorrentes de questões de gênero é profícuo conhecer suas características e, por conseguinte, implementar ações efetivas de prevenção.

O aumento do número de casos de assassinato de mulheres pode ser creditado a duas situações. A primeira seria o aumento real do número de casos, e, de outra ponta, a diminuição da subnotificação.

⁴³Ibidem2.

⁴⁴BRASIL. Decreto n. 9.847 de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9847.htm#art60>. Acesso em: 14 dez. 2019.

⁴⁵SOUZA, Jessé. A classe média no espelho. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

⁴⁶Ibidem1.

ção, vez que a lei qualificadora de feminicídio é relativamente nova, de modo que pode haver um processo de aprendizado em curso pelas autoridades policiais e judiciárias. O cenário apresentado é desafiador, necessitando mudanças de práticas internas e externas para além do Direito Penal, com uma perspectiva de gênero.

[...] enquanto no passado a diferença entre mulheres e homens serviu como justificativa para marginalizar os direitos das mulheres e, de forma mais geral, para justificar a desigualdade de gênero, atualmente a diferença das mulheres indica a responsabilidade que qualquer instituição de direitos humanos tem de incorporar uma análise de gênero em suas práticas⁴⁸.

No âmbito interno é possível delinear mudanças no atuar na política institucional e na atuação judicial. Objetivando gerar inquietações e reflexões, sem a pretensão de esgotar a matéria, pontuamos alguns aspectos que se reputam importantes, dos quais muitos já fazem parte da atuação de núcleos dedicados à Defesa da Mulher, porém não se constituem como práticas da atuação das defensorias não especializadas ou integram as diretrizes da política institucional, contemplando a prática de todos os defensores públicos.

No caso da Defensoria Pública, quando analisadas suas competências na atuação judicial, em especial no âmbito penal, ela é marcada pelas defesas dos acusados nos tribunais do júri, função importante no exercício do contraditório e ampla defesa que, contudo, deve ser realizada a partir de uma perspectiva de gênero, sob uma égide técnica, esquivando-se de ataques machistas e sexistas à vítima.

Esse seria um primeiro ponto das tensões internas institucionais entre a dogmática e o feminismo e a defesa de direitos humanos das mulheres. Outra possibilidade de atuação seria como assistente de acusação, em casos emblemáticos, seja como atuação ordinária ou como *custus vulnerabilis*, especialmente em casos em que a primeira linha de investigação da polícia e do Ministério Público não contempla a hipótese de feminicídio, tais como assassinatos e mulheres trans e de prostitutas, situações que em geral são ligadas a dívidas de tráfico ou violência urbana, olvidando da necessária conexão com a misoginia.

A atuação com perspectiva de gênero necessita ser mais abrangente, pois obriga a uma sofisticação e complexificação do olhar para os deveres de cuidado, para o desempenho de papéis sociais socialmente determinados, o exercício dos cuidados dedicados a crianças, idosos e deficientes que dependiam da mulher assassinada. No caso do feminicídio, é necessário o acolhimento de seus órfãos e pessoas dependentes da vítima. A assistência da Defensoria deve estar integrada com as especializadas da infância para definição da guarda, do idoso e pessoas com deficiência sob seus cuidados. Além da possível reparação civil a ser realizada pelo réu ou pelo Estado em caso de omissão.

De acordo com os direitos das vítimas, uma reparação efetiva deve conter medidas de restituição, indenização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição. A cultura jurídica no Brasil nos crimes de feminicídio em matéria de reparação, quando muito, se limita a uma indenização. Neste sentido, o assistente à mulher e, especialmente, no caso do defensor público, deve cobrar a efetivação de outras obrigações, não só do acusado, mas também do Estado como coautor do crime, em razão de sustentar uma situação de discriminação estrutural que caracteriza o feminicídio⁴⁹.

⁴⁷ *Ibidem*1.

⁴⁸ *Ibidem*29, p. 172.

O enfrentamento da violência de gênero, em especial do feminicídio, dependerá da forma como a instituição irá empregar seus recursos, em sua capacidade de produzir e executar políticas institucionais com perspectiva de gênero e raça, modificando internamente a própria lógica de distribuição e exercício de poder, passando a adotar equidade na distribuição dos cargos de gestão para que a sua estrutura organizacional represente o interesse de seus assistidos, que são, em sua maioria, mulheres em todo o País.

O fortalecimento institucional modificou os horizontes de atuação das Defensorias Públicas, bem como as possibilidades e abrangência das políticas institucionais desenvolvidas para outros espaços, com a necessária aproximação com os movimentos sociais, atuação administrativa, política e atuação estratégica, além das funções relacionadas à educação em direitos. Eis o potente campo de defesa dos direitos das mulheres.

As Defensorias estaduais, a partir desse novo delineamento institucional, entram em processo de disputa para definição de suas políticas institucionais, dada a escassez de recursos e limitações para o cumprimento de suas competências. Sua atuação passou a ser intensificada no âmbito coletivo⁵⁰, como *custos vulnerabilis*, mais recentemente como assistente da vítima⁵¹, com forte atuação em educação em direitos como demonstrado no concurso de práticas exitosas promovido pela CO-NADEP, começando a dirigir um olhar mais interseccional sobre o direito das mulheres.

As relações de poder internamente ainda são marcadas por assimetrias, pela ausência de coordenações de políticas institucionais para mulheres em quase todos os estados, destacando a Defensoria do Rio de Janeiro pelo pioneirismo e a continuidade. O estabelecimento dessas coordenações pode representar uma ampliação das esferas de atuação para uma perspectiva mais progressista, interseccional, interdisciplinar e de maior proximidade com os movimentos sociais, juntamente com a organização de grupos de trabalho como o grupo de trabalho para discutir e avaliar as políticas públicas de prevenção correlatas a violência contra a mulher e participação no grupo de trabalho de monitoramento e implementação do protocolo para investigar, denunciar e julgar feminicídios do governo federal.

Considerando-se ainda que a prevenção do feminicídio em amplas linhas perpassa pela modificação das estruturas sociais e do trabalho em educação em direitos das mulheres, isso pode representar um fator decisivo de mudança⁵². Consigne-se que em âmbito nacional há a formação de um fórum de defensoras públicas, denominado “Coletiva de Mulheres Defensoras Públicas do Brasil”, que se uniram para discutir e enfrentar a misoginia dentro da própria instituição.

Outra possibilidade de atuação para recolocação profissional de mulheres em situação de violência se refere à criação de regras nos processos licitatórios para contratação de empresas terceirizadas que passem a incluí-las em seu corpo funcional, diminuindo a dependência econômica de mulheres em situação de violência e possibilitando o rompimento do ciclo.

A constatação do Atlas da Violência (em números absolutos, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 60,5% entre 2007 e 2017)⁵³ do crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as brancas evidencia a dificuldade do Brasil em garantir a universalidade de suas políticas públicas, incluindo-se a Defensoria, que não pode somente atender a demanda que busca assistência jurídica, devendo a instituição ir ao encontro dessas mulheres.

Convida-se a refazer perguntas sob outra ótica, deixando de questionar o motivos que levaram a vítima de feminicídio a não buscar o sistema de justiça e a Defensoria. Essas perguntas são feitas há

⁴⁹Ibidem12, p. 226.

⁵⁰VALENÇA, Manuela Abath. O sistema de justiça criminal brasileiro como um sistema frouxamente articulado: as disputas institucionais entre Ministério Público e Defensoria Pública. In: II Encontro PROCAD – UFAL/UFPE/UFPA: O poder judiciário e o discurso dos direitos humanos, 2011, Recife. Memória Digital – II PROCAD UFAL/UFPE/UFPA. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011, v. 1, p. 771-781.

⁵¹Ibidem12.

.....

muito tempo, e já obtivemos muitas respostas. As perguntas apropriadas são: porque o sistema de justiça e a Defensoria não chegaram a essas mulheres? Quais as mudanças necessárias na atuação da Defensoria Pública para alcançar as potenciais vítimas? Como podemos mudar nossa forma de atuar para além do Direito Penal com o objetivo de prevenir o assassinato de mulheres?

[...] é preciso uma revisão geral no formato como cada instituição tem desempenhado as funções que a Lei Maria da Penha determina, especialmente a Defensoria Pública, porque dentre todas as demais é aquela que tem de se colocar ao lado, nunca à frente da mulher em situação de violência doméstica e familiar, em todas as instâncias, desde o momento em que a mulher decide romper seu silêncio e precisa saber quais caminhos tem à disposição para seguir adiante em busca de uma vida com dignidade⁵⁴.

A política de assistência jurídica deve desvincular o acesso ao atendimento à existência de um Boletim de Ocorrência. A orientação jurídica deve prescindir de tal documento, pois, muitas vezes, as mulheres atendidas não desejam a judicialização da demanda. Acesso à justiça não é o acesso ao Judiciário, a resposta estatal é estanque e insuficiente para a multiplicidade de realidades socioculturais, e, não raras vezes, é produzida de forma contrária à autonomia da mulher.

Outra prática necessária é a manutenção de grupos reflexivos e de empoderamento feminino nos núcleos especializados para as mulheres em situação de violência, gerando uma aproximação com a assistida, fortalecendo a autoestima e possibilitando novos projetos de vida, minimizando as dificuldades de acesso às redes de atendimento e aproximando a usuária da Defensoria Pública⁵⁵.

O art. 45 da Lei Maria da Penha prevê o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, política importante que pode ser realizada pela Defensoria, pois a construção de novas masculinidades para além da dominante é uma necessidade, pois cuidar do agressor é proteger diversas futuras vítimas, já que a prática exclusivamente punitiva não tem impacto na diminuição da reincidência da violência.

Portanto, as perspectivas de atuação ora pontuadas revelam a descrença do investimento na eficácia da punição do criminoso como solução para a violência de gênero, pois a criação do tipo penal do feminicídio não foi capaz de prevenir o delito, o que efetivamente ocorreu foi o desvio do foco da defesa dos direitos das mulheres.

Para além de seus desafios internos, a Defensoria pode atuar junto às outras instituições do sistema de justiça recomendado, realizando termos de ajuste de condutas e judicializando demandas para que o Estado mantenha ou amplie sua rede de serviços em tempos de implementação de políticas econômicas neoliberais que atingem de forma potencializada as mulheres, agravando a já teorizada feminização da pobreza.

Transcorridos mais de vinte anos da conquista constitucional, a instituição vive um momento delicado, em decorrência da mitigação de políticas sociais e setorizadas, a deslegitimação e a minoração de recursos para políticas de mulheres, raça e direitos humanos, além da crise democrática. Os desafios a partir de 2017 passaram a tomar proporções exponenciais, sem que tenha havido de forma paralela a adequação do aporte financeiro e de recursos humanos.

⁵²ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP. Banco de Práticas Exitosas. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/secao?codSecao=praticas_exitosas>. Acesso em: 15 jan. 2019.

⁵³Ibidem1.

⁵⁴VENÂNCIO, Firmiane; TAVARES, Maria Santana. Acesso à justiça para mulheres em situação de violência doméstica e familiar: uma política pública de direitos com muitos nós. In: Gênero, Sociedade e Defesa de Direitos: A Defensoria Pública e a Atuação na Defesa da Mulher. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Defesa da Mulher, CEJUR. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2019, p. 72-73.

⁵⁵GUIMARÃES, Arleth Rose da Costa; NEVES, Helena de Cássia; COSTA, Lucilene Paiva da; SILVA, Mislene Lima. Serviço de Atendimento Especializado a Mulheres em Situação de Violência Doméstica no Pará. Ano 3, vol. 1, n. 2, agost-dez. ISSN 2175-2591. Revista do Nufen [on-line], 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=52175-25912011000200003>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Outro aspecto importante que precisa ser enfrentado pela Defensoria Pública é a mudança de percepção de segurança que as mulheres compartilham. A crença de que o perigo do estupro e assassinatos ocorre no espaço público é utilizada como instrumento de controle dos corpos femininos, quando os números da violência demonstram que 28,5% se deram no âmbito domiciliar, como “feminicídios íntimos”, que são aqueles decorrentes de violência doméstica e familiar.

A atuação coletiva da defensoria e o monitoramento das políticas públicas para que tenham uma perspectiva de gênero é um instrumento valioso para fortalecimento da rede e do sistema de justiça. A possibilidade da judicialização da demanda em políticas públicas como a manutenção de abrigos para mulheres em situação de violência, criação de creches e prioridade no fornecimento de vagas, criação de Unidades Básicas de Saúde em locais de alto índice de violência doméstica são atuações que podem ser massificadas pela Defensoria Pública.

Mais uma política externa que pode ser fomentada é a criação de redes de amparo e assistência não institucionalizadas, pois a mulher em situação de violência tem sua autonomia minorada quando abrigada, considerando o abrigo como forma de punição e não de proteção, havendo recusas inclusive quando há elevado risco para não suprimir sua liberdade. As regras do abrigo limitam a liberdade, a comunicação da assistida e a companhia de filhos maiores, aspecto que deve ser considerado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O repensar da atuação da Defensoria Pública, as reflexões e ideias sistematizadas pelo acúmulo da experiência e enfrentamento diário das violências de gênero que culminam com o feminicídio podem converter-se em um potente combustível para atuações conectadas com a diversidade cultural, com a desigualdade de gênero e raça.

A Defensoria Pública está vocacionada à garantia do acesso à justiça dos vulneráveis, e para tal precisa reinventar-se diuturnamente, considerando uma atuar mais integral, com perspectiva de gênero, plural e que considere as desigualdades de raça. Os dados do Atlas da Violência de 2019, o volume processual dos juizados de violência doméstica, o crescimento do feminicídio entre mulheres negras, demonstram que a qualificadora do feminicídio não tem o condão de prevenir a prática do delito.

A atuação da Defensoria deve ser ampla, visando a modificação das assimetrias de poder construídas socialmente. A política institucional deve focar na realização do direito das mulheres, na busca, judicial e extrajudicial, da efetivação de políticas públicas com perspectiva de raça e gênero que possam diminuir a vulnerabilidade da mulher em situação de violência e do feminicídio.

E, por fim, a defesa da mulher não pode ser encastelada somente nos núcleos especializados, devendo funcionar como diretrizes de atuação de todos os defensores e defensoras públicas, impondo limites éticos à defesa do acusado da prática de feminicídio, atuando como assistente da vítima. E externamente, tencionando o sistema de justiça para que seja um promotor da igualdade de gênero, o Legislativo para a produção de legislações que visem a igualdade e o Judiciário para que execute as políticas públicas com perspectiva de gênero e raça.

Dito de outra maneira, a prevenção do feminicídio de mulheres negras ocorre com a melhoria de suas condições de vida, o enfrentamento da desigualdade de gênero e do racismo, a educação em direitos e a construção da cidadania plena, devendo tais objetivos serem buscados na atuação de todo defensor ou defensora pública.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS – ANADEP. Banco de Práticas Exitosas. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/secao?codSecao=praticas_exitosas>. Acesso em: 15 jan. 2019

ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2019. Coordenação: CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; ALVES, Paloma Palmieri; MARQUES, David; REIS, Milena; CYPRIANO, Otavio; SOBRAL, Isabela; PACHECO, Dennis; LINS, Gabriel. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em: 1 set. 2019.

BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? (Feminismos Plurais). Belo Horizonte/MG: Letramento Justificando, 2018.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei n. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. Decreto n. 9.847 de 25 de junho de 2019. Regulamenta a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9847.htm#art60>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CELAYA, Margarita Bejarano. El feminicidio es sólo la punta del iceberg. ISSN 1870-3925, vol. 26, n. 4. Región y sociedad [on-line], 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?%20%25Dscript=sci_abstract&pid=S187039252014000600002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 17 nov. 2019

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. (2019). Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAX-Zfc/opendoc.htm?document=qvw_l%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo>. Acesso em: 1 set. 2019.

COSTA, Renata Tavares da. O papel do assistente da mulher Previsto no artigo 27 da Lei Maria da Penha nos crimes de feminicídio no tribunal do júri. In: Gênero, Sociedade e Defesa de Direitos: A Defensoria Pública e a Atuação na Defesa da Mulher/ Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

ro, Coordenação de Defesa da Mulher, CEJUR. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER – CEDAW. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2019

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Los Angeles: University of California, 2002.

DIRETRIZES NACIONAIS DE FEMINICÍDIO PARA INVESTIGAR, PROCESSAR E JULGAR: com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Coordenador: PASINATO, Wânia. Brasília: ONU Mulheres, abr-2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

FORÚM DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2ª ed., 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>. Acesso em: 1 set. 2019.

FRAGOSO, Julia Estela Monárrez. Trama de una injusticia. Femicidio sexual sistémico en Ciudad Juárez. ISSN 1870-3925. México: El Colegio de la Frontera Norte y Miguel Ángel Porrúa, 2009, p. 203.

GEBRIM, Luciana Maibashi; BORGES, Paulo César Corrêa. Violência de gênero: tipificar ou não o femicídio/feminicídio? Ano 51, n. 202, p. 59-75, abr./jun. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 2014.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. LTC, 1988.

GOMES, Izabel Solyszko. Femicídios: um longo debate. Colombia – Bobotá: Universidad Externado de Colombia. In: Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, vol. 26, n. 2, 11-Jun-2018.

GRECH, Victor; MAMO, Julian. Gendercide: a review of the missing women. Malta Medical Journal, Msida, v. 26, n. 1, p. 8-11, 2014. Disponível em: <<http://www.um.edu.mt/umms/mmj/PDF/418.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019

GUIMARÃES, Arleth Rose da Costa; NEVES, Helena de Cássia; COSTA, Lucilene Paiva da; SILVA, Mislene Lima. Serviço de Atendimento Especializado a Mulheres em Situação de Violência Doméstica no Pará. Ano 3, vol. 1, n. 2, agost-dez., ISSN 2175-2591. Revista do Nufen [on-line], 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000200003>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LODETTI, Alex Simon; MONTE, Livia Espíndola; LAGO, Mara Coelho de Souza; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A vida psíquica do homem e a morte de mulheres. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; Revista Psicologia e Sociedade, 2018.

MAQUIEIRA, Virginia (ed.); CRUZ, Carmem de la; VALLE, Teresa del; FOLGUEIRA, Pilar; SAÍNZ, Cristina García; LAGARDE, Marcela; NIETO, Gladys; PICHARDO, José Ignacio; RAMOS, Mónica. Mujeres, globalización y derechos humanos. 2. ed. Universitat de València Instituto de la Mujer: Edições Catedra, 2010.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA – OMV. Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília: Senado Federal. Pesquisa OMV/DataSenado, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Convenção de Belém do Pará. Assembleia Geral das Nações Unidas. 9 jun, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 26 agos. 2019.

RIBEIRO, Djamilia. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Valeria Leoni. A importância da mulher. [2007]. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2019, p. 8.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇAPÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SEGUP. 2019. Disponível em: <<http://www.segup.pa.gov.br/frontpage?page=3>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

SOUZA, Jessé. A classe média no espelho. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Luanna Tomaz de. Quebrando Muros, Construindo Pontes: Tensões entre Criminologias e Feminismos. Criminologias e política criminal I [Recurso eletrônico on-line] org. CONPEDI/UFPR, coords. Dani Rudnicki; Gisela Maria Bester; Roberto Carvalho Veloso. Florianópolis: CONPEDI, 2017.

VALENÇA, Manuela Abath. O sistema de justiça criminal brasileiro como um sistema frouxamente articulado: as disputas institucionais entre Ministério Público e Defensoria Pública. In: II Encontro PROCAD – UFAL/UFPE/UFPB: O poder judiciário e o discurso dos direitos humanos, 2011, Recife. Memória Digital – II PROCAD UFAL/UFPE/UFPB. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

VENÂNCIO, Firmiane; TAVARES, Maria Santana. Acesso à justiça para mulheres em situação de violência doméstica e familiar: uma política pública de direitos com muitos nós. In: Gênero, Sociedade e Defesa de Direitos: A Defensoria Pública e a Atuação na Defesa da Mulher/ Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Coordenação de Defesa da Mulher, CEJUR. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

DIREITO DE A MULHER TER DIREITOS E DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO DO PROCESSO NOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ELAINE KAREN COSTA ARAUJO¹
DANIELLA LOPES LAIGNIER²

RESUMO

O presente trabalho pretende mostrar que as mulheres tiveram seus direitos violados e que essa violação era fomentada socialmente. Essa discriminação faz parte de um contexto de violência aprendida e que deve ser desconstruída não somente como um ato da lei, mas com trabalhos restaurativos de conscientização e responsabilização social.

Palavras-chave: Direito. Mulher. Participação democrática. Processo.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata um pouco da história dos direitos humanos das mulheres e sua trajetória de luta e sacrifício para serem reconhecidas como sujeito de direito.

É de suma importância o debate sobre o tema dos direitos humanos das mulheres, uma vez que até hoje o assunto não é muito bem digerido no seio social, onde muitas mulheres permanecem em estado de dependência, subserviência e discriminação sem ter consciência de seu valor enquanto participante ativa de uma sociedade e de seu papel na construção de sua história individual e social.

São inúmeras as questões que norteiam o tema, como, por exemplo, o tratamento paternalista e discriminante ao qual as mulheres foram submetidas por inúmeras legislações norteadas pela concepção sociocultural e que ainda hoje, após anos de luta, existem resquícios de pensamentos machistas que as definem como seres frágeis e dóceis, contidas em sua modéstia, e a necessidade de garantir-lhes autonomia e poder de influenciar.

O trabalho é dividido em tópicos que trazem a introdução, e os primeiros tópicos falam sobre o contexto histórico, social e cultural da mulher contra as discriminações sofridas ao longo da história, a discriminação que era inclusive legalizada, e aborda instrumentos jurídicos que trouxeram inovações importantes como o direito à participação política e pública das mulheres.

Os últimos tópicos abordam a mulher como sujeito de direitos no âmbito internacional e os principais instrumentos internacionais de proteção da mulher; do direito da mulher de participar

¹Defensora Pública do Estado de Minas Gerais, lotada na Segunda Defensoria Criminal, Governador Valadares, especialista em Direito Constitucional, especialista em Assistência Jurídica, especialista em Direito Notarial e Registral, especialista em Direito Penal e Processual Penal, especialista em Filosofia e Teoria do Direito e graduanda do 4º período de Psicologia.
²Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares – Governador Valadares/MG e estagiária na Segunda Vara Criminal da Defensoria Pública de Governador Valadares. E-mail: danilopeslaignier45@hotmail.com

ativamente do processo penal, como sujeito de direito, e de expressar seus sentimentos, exteriorizar sua dor, e de receber o amparo judicial para fins de ser empoderada como cidadã e detentora de direitos e não para cumprir papel de vítima frágil, mas de participar na construção da solução de seu conflito. Por fim, aborda a prática restaurativa na Comarca de Governador Valadares.

O presente artigo utiliza a metodologia de pesquisa bibliográfica e histórica.

2. O PAPEL DAS MULHERES NO CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOCULTURAL

A explicação do comportamento passivo da mulher de subserviência e docilidade com delimitação de espaço remonta a tempos passados, nos quais se garantia ao homem o papel de macho provedor e garantidor que necessitava de sua força bruta para proteção da comunidade e da família. Neste contexto, a mulher cuidava da lavoura, da família, ou seja, estava restrita ao âmbito doméstico.

Na Antiguidade, as mulheres assim como os escravos não faziam parte do grupo de cidadãos, não frequentavam as ágoras, não participavam politicamente da vida nas cidades, mantendo seu papel dentro do seu lar.

O certo é que, se houve um tempo em que os homens exerciam importante papel de sobrevivência dos grupos, pois historicamente lutavam bravamente para garantir a existência dos grupos, como também lutava contra saques de aldeias vizinhas, caçavam, pescavam, enfim, utilizavam sua força corporal para garantir o bem-estar, e a mulher exercia atividades consideradas menos importantes em termos de sobrevivência dos grupos, porém, passada essa fase, a relevância do papel de cada gênero na sociedade foi preservada, o homem com sua importância de garantidor, provedor, e a mulher como uma segunda ordem de relevância, vista como um ser frágil e incapaz.

Desde a pré-história, as mulheres foram subjugadas a uma vida simples de afazeres domésticos, porque suas funções não eram consideradas importantes em termos de sobrevivência, e isso garantiu aos homens um futuro promissor de serem sujeitos de direitos, participantes ativos da vida política da comunidade.

Se inicialmente foi necessário o uso da força para preservação da família, do grupo, da comunidade contra ataques externos, posteriormente a desigualdade perdurou como uma convenção social, que engessava cada um em seu papel privado ou público, como se houvesse um gênero público e outro privado:

O privado sendo usado para referir-se a uma esfera ou esferas da vida social nas quais a insinuação ou interferência à liberdade requer justificativa especial e o público para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis (...) é tanto usado para referir-se à distinção entre Estado e sociedade quanto para referir-se à distinção entre vida doméstica e não-doméstica (...) A divisão do trabalho entre sexos tem sido fundamental para essa dicotomia desde seus princípios teóricos. Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como "naturalmente" inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família.³(grifo nosso)

³OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Florianópolis: Estudos Feministas, v. 16 (2), maio-agosto de 2008, p. 306-308.

Para o behaviorismo radical o ser humano é visto como um organismo semelhante a outro qualquer, sendo o seu comportamento determinado por variáveis ambientais organizadas em três níveis de seleção: o filogenético, o ontogenético e o cultural.⁴

Dessa forma, pode-se dizer que o comportamento hoje visto como de violência contra a mulher foi reforçado social e culturalmente, e esse reforço levou à repetição desses comportamentos, por mais nefastos que fossem.

A formação da masculinidade, imposta desde a socialização primária, ou seja, quando a criança ainda está descobrindo o mundo, tentando entendê-lo, por meio da linguagem, desde os primeiros passos ele aprende a constituir-se como homem sendo um ser ativo tanto sexualmente como em sua forma de agir, e essa forma de agir é totalmente voltada à agressividade e à violência, é ensinado a ser assim e, caso não seja, a sexualidade e a saúde da criança passam a se tornar objeto de preocupações.

Nesse processo de masculinização do homem, ele também aprende que as mulheres são objetos, que gostam de apanhar, que o *não* é apenas um motivo para se querer mais, tudo isso através da mídia, de livros, filmes, tudo levando a afirmar e reforçar sua superioridade, como ser violento e agressivo para conseguir o que quer, e ao mesmo tempo a mulher deve ser submissa, desempenhando seu papel secundário de ajudadora, um suporte.

Aobra de Miriam Grossi (2004, p. 7) demonstra bem a importância desse processo de iniciação para a violência implantada no homem como algo que não é inato, mas aprendido:

Vários antropólogos, como por exemplo Pierre Clastres, Victor Turner, Maurice Godelier, Françoise Héritier e Georges Balandier, têm se dedicado a descrever estes rituais de iniciação, mostrando como é pela violência e pela separação dos iniciados do mundo onde vivem, que se constrói uma identidade grupal de gênero. Estes antropólogos mostraram como há uma diferença radical entre os rituais de iniciação femininos e masculinos, sendo estes últimos marcados pela violência física e pela inculcação nos meninos da crença de que eles são detentores de segredos que não podem ser revelados às mulheres⁵.

Esse comportar-se equivocado da sociedade em relação à mulher permeia todas as esferas sociais e os poderes, tanto que a lei chegou a ter por conduta legítima o castigo do marido à mulher e aos filhos, e essa nódoa da história humana é difícil de ser dissipada, tanto que a Lei Maria da Penha surgiu justamente porque houve desprezo das autoridades estatais quanto aos direitos da integridade física e moral de uma mulher, pois tal conduta tinha amparo no reforçamento social.

Na Idade Média, o Cristianismo trouxe importantes marcos teóricos para a revisão da história. O apóstolo Paulo, discípulo de Jesus Cristo, destacou a nova ordem trazida pelo Cristianismo, qual seja, a igualdade de todos como filhos de Deus, deixando claro na carta escrita aos Gálatas que “não há nem judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher”⁶. Assim, destacou a igualdade de todos, como filhos de Deus, já não cabendo a odiosa distinção pela força ou pelo poder.

Essa nova concepção serviu como marco teórico para novas conquistas, mas a presunção e a arrogância venceram para manter a mulher em sua função de fragilidade, com total reforço social aos comportamentos discriminantes.

⁴MOREIRA, Márcio Borges. *Princípios Básicos de Análise do Comportamento*. Artmed. Edição do Kindle, p. 297.

⁵GROSSI, Miriam. *Masculinidades: uma revisão teórica*. Revista Antropologia em Primeira Mão, volume 5. Número 75. 2004, p.7. Disponível em: <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

⁶PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Lei n.11.340/06. Análise Crítica e Sistêmica*. Livraria do Advogado Editora. Edição do Kindle.

Os pensadores da Revolução Francesa também eram machistas em sua grande maioria e continuavam a ver as mulheres em sua versão tradicional, ou seja, continuavam a vê-las como seres modestos, sem traquejo para a intelectualidade ou, mesmo que intelectuais, não poderiam romper seu espaço delimitado da seara doméstica.

Por ocasião das Revoluções Norte-americana e Francesa, muitas mulheres lutaram bravamente, saindo do âmbito doméstico, pois mantinham sozinhas suas famílias e propriedades, enquanto os homens estavam nas batalhas, participavam de manifestações públicas que reivindicavam alimentos para seus filhos, taxaço de preços, empregos e educaço para o gênero feminino⁷.

Mesmo mostrando sua força, valentia, a sociedade se recusava a aceitar as mudanças do papel da mulher de sair de seu limitado espaço social, utilizando como base do reforço social fortes apelos do importante papel na construço do lar e na criaço dos filhos da naço.

Não obstante a injustiça na repartiço dos despojos ao final dessas revoluçoes, as mulheres já estavam mais conscientes de seu potencial e já sabiam da existênça de vida fora do âmbito doméstico, e daí para a frente a história testemunhou sua libertaço e a conquista de seu espaço social.

O filme britânico *Suffragette*(*As sufragistas*), lançado em 12 de outubro de 2015, retratou bem a história da luta das mulheres do início do século XX, mais especificadamente em 1912, contra o machismo, ideias preconcebidas que colocavam as mulheres como não capacitadas para o exercício das escolhas políticas, por serem consideradas até mesmo desequilibradas.

A desigualdade e a indiferença social não somente marcavam, mas era um sentimento interiorizado pelas mulheres, tanto que muitas incorporavam tais pensamentos como corretos, um verdadeiro obstáculo à civilizaço, repelindo muitas delas a luta de suas companheiras.

A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc. Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo "a igualdade dentro da diferença". Essa fórmula, que fez fortuna, é muito significativa: é exatamente a que utilizam em relação aos negros dos EUA as leis Jim Crow; ora, essa segregação, pretensamente igualitária, só serviu para introduzir as mais extremas discriminações. Esse encontro nada tem de ocasional: quer se trate de uma raça, de uma casta, de uma classe, de um sexo reduzido a uma condição inferior, o processo de justificação é o mesmo. O "eterno feminino" é o homólogo da "alma negra" e do "caráter judeu".⁸

Observa-se que nas lutas das mulheres trabalhadoras as sufragistas em sua maioria eram brancas, e não houve muito espaço para mulheres negras, pois a luta teve viés classista das mulheres trabalhadoras europeias, dentre sua maioria brancas.

Como bem preleciona Kimberle Crenshaw sobre a interseccionalidade das opressões, já que nenhuma opressão é sentida separadamente, não há uma caixa para cada uma, *a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos*⁹.

⁷PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Lei n. 11.340/06. Análise Crítica e Sistêmica. Posição 245 de 3729. Livraria do Advogado Editora. Edição do Kindle.*

⁸BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos. 4.ed.* São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1970, p.17.

⁹CRENSHAW, Kimberle W. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. 2004. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 10. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.*

A falta de credibilidade das mulheres em suas funções sociais também era gritante, como se pode citar o exemplo da política norte-americana desde 2001, denão dar atenção aos alertas de Coleen Rowley, a mulher do FBI, sobre o Al-Qaeda. Ou seja, ainda que as mulheres ocupassem espaços importantes, existia e ainda existe a barreira da intolerância, da arrogância e do machismo.

O direito das mulheres de ter voz e credibilidade, de não serem meros objetos, tem sido uma luta lenta e penosa, onde se quer mostrar que o direito de viver e existir com dignidade e igualdade resulta do simples fato de sua existência e que este direito de existir digna e igualitariamente é mais importante do que o direito de alguém a controlar.

Consoante ressalta Francesco Carnelutti para o direito se luta¹⁰, o direito é luta, ou seja, o direito vive sob sinal de contradição, e isso é uma constância na vida das mulheres que lutam todos os dias pelo direito de terem suas opiniões observadas, de não serem caladas e maltratadas pela arrogância e de existir tal como se escolhe.

3. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E O DIREITO DAS MULHERES

Se a história da humanidade é de evolução, o abuso também, passando de formas grotescas e violentas para formas requintadas e veladas. Deixa-se de violar a carne para violar o espírito.

Até mesmo a legislação contribuiu para essa mácula da histórica da humanidade, onde um ser humano teria ou não direitos a depender do seu sexo, e contribuiu também a perpetuação dessas violências, afinal, quem cria o direito é o homem e em determinado momento histórico. De certo, fará leis de acordo com a época em que está inserido, *a própria qualificação jurídica do fato social implica valoração. Se o fato social entra do domínio do Direito, isso se faz pela via da norma e da valoração*¹¹, e desde o início dos tempos a mulher não era vista como ser humano, e assim a legislação não lhes concederia graciosamente os direitos de igualdade, liberdade e fraternidade, pois tais direitos foram conquistados por meio de lutas, como as lutas pelo sufrágio universal.

Como informa Lassalle, uma constituição é bem mais que uma “folha de papel”, uma constituição é o que o alemão conhece por *Volksgeist*, ou seja, o espírito do povo¹². Müller diz que “uma norma jurídica é bem mais que [um] texto”, e certamente o contexto histórico e as forças reais do poder mostraram que essas forças eram machistas e sombrias¹³.

De fato, Lassalle estava correto quando disse que a Constituição era o retrato da vida social do povo e que a vida real escreve a Constituição nos mínimos detalhes, ou seja, as forças reais do poder elegem seus valores, preconceituosos ou não.

A exemplo disso tem-se as Ordenações Filipinas, que traziam o modelo de poder patriarcal vivido na Idade Média, em queo marido sequer sofria pena por aplicação de castigos corporais à mulher e aos filhos, e era proibido à mulher ser testemunha em testamento público. A mulher não exercia o poder familiar sobre seus filhos e não podia praticar qualquer ato sem autorização do marido.

Na primeira Constituição do Império de 1824, as mulheres não tiveram voz, e seus direitos não faziam parte do assunto constitucional, ou seja, continuaram em suas cadeias da incapacidade que as aprisionavam e, sem o amparo legal, tiveram que lutar muito para mostrar que eram capazes de construir história.

¹⁰CARNELUTTI, Francesco. *Arte do Direito*. São Paulo, 2007. Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil, Editora Pillares, Posição 473.

¹¹AFONSO, Elza Maria. *O direito e os valores: reflexões inspiradas em Franz Brentano, Max Scheler e Hans Kelsen*. Ufmg: Caap, v. 2, 1999, p. 19. Disponível em: <<https://revistadocaap.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/161/160>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

¹²LASSALLE, Ferdinand. *O que é uma Constituição?* Editora Pillares. Edição do Kindle.

¹³MÜLLER, Friedrich. *Juristische Methodik*. Alemanha, 1996, p. 117.

Como diz Marco Antonio Villa, essa Constituição começava com uma afirmação falsa, logo no primeiro artigo: “O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros”¹⁴, pois “todos” não passavam de uma pequena minoria, constituída de pessoas livres, com renda mínima.

O Decreto n. 3.029 de 1881, conhecido como Lei Saraiva, definia em seu artigo 2º como eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos artigos 6º, 91 e 92 da Constituição do Império, e a condição para o voto seria atingir uma renda não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego.

Em 1894, Machado de Assis, em sua Crônica Semanal, escreveu: “Elevemos a mulher ao eleitorado; é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nesta injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem na oficina da política”¹⁵.

Até 1913, em nenhum país da Europa as mulheres tinham direitos políticos garantidos por suas constituições, inclusive o direito de igualdade política em relação às mulheres era visto como uma anarquia, desastrosa e fatal¹⁶, uma completa desordem moral e mental, a pura consagração do desequilíbrio, e o primeiro país a conceder esse direito foi a Noruega em 1913.

Neste contexto, estava certo o baiano Cesar Zema quando disse que seria apenas uma questão de tempo, ou seja, uma questão de direito¹⁷, e que mais cedo ou mais tarde essa questão seria resolvida em favor do reconhecimento do direito das mulheres, e o Brasil, com sua tendência de imitação, copiaria qualquer país importante da Europa que lhes conferisse direitos.

Na seara cível, a mulher se subordinava a uma condição de incapaz, conforme se observa pelo Decreto Lei n. 181, de 24 de janeiro de 1890, que estabelecia como efeito do casamento o investimento do marido como representante legal da família, da administração dos bens comuns e ainda o sustento da mulher e dos filhos, ou seja, a sociedade da época ainda não conseguia ver a mulher como um ser humano titular de um patrimônio subjetivo mínimo, a viam como um ser incapaz de reger sua própria vida.

O Estado do Rio Grande do Norte deu seu salto pioneiro e de destaque na história para garantir que as mulheres fossem às urnas, baseando-se no artigo 70, da Constituição de 1891, que não vetava expressamente o voto das mulheres, e nos termos do parágrafo 2º do artigo 72, que dispunha da igualdade de todos perante a Lei, e, invocando ainda o artigo 17 da Constituição do Estado, deu sua contribuição histórica, abrindo o caminho, em 1928, para os primeiros passos de elevação das mulheres ao seu lugar na política.

No Código Eleitoral de 1932 somente teriam direito a voto as mulheres casadas devidamente autorizadas pelo marido, e também poderiam votar as mulheres viúvas e as solteiras que comprovassem cargo público ou exercício de profissão rentável.

Na Constituinte de 1933, dentre os 254 constituintes, havia uma mulher Carlota Pereira de Queirós. A Constituição de 1934 mostra que as mulheres passaram a ser assunto modesto de seu texto, sem perder a tradição machista e o costumeiro preconceito. Continuavam sendo vistas como seres frágeis, como por exemplo o artigo 163, que proibia as mulheres do exercício do serviço militar.

Apesar dos pesares, o Brasil era o quarto país nas Américas a conceder o voto às mulheres, precedido por Canadá, Estados Unidos e Equador¹⁸. O artigo 109 da Constituição de 1934 estabelecia o alistamento e o voto como obrigatórios para as mulheres que exerciam função pública remunerada, ou seja, mulheres com condições financeiras mínimas.

¹⁴VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras*. Leya. Edição do Kindle.

¹⁵ANDRADE, Gentil de. *Pensamentos e reflexões de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p.114.

¹⁶VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras*. Leya. Edição do Kindle.

¹⁷ROURE, Agenor de. *A Constituinte republicana*. Tomo II. Brasília, Senado Federal, 1979, p. 279-88.

¹⁸HÄHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Além da desigualdade de gênero, também havia desigualdade econômico-social, pois a Constituição excluía do alistamento e do voto todas as mulheres que não exerciam função pública remunerada, sendo um direito elitizado.

Neste contexto, é importante ressaltar que mesmo com os avanços a quantidade de mulheres que exercia seu direito de voto era inexpressiva, e isso pode ser atribuído à dureza da repressão duradoura e escravizante, que trouxe conformismo e temor a muitas mulheres que tinham medo de ser agentes de construção de uma nova história.

A Constituição da era Vargas, de 1937, retrocedeu no tempo, pois suprimiu alguns artigos da Constituição de 1934, sendo conhecida como Constituição Semântica, pois atribuía atribuições aos órgãos, porém pouco se falava de direitos.

A Constituição de 1946 trouxe de volta os direitos da Constituição de 1934, e nos anos 1950 as mulheres estavam mais empoderadas e determinadas a lutar por seus direitos, sendo fruto dessa luta algumas modificações no Código Civil de 1916, com o advento do Estatuto da Mulher Casada de 1962, pelo qual as mulheres podiam exercer plena capacidade aos 21 anos, tendo participação nos encargos da família.

A Constituição de 1967 viveu por pouco tempo, pois com a ditadura, com o golpe militar, com a promulgação do AI-5 em 1968, fechou-se o Congresso, foram suspensos os direitos políticos dos cidadãos. Em 1969, a Emenda 1 substituiu praticamente todo o texto da Constituição.

Após essa fase sombria da história brasileira, a Constituição de 1988 estabeleceu não somente a igualdade de todos perante a Lei, mas a igualdade entre homens e mulheres, artigo 5º, inciso I, enquanto as demais constituições diziam apenas que todos eram iguais perante a Lei, e também incentivou a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

Em 2006, foi promulgada a Lei Maria da Penha, Lei n. 11.340, que constituiu o principal marco de defesa contra a violência à mulher. Atualmente, a luta não é mais tanto contra o regramento, mas para efetivação de direitos conquistados, como igualdade da mulher nas relações de trabalho, na proteção de suas escolhas, diante de uma sociedade em que o machismo e o preconceito ainda prevalecem.

Há de se atentar porém que a inobservância dos direitos das mulheres foi passado de geração em geração, e assim a violência contra a mulher foi um aprendizado cultural e vem de longa data sendo transmitida como uma herança de todos os povos. Em virtude disso, os instrumentos legais não serão suficientes se não houver um trabalho de educação em todas as classes sociais, faixas etárias e uma conscientização de impacto sobre o tratamento igualitário e o respeito de todos os seres humanos, independente de sua cor, raça, sexo e origem social.

É necessário um esforço de toda a comunidade, do governo e de todos os setores e áreas de saberes para trazer uma mudança social e cultural da não violência à mulher, lembrando aqui o importante discurso de Pitágoras quando diz que, educando a criança, não será preciso punir o adulto.

4. DIREITO DA MULHER A SER SUJEITO DE DIREITOS

A partir da Segunda Guerra Mundial, a internacionalização dos direitos humanos ganhou grande proporção, com o objetivo de não se repetirem as atrocidades das guerras, em que os seres humanos foram menosprezados, a depender de sua origem, e para isso foi necessário relativizar a

soberania nacional para admitir intervenção na proteção dos direitos dos seres humanos.

Os direitos humanos são uma construção sangrenta, que dependeu de lutas incansáveis cujo preço foram vidas humanas, e o direito das mulheres como parte desse contexto não foi diferente.

Flavia Piovesan foi feliz em trazer grande contribuição doutrinária quando disse que

no momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável (...) Nesse cenário, o maior direito passa a ser, adotando a terminologia de Hannah Arendt, o direito a ter direitos, ou seja, o direito de ser sujeito de direitos.¹⁹

Com isso os direitos humanos ganharam proteção internacional para os seres humanos, e simplesmente pela condição de ser humano, independente de sua nacionalidade, situação econômica, como também foram construídos sistemas especiais de proteção de crianças, idosos, pessoas apriionadas, e dentro desses sistemas específicos de proteção está a proteção da mulher.

A Declaração de Viena, de 1993, foi o primeiro instrumento internacional que especializou a expressão direitos humanos da mulher, conforme o seu art. 18, Parte I: "Os Direitos humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais".

O Brasil é signatário de acordos internacionais que visam à proteção da mulher, preservando-a como sujeito de direitos como ser humano. Dentre esses instrumentos internacionais existem os tratados e convenções que, após assinados e ratificados pelo Estado, geram efeitos jurídicos e os compromissos decorrentes de conferencias internacionais que não criam obrigações jurídicas, mas criam consensos sobre a matéria e com o objetivo de um compromisso de efetivar e levar a concretização dos princípios aprovados como um plano de recomendações.

No caso específico dos tratados e convenções, para vincularem o Estado Brasileiro, segundo a Constituição Federal, necessitam de aprovação pelo Congresso e publicação pelo Poder Executivo no *Diário Oficial*, que é o processo de ratificação.

O Brasil é signatário do sistema de proteção global que integra a Organização das Nações Unidas, qual seja: Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, aprovada em 1970 e incorporada ao ordenamento pátrio pelo Decreto Legislativo n. 93 de 1983, promulgado pelo Decreto n. 89.406 de 1984.

A Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher define bem a discriminação contra a mulher como "toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro".Essa convenção visa acelerar a igualdade fática entre homens e mulheres a ponto de possibilitar em seu artigo 4º a adoção de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar essa igualdade.

O Brasil também é signatário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a

Violência Contra a Mulher ou Convenção do Pará, aprovada em 9 de junho de 1994, que passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro em 1/8/1996, pelo Decreto n. 1.973. Essa convenção, em seu preâmbulo, declara que "a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais liberdades". E, no capítulo IV considera como violência contra a mulher a violência física, sexual e psicológica que tenha ocorrido no âmbito familiar, no âmbito da comunidade, e a violência perpetrada ou tolerada pelo governo.

No âmbito familiar a Convenção do Pará traz como violência as ocorrências dentro da família em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio, compreendendo os abusos sofridos pelas mulheres, tendo como rol exemplificativo o estupro, a violação, os maus-tratos e o abuso sexual. No âmbito comunitário, desde que seja perpetrada por qualquer pessoa, com violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar do trabalho, bem como as instituições educacionais, estabelecimentos de saúde e/ou qualquer outro.

Existe, ainda, contra a mulher, violência perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, e assim a Convenção do Pará obriga uma atuação estatal no sentido de sair da inércia, ou seja, o Estado deve intervir com fins de proteção.

Esses dois instrumentos internacionais são extremamente importantes, e, inclusive, por meio deles a Corte Interamericana puniu o Estado Brasileiro pela inobservância e inoperância de se tratar a mulher como titular de patrimônio subjetivo e sujeito de direitos.

Os países da América Latina sofreram importantes intervenções da Corte Internacional de Direitos Humanos, pela inobservância dos tratados internacionais. A Corte Interamericana puniu o Brasil em 2009 no caso de Escher²⁰, pela monitoração ilegal de linhas telefônicas envolvendo integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por violação ao direito à vida privada, à honra, à reputação e à liberdade de associação.

O México foi punido no Caso Gonzales e outras x México²¹, também conhecido como Campo dos Algodoeiros, que tratou da questão do desaparecimento e da morte de Cláudia Ivette Gonzalez, Esmeralda Herrera Monreal e Laura Berenice Ramos Monárrez, cujos corpos foram encontrados na plantação de algodão da Ciudad Juarez, no ano de 2001. A condenação se deveu à falta de proteção das vítimas e à prevenção desses crimes.

O Brasil foi penalizado pelo caso 54/01, pela violação dos direitos de Maria da Penha Maia Fernandes, baseado nos artigos 44 e 35 da Convenção Americana de Direitos Humanos e artigo 12 da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção do Pará). A denúncia alertava para a tolerância da República Federativa do Brasil para com a violência contra as mulheres, que no caso específico seria a violência praticada por Marco Antônio Heredia Viveiros, na cidade de Fortaleza/CE, contra sua esposa Maria da Penha durante a convivência matrimonial, culminando na tentativa de homicídio e novas agressões em maio e junho de 1983.

Os resultados da inércia estatal pelo prazo de quizeanos foi danosa para a vítima, que ficou paraplégica, e por este motivo o Estado foi denunciado por violação ao direito de se respeitar direitos, garantias judiciais, igualdade perante a lei, proteção judicial da Convenção Americana e pela violação dos artigos da Convenção do Pará, que tratam da liberdade da mulher ter direito a ser livre de

²⁰ Sentença da Corte Interamericana de Derechos Humanos, de 6 de julho de 2009, caso Escher e outros x Brasil. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf>. Acessado em: 15/12/2019.

²¹ Sentença da Corte Interamericana de Derechos Humanos, de 16 de novembro de 2009, caso Gonzales e outros x México (Campo do Algodoeiro) Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_por.pdf>. Acessado em: 15 de dezembro de 2019.

violência na esfera pública e privada (artigo 1), do direito ao reconhecimento, desfrute, exercício e proteção de todos os direitos humanos e liberdades consagrados em todos os instrumentos regionais e internacionais de direitos humanos, dentre eles respeito a vida, integridade física mental e moral, direito a liberdade e segurança, direito de não ser torturada (artigo 4, alíneas a, b, c, d, f e g), direito de ter sua dignidade respeitada e proteção familiar (artigo 5), e direito a recurso simples e rápido perante o tribunal competente contra atos que violem seus direitos e sua liberdade no exercício dos direitos e de ser livre de violência (Artigo 7).

A partir da punição da Corte Interamericana de Direitos Humanos foi que o Brasil tomou a iniciativa de adequação de sua legislação, que culminou na promulgação da Lei n. 11.340 de 2006.

5. A MULHER NO CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DO PROCESSO PENAL

Quando se fala em participação democrática, é possível se desenhar um quadro no qual todas as partes têm liberdade de se expressar para construção da solução de um conflito, porém não se pode esquecer que historicamente o processo passou por sistemas que não garantiam essa construção conjunta e democrática.

Os sistemas processuais penais foram definidos pela política de cada época, como a representação do próprio governo e sua forma de lidar com o povo. Nos grandes marcos do sistema, dois são os maiores pilares do direito processual penal, o sistema inquisitório e o sistema acusatório, cada um regido em suas respectivas épocas.

O sistema acusatório contemporâneo teve sua existência na Grécia por um período de tempo, que, aliás, pela forma como se deu ensejou paulatinamente o sistema inquisitorial – em sua forma como é conhecida hodiernamente com o decaimento dos regimes monárquicos e totalitários e com o surgimento da Democracia.

No Brasil, esse sistema foi constitucionalmente posto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pelos princípios nela contidos, principalmente pela dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), que é a diretriz que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro e os princípios inseridos no art. 5º como a presunção de inocência (LVII), juiz natural (XXXVII), pretensão acusatória nas mãos do Ministério Público (art. 128, I).

A participação e a construção democrática do processo estão alicerçadas na Constituição, que garante o contraditório (art. 5º, LV), mas há dentro do processo fatos trazidos por ambas as partes, ambas tentando convencer o juiz de seus fatos, o que será comprovado por meio de provas ou a falta delas.

Percebe-se então que as partes deixam de ser um objeto processual e se tornam sujeitos processuais, surge a participação democrática, igualitária no processo, possibilita-se por meio do contraditório que as partes tragam seus fatos, sejam ouvidas e devidamente julgadas.

Dentro da construção democrática do processo penal, em que as partes podem ter voz e expressar suas necessidades, é importante pontuar que muito se tem falado nos processos dos Crimes de Violência Domésticas, tanto que para dar mais celeridade aos processos a lei determinou concentrar esses processos em juizados especiais.

Importante ressaltar que a vítima chega ao poder judiciário amedrontada, não sabendo o que vai ocorrer com sua família, às vezes tem desejo de continuar com a convivência com o agressor, porém, dependendo da atuação dos atores processuais, elas têm até vergonha de expressar seus sentimentos, suas vontades em audiências ou desejam reatar vínculo com o agressor por entender que não conseguirão sobreviver sem o seu aporte financeiro, que desempenha a função de macho provedor. Contudo, o processo não pode ficar sempre atrás da história, da psicologia, da antropologia e outras ciências, a ponto de esquecer que houve a socialização de um processo que considerou o homem provedor, agressivo, com uma forma de agir totalmente voltada a agressividade e violência.

Como foi explanado, a violência de gênero é fruto de uma formação cultural com reforçamento social que vem sendo praticada há séculos pela humanidade, e tal forma de enxergar o mundo não é retirada através de um instrumento legal, de uma pena de cerceamento de liberdade, pois o agressor irá conviver com pessoas, já que os presídios são separados por gênero, que foram ensinadas como ele, consumiram o mesmo tipo de conteúdo, não haverá ninguém para ensiná-lo de forma diferente, então a pena servirá mais como um castigo do que uma medida ressocializadora e de responsabilização.

A necessidade agora não é de rotular papéis de vítima ou o agressor, mas de buscar compreender os preconceitos que se gestaram e fomentar o discurso do respeito e da igualdade por meio de práticas restaurativas e transformativas, sendo preciso que o direito trabalhe de mãos dadas com todas as áreas dos saberes para desconstruir esse aprendizado machista, que manipula inclusive os operadores do direito.

É importante que as audiências nos processos de violência doméstica sejam menos formais e mais interdisciplinares, devendo ainda ser precedidas de uma abordagem multidisciplinar com oferecimento de serviços assistenciais, psicológicos, para que a mulher tenha entendimento de que ser vítima não significa ser frágil, que sua passividade momentânea e, talvez, até patológica teve uma razão histórica de ser, mas que é necessária a retomada de seu lugar na esfera social em igualdade de condições com os homens.

Um grande e necessário desafio será a promoção de iniciativas que garantam a não revitimizada e que os agressores consigam perceber os danos de seus comportamentos agressivos. A necessidade da mulher vítima de violência doméstica não é só de punição ao agressor, mas de sua responsabilização e conscientização. Não adianta o Estado tomar o conflito das mãos das partes afetadas para resolver impondo penas, segregando o "problema", quando estas partes estão conectadas por contingências existenciais (vínculos de sangue, de afeto).

Na justiça restaurativa a participação ativa da vítima lhe garante a reparação dos danos vividos e propõe quatro valores fundamentais: o encontro, a reparação, a reintegração e a inclusão²². A solução dos conflitos que envolvem desrespeito às mulheres deve focar não somente na retributividade, mas na reeducação, restauração de vínculos fundada na reparação, na conscientização da nova sistemática de respeito e igualdade.

6. JUSTIÇA RESTAURATIVA NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em Governador Valadares a Defensoria Pública participa do Projeto de Justiça Restaurativa na Segunda Vara Criminal, onde se concentram os processos de violência doméstica, e pela prática restaurativa as mulheres são encaminhadas para atendimento com uma equipe multidisciplinar

²² GRECCO, Aimee e outros. *Justiça restaurativa em ação*. Dash Editora. Posição 800. Edição do Kindle.

(assistente social e psicólogos) e os homens agressores são encaminhados ao curso do CEAPA, específico para pessoas em situação de violência doméstica (com atendimento assistencial e psicológico).

Primeiramente, por iniciativa da então juíza Dra. Solange, que atuou na Segunda Vara Criminal de Governador Valadares do ano de 2017 a junho de 2019, foi realizado o fortalecimento de toda a rede de proteção à mulher, por meio do NIFRAM, Núcleo de Integração e Fortalecimento da Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência, idealizado pela professora Juliana Goulart da UFJF, que atuou brilhantemente para integração e no fortalecimento da rede de proteção da mulher.

A Rede de Proteção à Mulher passou a ser denominada como Grupo de Atuação Estratégica (G.A.R). Esse grupo realiza reuniões mensais, com participação de todos os gestores da rede de proteção, que inclui Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Órgãos Estaduais e Municipais que compõem a rede pública de saúde e assistência, como CRAS, CREAS, CAPS, dentre outros órgãos como Conselho da Mulher/OAB, PPVD, DEAM e Polícias Militar e Civil.

O Curso oferecido pelo CEAPA aos homens que se envolvem em violência doméstica abordou tema sobre Comunicação Não Violenta e suas técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais no âmbito familiar, e, embora esse curso não tenha um objetivo especificamente terapêutico, acaba tendo essa abordagem, pois sua logística é de uma terapia de grupo.

Na acolhida pelo CEAPA (Coordenação Especial de Prevenção a Criminalidade), em se verificando casos de vícios ou drogadição, são feitos outros encaminhamentos aos CAPS (Centro de Apoio Psicossocial), para tratamento e acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

Os encaminhamentos da vítima e do ofensor ocorrem por ocasião da audiência de custódia. Neste processo, no primeiro contato com o custodiado, a defensora explica ao ofensor, ainda preso, sobre a importância de ingressar no curso para fins de reeducar e como essa disposição ao curso trará bons resultados de não reinserção na mesma prática e na melhoria do relacionamento familiar.

As mulheres são atendidas na sala 106 do Fórum de Governador Valadares para acompanhamento psicológico e social, com apoio das equipes de apoio, inclusive da Universidade do Vale do Rio Doce. Após ser proferida a decisão judicial e o alvará de soltura, são encaminhados ofícios pelo próprio Judiciário, a pedido das partes, Defensoria Pública e Ministério Público, com cópia da ata da audiência de custódia ao CEAPA e à Defensoria Pública. Com esta prática observou-se uma nítida redução da reiteração nos crimes de violência doméstica e os assistidos da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tiveram a oportunidade de se conscientizar sobre o dever de se respeitar as mulheres, como ser humano, em igualdade de condições.

7. CONCLUSÃO

Como observado no decorrer do artigo, a mulher sempre foi tratada como um ser submisso e subserviente a algum homem (marido, namorado, pai, irmão), mas ao mesmo tempo e pela forma como era vista também era tratada como alguém que necessitava de proteção, precisava ser protegida por alguém mais forte e inteligente, afinal, seu corpo é muito frágil, detém pouca força, e por sua intelectualidade limitada não conseguia pensar por si própria. Tudo isso resultou na mitigação de sua autonomia.

Até 1977 a mulher não poderia sequer escolher não estar mais com o marido, não existia o divórcio, uma vez entregue ao homem, seria sempre dele, como uma posse. Até 1932 e com diversas limitações, não poderia votar.

Essa forma de tratamento não seria diferente na seara processual, principalmente na seara processual penal em casos de violência doméstica, nos quais se tenta proteger a vítima a tal ponto do agressor, que suas opiniões no processo não importam, caso consiga expressar alguma, e a metodologia é protegê-la a todo custo e não escutar o que ela fala ou pede, afinal, está sob a égide de abuso psicológico, não consegue enxergar com a racionalidade suficiente para sair desse ciclo de abuso. O que em parte é verdade, mas seria então o Direito Penal – a área do direito mais violenta e opressora – que irá ajudá-la? Seria por meio de mais revitimização, mais violência simbólica e psicológica que ela conseguirá sair desse ciclo? Em um âmbito onde sua única função é repetir e repetir os fatos, tendo que lembrá-lo a todo momento do que aconteceu?

As autoras deste artigo acreditam que não, que a prática no processo penal, no Direito Penal, tenha reduzido a mulher à condição de vítima frágil, muitas vezes esquecendo de sua existência e vontades enquanto tenta “defendê-la”, limitando sua autonomia. Além de não solucionar o conflito propriamente dito, o réu agressor, caso seja preso, continuará convivendo com pessoas, já que, como abordado acima, nos presídios há uma separação por gênero, pessoas que pensam como ele, que foram ensinados como ele.

Encarcerar o agressor sem nenhum acompanhamento psicológico e educativo para que entenda o motivo de ser errado violentar outra pessoa, especificadamente sua parceira, pode gerar mais risco à mulher e funcionar como estímulo reforçador, que na psicologia aumenta o comportamento. Por isso, acredita-se que a maneira como o processo acontece não pensa verdadeiramente na vítima, traz sofrimento para ambas as partes, risco e constrangimento a quem deveria proteger.

Conclui-se que a justiça penal não pode continuar caminhando sozinha, deve seguir ao lado das práticas restaurativas, que têm demonstrado êxito em ressocializar e trazer de volta a paz social, e, ainda, têm o mérito de dar voz às partes, empoderando-as a participar da construção de uma solução do conflito e respeitando a mulher em seus desejos e sentimentos enquanto pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Elza Maria. O direito e os valores: reflexões inspiradas em Franz Bentrano, Max Scheler e Hans Kelsen. Ufmg: Caap, v. 2, 1999, p. 19. Disponível em: <<https://revistadoaacp.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/161/160>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ANDRADE, Gentil de. Pensamentos e reflexões de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1970.

CARNELUTTI, Francesco. Arte do Direito. São Paulo, 2007. Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil, Editora Pillares, Posição 473.

COSTA RICA, SÃO JOSE. Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 6/7/2009, caso Escher e outros x Brasil, Juíza Presidente Cecilia Medina Quiroga. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_200_por.pdf>. Acessado em: 15/12/2019.

COSTA RICA, SÃO JOSE. Corte Interamericana de Direitos Humanos, de 16 de novembro de 2009, caso Gonzales e outros x México (Campo do Algodoeiro), Juíza Presidente Cecilia Medina Quiroga. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_205_por.pdf>. Acessado

em: 15 de dezembro de 2019.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. 2004. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 10. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2019;

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão, p. 9. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis/J: Vozes, 2014. 302 p.

GRECCO, Aimee e outros. Justiça restaurativa em ação. Dash Editora. Posição 800. Edição do Kindle.

GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. Revista Antropologia em Primeira Mão, volume 5. Número 75. 2004, p. 7. Disponível em: <<http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/23689-a-mulher-brasileira-e-suas-lutas-sociais-e-pol%C3%ADticas-1850-1937-june-e-hahner-tradu%C3%A7%C3%A3o-maria-thereza-p-de-almeida,-heitor-ferreira-da-costa.html>>. Acessado em: 5/12/2019;

LASSALLE, Ferdinand. O que é uma constituição? Editora Pillares. Edição do Kindle.

MOREIRA, Márcio Borges. Princípios Básicos de Análise do Comportamento. Artmed. Edição do Kindle.

MÜLLER, Friedrich. Juristische Methodik. Alemanha, 1996.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Florianópolis: Estudos Feministas, v. 16 (2), maio-agosto de 2008;

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Lei 11.340/06. Análise Crítica e Sistêmica. Livraria do Advogado Editora. Edição do Kindle;

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional. 15. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

ROURE, Agenor de. A Constituinte republicana. Tomo II. Brasília, Senado Federal, 1979, p. 279-88.

VILLA, Marco Antônio. A história das constituições brasileiras. Leya. Edição do Kindle.

A LEI É PARA TODOS? DECISÃO DO STF VALE PARA TODAS? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE ADOLESCENTE E SEPARAÇÃO DO BEBÊ EM FASE DE AMAMENTAÇÃO VIOLANDO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS, CONVENCIONAIS E LEGAIS

EUFRÁSIA MARIA SOUZA
DAS VIRGENS¹

“Quando os problemas se tornam absurdos, os desafios se tornam apaixonantes.”

(Dom Helder Câmara, bispo católico e arcebispo de Olinda e Recife)

“A injustiça em qualquer lugar do mundo é uma ameaça à justiça em todo o mundo.”

(Martin Luther King, pastor protestante e ativista político da igualdade de direitos dos negros, em carta de uma prisão em Birmingham, conforme Angela Davis em A liberdade é uma luta constante)

Em matéria de normativa sobre Direito da Criança e do Adolescente podemos reconhecer os grandes avanços do Brasil, em especial a partir da Constituição de 1988, importante marco na mudança de paradigma da situação irregular, que era adotada pelo Código de Menores, para a doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral.

A Constituição de 1988, nascida de amplo debate democrático promovido por movimentos sociais e por isso mesmo chamada de Constituição Cidadã, incorporou ao ordenamento jurídico pátrio os princípios fundantes da “Doutrina da Proteção Integral” das Nações Unidas, superando e se contrapondo à doutrina da situação irregular, e consagrou o princípio da absoluta prioridade.

O artigo 227 é a referência principal do novo modelo de atendimento a direitos da criança e do adolescente sem qualquer distinção de origem, situação econômica ou social, colocando os destinatários desta norma de proteção como sujeitos de direito e não mais como objeto de atuação do Estado opressor:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A esse respeito, muito pertinente observação do jurista argentino Emilio García Méndez no sentido de que o artigo 227 representou “uma síntese admirável da futura Convenção, que na época circulava na forma de um anteprojeto entre os movimentos que lutavam pelos direitos da infância”².

¹Defensora pública do Estado do Rio de Janeiro, titular da 1ª DP de Defesa da Criança e do Adolescente da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA), conselheira estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ).

²MÉNDEZ, Emilio García. *Infância, lei e democracia: uma questão de justiça*. Texto originalmente publicado no livro coletivo *Infância, lei e democracia na América Latina*, García Méndez/Bellof.Santa Fé de Bogotá – Buenos Aires: Editoria Temis – EdicionesDepalma, 1998.

Constata-se que o Brasil apresenta importantes avanços no tratamento à questão da infância, sendo marco normativo desta conquista a própria inclusão da matéria no texto da Constituição, com a superação da ideia de crianças e adolescentes como objeto de políticas centradas na atuação cerceadora de direitos a pretexto de proteger/ressocializar, trazendo para o cenário jurídico a consideração e o respeito às crianças e aos adolescentes como sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento, conforme princípio constitucional.

Contudo, a realidade enfrentada por crianças e adolescentes, seja através da ausência/insuficiência das políticas públicas, seja pelas práticas judiciais, representa verdadeira linha abissal com a normativa de proteção integral.

No dia 20 de fevereiro de 2018, a 2ª Turma do STF, ao julgar o HC 143641/SP, concedeu a ordem para estabelecer como regra a liberdade, com imposição de outras medidas cautelares a mulheres gestantes e com filhos até 12 anos de idade, com efeitos extensivos às adolescentes.

De fato, conforme expressa disposição legal do artigo 35, I, da Lei n. 12.594/2012, que dispõe sobre o SINASE, não poderiam as adolescentes ter situação mais gravosa que a da mulher adulta.

Em abril de 2018, a Vara da Infância e da Juventude do Estado do Rio de Janeiro, em decisão que foi desafiada por meio de *habeas corpus* impetrado no plantão noturno, tal o absurdo e a ilegalidade, determinou a internação provisória de uma adolescente e a separação do bebê que estava em sua companhia nas dependências do referido Juízo, após oitiva informal e oferecimento de representação pelo MP, com a condução dela para unidade do DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) e encaminhamento do bebê de apenas dois meses para acolhimento institucional.

A adolescente havia sido abordada e liberada pela delegacia com pequena quantidade de droga com o compromisso de comparecer ao MP para a chamada "oitiva informal", o que fez, tendo levado em sua companhia o bebê de apenas dois meses, e também a avó paterna, quando foi solicitado que deixasse a criança com a avó e levada para outra sala enquanto aguardava algum documento.

Ao contrário do alegado encaminhamento para programa de aprendizagem, o MP, através da promotora que realizou a oitiva "informal" da adolescente, ajuizou representação com pedido de internação provisória e acolhimento institucional do bebê, pedidos atendidos pela juíza titular da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, com a condução da adolescente para unidade de privação de liberdade, e o bebê, que ainda era amamentado, para instituição de acolhimento de área diversa da residência da família, a despeito da presença da avó paterna nas dependências da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.

O argumento utilizado pela juíza para não aplicar a decisão do STF foi a alegação de que a adolescente seria moradora na rua:

Assim sendo, além de necessária a internação provisória da adolescente para resguardar sua própria segurança, também se torna imprescindível o acolhimento da criança em instituição em condições de atender suas necessidades. Acrescento que, caso fosse concedido o benefício da internação em regime domiciliar, conforme entendimento do STF, na verdade, se perpetuaria a situação de risco em que mãe e filho se encontram, vez que tanto a adolescente quanto sua mãe são moradoras de rua. (grifei)

Se se tratasse de adolescente em situação de rua deveria haver sido aplicada medida protetiva de acolhimento (familiar ou institucional) com o filho recém-nascido. Jamais medida privativa de liberdade por não ter domicílio, tendo em vista que a vulnerabilidade não pode justificar arbitrariedade.

Importante destacar que a Defensoria Pública tomou conhecimento da arbitrariedade em razão do comparecimento na Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA) de uma prima da adolescente no dia seguinte à sua detenção arbitrária, após oitiva informal pelo MP, conforme previsão no artigo 179 da Lei n. 8.069/90, ou seja, sem a presença da defesa quando da imposição da medida.

Foi impetrado *habeas corpus* no plantão judiciário noturno do dia 6 de abril de 2018 por defensores públicos do Estado do Rio de Janeiro em exercício na CDEDICA (titular da 1ª DP de defesa da criança e do adolescente e subcoordenador do sistema socioeducativo) além de colega titular junto à Vara da Infância e da Juventude da Capital, com o objetivo de restabelecer a liberdade de locomoção da adolescente e seu filho recém-nascido, de apenas dois meses de idade, garantindo-se à criança a convivência familiar em ambiente diverso de local de privação de liberdade, sem êxito no pedido de liminar, bem como tendo sido denegada a ordem no *habeas corpus*.

Demonstraram-se no *habeas corpus* os prejuízos ao desenvolvimento da criança pelo afastamento da referência materna e não substituição adequada desse vínculo, que seria cabível nas hipóteses de descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar, e não mera suposição de incapacidade para exercício da maternidade por mulheres pobres sob uso de alguma substância entorpecente, ou alegadamente vivendo em situação de rua, situação essa que, além de não ser verídica, não poderia trazer como consequência privação de liberdade por falta de exercício do direito à moradia.

Após o indeferimento da liminar pelo plantão judiciário, com a distribuição para uma câmara criminal, ao despachar o pedido de reiteração da liminar, foi decidido pelo relator:

*Com a devida vênia da douta impetrante, irei reexaminar a liminar após a manifestação da autoridade apontada como coatora, eis que consignado no pedido respectivo que a internação foi mantida na audiência realizada no dia 10 de abril. No tocante à decisão do STF, mais uma vez com a devida vênia da douta defensora pública, penso que lá ficou consignado que o juiz em situações excepcionalíssimas pode deixar de adotar a medida lá recomendada. Ainda não estou dizendo que o caso concreto não permite a prisão domiciliar. Somente quando do julgamento do mérito do **habeas**, com a vinda das informações já cobradas ao juiz de primeiro grau, tal questão será analisada. Apenas esclareço, como já destacado na decisão do desembargador que negou a liminar, que a paciente disse ser moradora de rua, não sendo o caso dos autos um fato isolado em seu comportamento, havendo dado indicativo nos autos de que o ato infracional análogo ao tráfico a ela imputado teria sido praticado na companhia de seu filho de tenra idade. Tal questão deve ser avaliada pelo colegiado, não se justificando a concessão da liminar, até porque, repito, o juiz natural quando da realização da audiência, mais próximo dos fatos, manteve a medida combatida. Por derradeiro, com relação à situação da criança que estaria abrigada quando a avó paterna poderia com ela estar, acredito que a Defensoria Pública poderá buscar a entrega respectiva pela via própria, não estando o **habeas** instruído de forma satisfatória para tal fim.*

Cabe destacar que na oitiva pelo MP a adolescente forneceu endereço de residência, ao contrário do que informa a decisão do desembargador que negou a liminar.

A lei é muito clara ao dizer que a falta de condições materiais não pode ser causa para perda do poder familiar, conforme artigo 23 da Lei n. 8.069/90. A despeito disso, seguem decisões que utilizam qualquer pretexto para o afastamento da criança do convívio materno, prejudicando, muitas vezes de forma irreversível, o desenvolvimento saudável da criança, em especial quando se trata de famílias pobres.

Por esse motivo é que a Convenção sobre Direitos da Criança prevê no artigo 9 que

1. Os Estados Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse superior da criança. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos, por exemplo, nos casos em que a criança sofre maus-tratos ou descuido por parte de seus pais ou quando estes vivem separados e uma decisão deva ser tomada a respeito do local da residência da criança.

Em nome de suposta proteção acaba-se por violar o direito fundamental à convivência familiar e comunitária, impondo uma institucionalização em momento em que o vínculo estabelecido com a mãe não poderia ser rompido.

Conforme Bowlby, em *Formação e rompimento dos laços afetivos*³, indispensável para quem trabalha com a temática da infância, os efeitos do rompimento dos vínculos maternos podem ser muito trágicos:

Voltemos agora ao nosso tema e vejamos o que acontece quando, por qualquer razão, as necessidades de um bebê não são suficientemente satisfeitas no momento certo. Há alguns anos venho investigando os efeitos nocivos que acompanham a separação de crianças pequenas de suas mães, depois que entre elas se formaram relações emocionais. Foram muitas as razões pelas quais escolhi esse tópico para as minhas pesquisas: em primeiro lugar, os resultados têm aplicação imediata e valiosa; em segundo lugar, é uma área em que podemos obter dados comparativamente sólidos e, assim, mostrar àqueles que ainda são hipercríticos da psicanálise que esta possui boas razões para reivindicar o status científico; finalmente, a experiência de uma criança pequena, ao ser separada de sua mãe, fornece-nos um exemplo dramático, quando não trágico, desse problema central da psicopatologia – a geração de um conflito de tal envergadura que os meios normais para resolvê-lo são destruídos.

Parece existir agora uma razoável certeza de que é por causa da intensidade da demanda libidinal e do ódio gerados que a separação de uma criança de sua mãe, depois que formou com ela uma relação emocional, pode acarretar efeitos tão devastadores para o desenvolvimento de sua personalidade. Conhecemos há vários anos a saudade intensa e a agitação que tantas crianças pequenas manifestam quando da internação num hospital ou instituição residencial, e o modo desesperado como, mais tarde, depois que seus sentimentos acalmaram com o regresso ao lar, se agarram a suas mães e as seguem obstinadamente. O aumento de intensidade de suas necessidades libidinais não precisa ser enfatizado. Também tomamos conhecimento do modo como essas crianças rejeitam suas mães quando voltam a vê-las pela primeira vez, e as acusam amargamente por as terem abandonado.

Muitos exemplos de intensa hostilidade contra a figura mais amada foram registrados por Anna Freud e Dorothy Burlingham nos relatórios das Hampstead Nuseries durante a guerra. Um exemplo particularmente pungente é o de Reggie, que, com exceção de um intervalo de dois meses, passou toda a sua vida em creches desde os cinco meses de idade. Durante sua estada, ele

³BOWLBY, John. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. Tradução Álvaro Cabral, revisão da tradução Luís Lorenzo Rivera. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2015, p. 23/24.

formara duas relações apaixonadas com duas jovens assistentes que cuidaram dele em diferentes períodos. A segunda relação foi subitamente quebrada aos dois anos e oito meses, quando “sua” assistente casou. Reggie sentiu-se completamente perdido e desesperado quando ela saiu, recusou a olhá-la quando, quinze dias depois, ela o visitou. Virou a cabeça para o outro lado quando ela lhe falou, mas fixou os olhos na porta, que a moça fechou ao sair. À noite, sentou-se na cama e disse: “Minha, muito minha, Mary-Ann! Mas não gosto dela” (Burlingham e Freud, 1944:51).

Experiências como essa, especialmente se repetidas, levam a um sentimento de desamor, abandono e rejeição. São esses sentimentos que se expressam nos poemas tragicômicos de um delinquente de onze anos cuja mãe morreu quando ele estava apenas com quinze meses de idade e que, a partir de então, conheceu numerosas mães-substitutas. (...)

Na obra *Virando gente*, tendo como autoras quatro profissionais, psicólogas e psicanalistas, Maísa Roxo, Maria Cândida Sobral Soares, Sara Kislánov e Ivanise Fontes, também coordenadora⁴, que inclusive foi tema de palestra no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na semana de valorização da primeira infância em 2016, traz importante contribuição para os aspectos de vínculo afetivo materno:

*A partir dos dois meses, a experiência do bebê será predominantemente rítmica. A troca de olhar com a mãe, o bico do seio na boca e a voz modulada da mãe terão que fornecer um ritmo de vaivém. A psicanalista francesa G. Haag, especialista em formação de bebês e na clínica infantil, denomina **dobra** essa experiência de ida e volta produzida pelas trocas afetivas com o bebê.*

Sobre o não cabimento de internação por imputação de ato análogo a tráfico, que não traduz conduta praticada com violência ou grave ameaça contra a pessoa, cabe destacar, ainda, que a Defensoria Pública junto ao Juízo requereu a liberdade considerando a pouca quantidade, o que não poderia ser entendido como tráfico como pretendia o MP, além de configurar, na hipótese de ser entendida a hipótese de ato análogo a tráfico de drogas, conforme Convenção 182 da OIT, ratificada pelo Brasil, uma das piores formas de trabalho infantil, o que vem sendo absoluta e solenemente ignorado pelos Juízos de Infância e Juventude, já tendo sido apresentada tese pela autora desse artigo junto com o brilhante colega atual coordenador de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Azambuja Martins, acerca do tema no XII Congresso Nacional de Defensores Públicos, realizado na cidade de Curitiba em 2015.

Contudo, a questão central discutida na ação constitucional, que precisa ser destacada, é necessidade de cumprir a decisão do E. STF no julgamento do HC 143641/SP, impetrado por coletivo de advogados no qual a Defensoria Pública da União, instada a se manifestar, deu continuidade, além de praticamente todas as Defensorias Públicas Estaduais ingressarem como *amicus curiae*, dentre elas a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Foram pacientes todas as mulheres submetidas a prisão cautelar, bem como internação provisória, tendo sido os efeitos extensivos também para as adolescentes, com a concessão da ordem nos seguintes termos:

Em face de todo o exposto, concedo a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP – de todas as mulheres

⁴FONTES, Ivanise; ROXO, Maísa; SOARES, Maria Cândida S.; KISLANOV, Sara. *Virando gente: a história do nascimento psíquico*. São Paulo: Ideias e Letras, 2014, p. 51.

presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo n. 186/2008 e Lei n. 13.146/2015), relacionadas neste processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelo juízes que denegarem o benefício.

Estendo a ordem, de ofício, às demais as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições previstas no parágrafo acima.

Diante da determinação do Supremo Tribunal Federal na decisão que concedeu a ordem, não cabe a qualquer autoridade judiciária interpretar a lei para não a aplicar. A expressão “poderá” constante do *caput* do artigo, interpretada conforme a Constituição da República e toda a normativa de proteção a direitos de crianças e adolescentes, deve ser entendida como “deverá”, evitando qualquer arbítrio judicial:

Diante desse teor normativo, pergunta-se: quais devem ser os parâmetros para a substituição de que trata a lei?

A resposta, segundo as autoras e as amici curiae, está em que o “poderá”, constante do caput do artigo deve ser lido como “deverá”, para evitar que a discricionariedade do magistrado seja, na prática, usada de forma a reforçar a cultura do encarceramento.

Já para a Procuradoria-Geral da República, a resposta deve ser formulada caso a caso, sempre à luz da particularidade do feito em análise. Essa abordagem, contudo, parece ignorar as falhas estruturais de acesso à Justiça que existem no País.

Diante dessas soluções díspares, e para evitar tanto a arbitrariedade judicial quanto a sistemática supressão de direitos, típica de sistemas jurídicos que não dispõem de soluções coletivas para problemas estruturais, a melhor saída, a meu ver, no feito sob exame, consiste em conceder a ordem, estabelecendo parâmetros a serem observados, sem maiores dificuldades, pelos juízes, quando se depararem com a possibilidade de substituir a prisão preventiva pela domiciliar.

Determinou a decisão de concessão do *habeas corpus*:

A fim de se dar cumprimento imediato a esta decisão, deverão ser comunicados os presidentes dos Tribunais Estaduais e Federais, inclusive da Justiça Militar Estadual e Federal, para que prestem informações e, no prazo máximo de 60 dias a contar de sua publicação, implementem de modo integral as determinações estabelecidas no presente julgamento, à luz dos parâmetros ora enunciados.

Para verificar o cumprimento dessa decisão, que contempla direito de crianças e adolescentes à convivência familiar fora de ambiente de privação de liberdade, em assembleia do dia 28 de março de 2018, o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA/RJ) deliberou pela aprovação de nota sobre a necessidade de cumprimento da decisão, tendo sido ainda decidido pelo envio de ofício ao TJRJ para que informe ao órgão deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas de infância e juventude no Estado, sobre o cumprimento da determinação do E. STF.

A liberdade para mulheres e adolescentes grávidas e com filhos na primeira infância passa a ser regra e a exceção a prisão cautelar e a internação provisória, mencionando expressamente a decisão os casos de crimes ou atos infracionais cometidos com violência ou grave ameaça contra os descendentes ou situações excepcionalíssimas que deverão ser devidamente fundamentadas para afastar a concessão da liberdade.

Não se trata, portanto, de decisão discricionária, mas de fazer cumprir a lei e a decisão do STF.

No presente caso, somado à ilegalidade da determinação de internação provisória de adolescente mãe e separação do filho de dois meses de idade, sob o inaceitável argumento de impossibilidade de aplicar a decisão do STF porque seria a moradora de rua, o que não encontra respaldo legal, nem fático, vez que constam da oitiva pelo MP dois endereços da paciente, um da mãe e outro da sogra, embora o procedimento da chamada oitiva informal seja de discutível constitucionalidade, porque unilateral e violador da igualdade jurídica entre as partes (princípio previsto no artigo 227, § 3º, V, da Constituição de 1988), o que não poderia implicar mais prejuízos para a adolescente.

Ainda que se tratasse de pessoa em situação de rua, tal vulnerabilidade não poderia torná-la sujeita à aplicação de medida privativa de liberdade, não configurando situação excepcionalíssima a justificar descumprimento da decisão que concedeu a ordem no HC coletivo, hipótese em que deveria ser aplicada medida protetiva de acolhimento familiar ou institucional, **jamais internação sob falácia de proteção.**

Deveria o juízo, se entendesse pela vulnerabilidade de encontrar-se a adolescente e seu filho de dois meses em situação de rua, haver determinado o acolhimento como medida de proteção, em instituição de acolhimento da mãe e seu bebê, declinando a competência em favor do Juízo da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, seja pelos endereços informados na oitiva, seja pelo local onde houve abordagem policial.

De fato, ao ser abordada na região do centro numa praça pela operação Centro Presente no dia 30 de março de 2018, a adolescente foi levada para a delegacia na companhia do filho, tendo sido liberada e encaminhada para oitiva no MP, o que aconteceu no dia 4/4/2018, com o seu comparecimento espontâneo, após o que sofreu representação do MP, internação em unidade de privação de liberdade do DEGASE com a separação do filho, encaminhado para instituição de acolhimento em região distante da residência da família.

Além da ilegalidade da internação provisória, foi também apontada a ilegalidade do acolhimento institucional fora das hipóteses legais, não havendo nenhum ato da mãe de violação de direito do bebê de apenas dois meses, que foi afastado do convívio materno e encaminhado para acolhimento no dia 4 de abril em instituição situada em Jacarepaguá, que, de acordo com a divisão de competência do E. TJRJ, está sujeita ao Juízo da 3ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital, levando ao deslocamento maior da família para visitação, além de ferir regra de competência em razão do domicílio da família no centro da cidade, cuja competência seria da 1ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital.

Inobstante todas as ilegalidades apontadas, o Conselho Tutelar, órgão não jurisdicional, incumbido pela sociedade de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, ainda foi acionado pela autoridade coatora para fazer cumprir sua decisão de transportar a criança, também paciente da ação constitucional, cabendo destacar que não se encontra entre as atribuições legais previstas no artigo 136 da Lei n. 8.069/90 fazer cumprir ordens judiciais, sendo certo que na estrutura administrativa os conselhos tutelares estão ligados ao município, que já tem bastante dificuldade para fazer o Conselho Tutelar cumprir suas atribuições previstas em lei, até mesmo em razão do número insuficiente de conselhos tutelares, que deveria ser na proporção de um para cada cem mil habitantes,

conforme prevê a Resolução 170 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em seu artigo 3º, § 1º.

Cabe lembrar que ao tratarmos do direito de criança e adolescente não é possível ignorar o princípio constitucional da prioridade absoluta, que significa precisamente o atendimento de forma imediata e antes de qualquer outra questão.

A Convenção sobre Direitos da Criança, aprovada em assembleia geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, foi ratificada pelo Brasil em 1990, através do Decreto n. 99.710, mesmo ano da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, consagra o princípio do interesse superior, um dos princípios fundantes, além da não discriminação, direito à vida, ao desenvolvimento e à sobrevivência e à participação.

O interesse superior está previsto no artigo 3º da Convenção, que afirma:

- 1. Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.*
- 2. Os Estados Partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e o cuidado que sejam necessários para seu bem-estar, levando em consideração os direitos e deveres de seus pais, tutores e outras pessoas responsáveis por ela perante a lei e, com essa finalidade, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.*

Importante registrar que não se faz menção expressa ao Poder Judiciário porque se pressupõe o reconhecimento dos direitos consagrados nos instrumentos nacionais e internacionais.

Assim, importante marco normativo no Brasil foi a aprovação da Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas para a primeira infância e altera a Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre outras legislações.

O artigo 41 da Lei n. 13.257/2016 alterou o artigo 318 do Código de Processo Penal para incluir nas hipóteses de prisão domiciliar gestante, mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos e homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos incompletos.

Com esse dispositivo legal, o Brasil cumpre as Regras de Bangkok, em especial a regra 57, sobre medidas não restritivas de liberdade:

- III. Medidas não restritivas de liberdade*
- Regra 57 – As provisões das Regras de Tóquio deverão orientar o desenvolvimento e a implementação de respostas adequadas às mulheres infratoras. Deverão ser desenvolvidas, dentro do sistema jurídico do Estado membro, opções específicas para mulheres de medidas despenalizadoras e alternativas à prisão e à prisão cautelar, considerando o histórico de vitimização de diversas mulheres infratoras e suas responsabilidades de cuidado.*

Cabe destacar a apresentação do ministro Ricardo Lewandowski, na ocasião presidente do Conselho Nacional de Justiça:

O principal marco normativo internacional a abordar essa problemática são as chamadas Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o tratamento

de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Essas Regras propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário.

Apesar de o Governo Brasileiro ter participado ativamente das negociações para a elaboração das Regras de Bangkok e a sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas, até o momento elas não foram plasmadas em políticas públicas consistentes, em nosso país, sinalizando, ainda, o quanto carece de fomento a implementação e a internalização eficaz pelo Brasil das normas de direito internacional dos direitos humanos.

E cumprir esta regra é um compromisso internacional assumido pelo Brasil. Embora se reconheça a necessidade de impulsionar a criação de políticas públicas de alternativas à aplicação de penas de prisão às mulheres, é estratégico abordar o problema primeiramente sob o viés da redução do encarceramento feminino provisório. De acordo com as Regras de Bangkok, deve ser priorizada solução judicial que facilite a utilização de alternativas penais ao encarceramento, principalmente para as hipóteses em que ainda não haja decisão condenatória transitada em julgado.

Com o intuito de promover e incentivar a aplicação desta norma pelos poderes Judiciário e Executivo, o primeiro passo é dar publicidade oficial às Regras de Bangkok, agora traduzidas para o português, o que fazemos com esta publicação, com apoio do ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e da Pastoral Carcerária Nacional.

Mas a mera tradução da norma, por si só, não garante sua aplicação pelos poderes responsáveis. Por isso é necessário que o fato ganhe ampla repercussão, considerando o tamanho das mudanças que podem acarretar sobre o encarceramento feminino. Essa divulgação deve ser qualificada com a participação dos diversos atores estatais e da sociedade civil, ao se discutir sobre a problemática do encarceramento feminino e sobre como aplicar as Regras de Bangkok sistematicamente pode combater a violência institucional que dessa situação decorre.

Com o intuito de promover maior vinculação à pauta de combate à desigualdade e violência de gênero, neste dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, lançamos esta publicação, pretendendo jogar luzes para a mudança necessária do panorama relacionado com o encarceramento feminino no País.

Não se pode compreender que o Poder Judiciário, que integra o Estado, na expressão contida na Constituição da República, possa não aplicar regra ou decisão desencarceradora, como recentemente aconteceu em São Paulo, pouco antes do julgamento do HC coletivo pelo E. STF, quando uma jovem mãe foi mantida na cela com o bebê recém-nascido, ao responder por ato análogo a tráfico de drogas, além do caso relatado, acontecido no Rio de Janeiro.

Também é preciso destacar a abordagem policial com evidente recorte racial quando se observa que a adolescente a quem foi imputado ato infracional análogo a tráfico, com a decretação de interdição provisória e separação do bebê, é uma adolescente negra, assim como seu filho.

Acerca da temática, a brilhante colega da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Livia Cás-eres, na excelente publicação Cadernos Estratégicos – análise estratégica dos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos, discorreu sobre enfrentamento do racismo institucional nas práticas das forças de segurança: filtragem racial como motivação institucional e inconvenção para configuração da fundada suspeita, destacando-se na página 166:

A prática, que resulta do algo grau de discricionariedade dos agentes estatais na definição do elemento “fundada suspeita” exigido na lei processual penal (art. 240 do CPP), representa uma das mais graves formas de violação de direitos humanos, proscria pela Constituição de 1988 (art. 5º, XLII) e tipificada penalmente pela Lei n. 7.716/89 (art.20).

Também outra brilhante e combativa colega defensora pública do Estado do Rio de Janeiro, Renata Tavares da Costa, no XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, apresentou a tese *O que fazer com minha branquitude? Sobre a atenuante genérica da raça no Processo Penal Brasileiro*, que recebeu o prêmio em terceiro lugar, merece nosso aplauso e referência como tese defensiva, inclusive nos procedimentos de apuração de ato infracional, mormente quando se percebe de forma muito evidente a grande maioria dos adolescentes e das adolescentes responsabilizadas pela alegada prática de ato infracional.

É necessário refletir sobre decisão judicial que afasta aplicação de uma decisão do STF em sede de *habeas corpus* sob a argumentação de que se tratava de adolescente em situação de rua, afirmação inverídica mencionada na decisão de primeira instância e referendada pelo desembargador que indeferiu a liminar.

Percebe-se que a vulnerabilidade social pela pobreza é ampliada pela questão racial, como se às pessoas em tal condição/situação pudessem naturalmente ser negado direito: o da criança a ser mantida no convívio materno e não ser separada da forma arbitrária como ocorreu, sendo levada à noite de uma vara da infância e juventude para instituição de acolhimento separada da mãe, que não cometeu nenhum ato infracional contra o seu filho, e o da mãe, que deveria ter o direito à liberdade resguardado.

É uma lógica decorrente ainda do período de escravização das pessoas negras, vistas ainda praticamente como objetos, sobretudo de interferência dos brancos na sua vida.

Não é possível ignorar o período de escravidão e achar que racismo não existe, como é muito bem demonstrada pelo sociólogo Jessé Souza no seu excelente livro *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*.

É muito difícil lidarmos com uma realidade e uma prática judicial distantes abissalmente do que é previsto pelo direito.

A tal fenômeno de separação entre realidade e direito, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos⁵, que abrilhantou o XIV Congresso Nacional de Defensores Públicos com a palestra magna no dia 12 de novembro de 2019, denomina linha abissal:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado

<https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF>.

da linha" e o universo "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível.

Continua o renomado professor da Universidade de Coimbra, sobre o tema, no referido artigo:

Existe, portanto, uma cartografia moderna dual nos âmbitos epistemológico e jurídico. A profunda dualidade do pensamento abissal e a incomensurabilidade entre os termos da dualidade foram implementadas por meio das poderosas bases institucionais – universidades, centros de pesquisa, escolas de direito e profissões jurídicas – e das sofisticadas linguagens técnicas da ciência e da jurisprudência. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e da ilegalidade e para além da verdade e da falsidade. Juntas, essas formas de negação radical produzem uma ausência radical: a ausência de humanidade, a subumanidade moderna. Assim, a exclusão se torna simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres subumanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social (a suposta exterioridade do outro lado da linha é na verdade a consequência de seu pertencimento ao pensamento abissal como fundação e como negação da fundação). A humanidade moderna não se concebe sem uma subumanidade moderna. A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal (e essa negação fundamental permite por um lado que tudo o que é possível se transforme na possibilidade de tudo e por outro que a criatividade do pensamento abissal banalize facilmente o preço da sua destrutividade).

Assim resume o professor Boaventura de Sousa Santos o pensamento abissal:

Em suma, o pensamento abissal moderno, que deste lado da linha era chamado a regular as relações entre cidadãos e entre estes e o Estado, é agora chamado, nos domínios sociais sujeitos a uma maior pressão por parte da lógica da apropriação/violência, a lidar com os cidadãos como se fossem não cidadãos e com os não cidadãos como se fossem perigosos selvagens coloniais. Assim como o fascismo social coexiste com a democracia liberal, o estado de exceção coexiste com a normalidade constitucional, a sociedade civil coexiste com o estado de natureza e o governo indireto coexiste com o primado do direito. Longe de ser a perversão de alguma regra normal, fundadora, esse estado de coisas constitui o projeto original da epistemologia e da legalidade modernas, ainda que a linha abissal entre o metropolitano e o colonial tenha se deslocado, transformando o colonial numa dimensão interna do metropolitano.

Considerando que o interesse superior da criança à convivência familiar e comunitária em ambiente que promova o desenvolvimento saudável não se coaduna com nenhuma medida privativa de liberdade, sendo contrária a esse interesse a permanência conjunta no sistema socioeducativo, em especial diante dos princípios e regras constitucionais e legais que reconhecem o direito à liberdade e à convivência familiar com prioridade absoluta;

Considerando o marco legal da primeira infância (Lei n. 13.257/2016), aplicável às adolescentes por força do princípio da legalidade, previsto no artigo 35, I, da Lei n. 12.594/2012 (SINASE), bem como à decisão do E. Supremo Tribunal Federal, que, considerando em especial esse importante marco normativo, concedeu a ordem em *habeas corpus* coletivo a mulheres grávidas e com filho

na primeira infância, incluídas as adolescentes em cumprimento de medida privativa de liberdade, para que cumpram prisão domiciliar ou tenham a prisão/internação substituída por medidas cautelares diversas, cabe perguntar:

A lei é para todos?

Decisão do STF que determina a colocação em liberdade é para todas as mulheres, ou a seletividade do sistema punitivo vai deixar cada vez mais evidente o contrário, com a permanência da linha abissal entre o direito e as práticas judiciais relativas a pessoas pobres, pretas e excluídas socialmente? São apenas algumas inquietações de uma defensora pública de direitos de crianças e adolescentes, que são pessoas humanas em condição peculiar de desenvolvimento conforme determina a Constituição Cidadã de 1988, o que parece ainda uma norma em abissal correspondência com a realidade que nos cerca e as práticas judiciais e ministeriais, sobrevivendo ainda no Estatuto da Criança e do Adolescente a malsinada oitiva informal pelo MP, sem a presença da defesa, resultando violação do princípio constitucional da igualdade jurídica na relação processual, conforme indicativo de apreciação da ANADEP para propositura de ADIn desde o VI Congresso Nacional de Defensores Públicos, realizado na cidade de São Paulo, conforme consta na Carta de São Paulo.

Nos dias 2 e 3 de dezembro de 2019, o CNJ realizou no auditório nobre da USP o seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, assinado por representantes dos poderes constituídos.

É necessário e urgente colocar em prática o compromisso com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, fazendo valer os princípios e normas consagrados na Constituição de 1988, na Convenção da ONU de 1989, que completou trinta anos dia 20 de novembro de 2019, ratificada pelo Brasil em 1990, ano em que foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aliás, a Constituição da República também é para todos e todas?

Ou o artigo 227 da Constituição de 1988, saudada como Constituição Cidadã, que garante o respeito aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes com absoluta prioridade, é uma obra de ficção ou programática e não de eficácia plena, como os direitos e garantias individuais?

REFERÊNCIAS

BOWLBY, John. Formação e rompimento dos laços afetivos. Tradução Álvaro Cabral, revisão da tradução Luís Lorenzo Rivera. 5. ed. - São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2015.

CÁSSERES, Livia Miranda Müller Drummond. Enfrentamento do racismo institucional nas práticas das forças de segurança: filtragem racial como motivação institucional e inconvenção para configuração da fundada suspeita. In: Cadernos estratégicos: análise estratégica dos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Coordenação Geral de Programas Institucionais. Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Renata Tavares da. O que fazer com minha branquitude? Sobre a atenuante genérica da raça no Processo Penal Brasileiro. <https://www.anadep.org.br/wtk/site/Livro_Congresso_2017.pdf>

FONTES, Ivanise; ROXO, Maísa; SOARES, Maria Cândida S.; KISLANOV, Sara. Virando gente: a história do nascimento psíquico. São Paulo: Ideias e Letras, 2014.

MÉNDEZ, Emílio García. Infância, lei e democracia: uma questão de justiça. Texto originalmente publicado no livro coletivo Infância, lei e democracia na América Latina, García Méndez/Bellof. Santa Fé de Bogotá – Buenos Aires: Editoria Temis – EdicionesDepalma, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Consultado em: <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissa_RCCS78.PDF>.

VIRGENS, Eufrásia Maria Souza das; MARTINS, Rodrigo Azambuja. A defesa de adolescentes acusados da prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico sob a ótica do Direito Laboral e Internacional dos Direitos Humanos. <https://www.anadep.org.br/wtksite/XII_CONADEP_P_GINA_DUPLA.pdf>

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA NO CÁRCERE: UMA ANÁLISE À LUZ DO HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641/SP

LARYSSA SARAIVA QUEIROZ¹

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é reconhecido, negativamente, por seu cenário penitenciário. Há farta produção de dados a esse respeito, seja a partir de relatórios, gráficos e estatísticas oficiais, ou por estudos da academia. Todavia, tais análises têm padecido de ausência ou diminutas informações sobre as mulheres encarceradas.

Desse modo, a temática relativa à população carcerária feminina persiste com pouca visibilidade, considerando-se com prevalência o universo carcerário masculino. A estruturação androcêntrica dos presídios criados *para* e pensados *por* homens como consequência, por exemplo, o despreparo do ambiente para o período gestacional e a estada de um bebê.

Felizmente, a legislação parece ter atentado para a premência da questão da proteção à maternidade e à infância no cárcere, o que pode ser percebido a partir de alterações legislativas recentes sofridas pelo Código de Processo Penal, a exemplo da possibilidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças menores de doze anos.

Todavia, foi detectado que a solicitação da referida substituição ao Poder Judiciário tem restado indeferida em metade dos casos. Assim, em maio de 2017, foi impetrado um *habeas-corpus* coletivo no qual figuram como pacientes todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças.

Segundo notícias veiculadas sobre o julgado, bem como no próprio portal de acompanhamento processual do sítio oficial do Supremo Tribunal Federal, aponta-se a Defensoria Pública da União como impetrante. Todavia, a petição inicial é subscrita pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos. Assim, surgem alguns questionamentos: como e por que se deu a alteração no polo ativo? Qual a função da Defensoria Pública no julgamento do *habeas corpus* coletivo?

A relevância dessas questões justifica-se não apenas em razão da aludida necessidade de se conferir visibilidade à questão da mulher no cárcere, mas do papel da Defensoria Pública enquanto *custos vulnerabilis*, isto é, guardião dos vulneráveis.

Este estudo, portanto, viabiliza uma rica discussão que envolve direitos de gênero, violência obstétrica em mulheres encarceradas, proteção à primeira infância, direitos humanos e *advocacy*. Tal temática evidencia-se tão valiosa quanto urgente, a fim de subsidiar a melhor compreensão e o

¹Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí; pós-graduada em Ciências Criminais pela UNESA; graduada em Direito pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI. Atuante na seara criminal na condição de advogada sócia do escritório Queiroz & Monteiro Advogados. Professora universitária da Graduação dos cursos de Direito e Serviço Social do Centro Universitário Estácio São Luís. Pesquisadora de temáticas relacionadas ao acesso à justiça e instituições do sistema de justiça, com ênfase na Defensoria Pública. E-mail: Lsaraivaqueiroz@gmail.com

delineamento do direito ora discutido, bem como promover reflexões acerca da atuação defensorial em sede coletiva.

Para tanto, por meio de uma abordagem qualitativa, promove um estudo de caso do *habeas-corpus* coletivo n. 143.641/SP. Este método requer coleta de dados de múltiplas fontes e o desenvolvimento anterior de uma posição teórica para ajudar a direcionar o processo de coleta e análise de dados². Assim, parte-se da revisão da literatura, seguida da análise *dowrit*, propriamente dito.

Desse modo, este artigo está organizado em três partes. A primeira trata dos direitos da mulher encarcerada, regada a dados secundários. Já nesta seção suscitam-se as primeiras reflexões acerca da proteção à maternidade e à infância no cárcere, à luz de previsões constitucionais e infraconstitucionais. Em seguida, promove-se exame do *habeas-corpus*, quanto ao mérito e às ocorrências processuais pertinentes. Finalmente, dedica-se à análise da questão do polo ativo do *writ*.

2. A MULHER ENCARCERADA (E SEU FILHO)

Bastante referenciados negativamente são os dados penitenciários do Brasil, isto já é sabido. E, para fins de monitoramento e avaliação de sua situação, há uma produção de dados analíticos aprofundados, repletos de gráficos e estatísticas. Todavia, tais levantamentos têm padecido de escassez de informações sobre as mulheres encarceradas.

Isto, em verdade, apenas reflete a realidade das discussões sobre política criminal no País, especialmente quanto ao público feminino. Ademais, em última instância, exprime a representação parcial de mundo decorrente do predomínio dos homens no controle do poder econômico, político e cultural, excluindo-se valores femininos do direito e determinando o caráter estruturalmente patriarcal do sistema jurídico³.

A fim de suavizar essa realidade, busca-se legitimar a desconsideração das mulheres quando se pensa em políticas públicas e construções de unidades prisionais, sob o argumento da quantidade de homens presos ser maior que a quantidade de mulheres⁴. De outro lado, o “aumento da população prisional feminina nos últimos anos é um fator que tem forçado a sociedade e o poder público a se debruçar sobre essa questão”⁵.

Em escrito intitulado *Homens que menstruam*, Heidi Cerneka sinaliza que as mulheres evoluíram ao passar a ser vistas como não homens no sistema prisional, todavia, também observa que “responder às necessidades das mulheres encarceradas significa muito mais do que fornecer absorventes higiênicos e garantir pré-natal para as gestantes e seus bebês. O que, na realidade, seria um bom começo”⁶.

Atentando para esta situação, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) produziu um primeiro relatório, denominados INFOPEN Mulheres, sobre a situação das mulheres em cárcere, no ano de 2014⁷, somente atualizando os dados no ano de 2017⁸.

²GRAY, D. *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012, p. 201.

³BARATTA, Alessandro. *O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana*. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 26-27.

⁴CERNEKA, Heidi. *Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher*. *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v.6, n. 11, janeiro-junho de 2009, p. 61.

⁵BRASIL. Ministério da Justiça. *Secretaria de Assuntos Legislativos. Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão*. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015, p. 16.

⁶CERNEKA, op. cit., p. 63.

⁷BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Junho de 2014*. Coordenação: Renato Campos Pinto de Vito. Colaboração: Alexandre Vaz de Oliveira Moraes... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

⁸BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres. 2. ed. Organização, Thandara Santos. Colaboração, Marlene Inês da Rosa... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.*

Isso reflete o que, ainda na década de 1990, Cleide Santos⁹ denunciava: a visibilidade sobre o tema população carcerária fazia-se parcializada por gênero, considerando tão somente o universo carcerário masculino. Sugere, assim, “rasgar o véu”, alegoricamente referenciando a necessidade de se dar visibilidade ao tema.

À medida que foi *rasgando o véu*, percebeu que quando a literatura colocava as mulheres como foco de estudo, dedicava-se à análise das carreiras de delinquência, buscando compreender o fenômeno da criminalidade feminina ou enfatizando os aspectos do caráter pedagógico da instituição carcerária. Dedicou-se, então, a analisar a questão da maternidade no cárcere, a partir da perspectiva da construção, reprodução ou ruptura de estereótipos femininos, tais como o de tendência a ser mãe. Também sobre estereótipos, vale registrar que:

Para considerar a questão de gênero no sistema penal, há que se ir além do mero gesto de pintar os muros da unidade de cor-de-rosa; dizer que a mulher é mais emocional; e tornar acessíveis os remédios controlados que ajudam a dormir. Contemplar a questão da mulher presa significa muito mais do que desenvolver concursos de “Miss Penitenciária”, como vem ocorrendo com frequência.¹⁰

Todas essas proposições fundam-se na estruturação androcêntrica dos presídios criados *para* e pensados *por* homens e, portanto, despreparados, por exemplo, para o período gestacional e a estada de um bebê. De modo que a temática relativa à população carcerária feminina persiste com pouca visibilidade, considerando-se com prevalência o universo carcerário masculino, o que é revelado pela própria frequência do levantamento de dados do *INFOPEN Mulheres*, bem como por seus achados.

Isso porque, entre os eixos que compuseram os levantamentos do DEPEN, há a análise da relação entre a infraestrutura prisional e a capacidade de assegurar os direitos básicos da mulher presa, que leva em consideração a questão do exercício da maternidade no ambiente carcerário.

Assim, são contemplados dados relativos à existência de celas adequadas para gestantes, além da existência de berçário, creche e centro de referência materno-infantil, bem como se contam com cela ou dormitório adequado para custodiar gestantes. Contudo, no primeiro dos estudos, notam-se consideráveis lacunas nas informações prestadas pelas diferentes unidades, o que inviabiliza uma análise geral do tema.

Mas fica a cargo da pesquisa mais recente registrar que apenas 14%(quatorze por cento) das unidades femininas ou mistas contam com berçário e/ou centro de referência materno-infantil, que compreendem os espaços destinados a bebês com até 2 (dois) anos de idade. Ademais, somente 3% (três por cento) das unidades prisionais do País declararam contar com espaço de creche.

Diante deste cenário, percebe-se uma penalização que ultrapassa a mulher, atingindo sua prole, situação anunciada pelo título do presente tópico. Tal realidade remete aos conceitos beccarianos¹¹ de que a finalidade das punições não deve representar rigor ou perversidade, bem como princípio da intranscendência, segundo o qual a pena não pode passar da pessoa do condenado¹².

Felizmente, a legislação parece ter atentado para a premência de observância da questão, o que pode ser percebido pela alteração legislativa sofrida pelo Código de Processo Penal (CPP), no ano de 2016, nos seguintes termos:

⁹Cf. SANTOS, Cleide Magáli dos. *Rasgando o véu...rasgando a manta?:estereótipos e rupturas de gênero entre mulheres em cárcere: estudo de caso em Salvador, 1996. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.*

¹⁰CERNEKA, op. cit., p. 63.

¹¹Cf. BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.*

¹²BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1988, art. 5º, XLV.

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
[...]
IV – gestante;
V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;
VI – homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.¹³

Complementarmente, em 2018, o CPP passou a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:
I – não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;
II – não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.
Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código.¹⁴

Desse modo, passa a ser possível a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para gestantes e mães de crianças, conforme os termos e condições acima estabelecidos. Registrada também a previsão da Lei de Execução Penal que já admitia o recolhimento da condenada gestante beneficiária de regime aberto em residência particular¹⁵. Assim, a preocupação para com os direitos legais da Primeira Infância parece ter conquistado espaço.

Inclusive, merece menção uma fonte de dados recentemente desenvolvida: o *Cadastro Nacional de Presas Grávidas ou Lactantes*¹⁶, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que permite o conhecimento e o acompanhamento contínuo da situação das mulheres submetidas ao sistema prisional brasileiro.

O cadastro, acessível em forma de mapa e gráficos, mantém número nacional de grávidas e lactantes presas, conforme ano/mês de referência selecionado, além de dados mensais por Estado, sendo ainda possível verificar a variação mês a mês do quantitativo. Os dados de mulheres em prisão domiciliar, entretanto, não constam no cadastro.

Também merecem registro algumas normas constantes nas Regras de Bangkok, em cuja edição, ainda no ano de 2010, o Brasil, curiosamente, foi bastante proativo, o que não parece ter se refletido na aplicação destas, à luz do que até agora se discutiu. Desse modo, tome-se nota de algumas de suas disposições:

Regra 23

1) Nos estabelecimentos penitenciários para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, devem ser tomadas medidas para que o parto tenha lugar num hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento penitenciário, tal fato não deve constar do respectivo registro de nascimento. [...]

Regra 48 [...]

2. Mulheres presas não deverão ser desestimuladas a amamentar seus filhos/

¹³Idem, Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e dá outras providências. Brasília/DF, 2016.

¹⁴Idem, Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 2018. Altera o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 e dá outras providências. Brasília/DF, 2018.

¹⁵Idem, Lei n. 7.210, op. cit., art. 117, IV.

¹⁶Cf. Cadastro Nacional de Presas Grávidas ou Lactantes. Disponível em: <https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%5Cpaineis.cnj.qvw&lang=pt-BR&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true>.

as, salvo se houver razões de saúde específicas para tal. [...]

Regra 49

Decisões para autorizar os/as filhos/as a permanecerem com suas mães na prisão deverão ser fundamentadas no melhor interesse da criança. Crianças na prisão com suas mães jamais serão tratadas como presas. [...]

Regra 51

1. Crianças vivendo com as mães na prisão deverão ter acesso a serviços permanentes de saúde e seu desenvolvimento será supervisionado por especialistas, em colaboração com serviços de saúde comunitários.

2. O ambiente oferecido para a educação dessas crianças deverá ser o mais próximo possível àquela de crianças fora da prisão.

Regra 52

1. A decisão do momento de separação da mãe de seu filho deverá ser feita caso a caso e fundada no melhor interesse da criança, no âmbito da legislação nacional pertinente. [...]

Regra 64

Penas não privativas de liberdade para as mulheres gestantes e mulheres com filhos/as dependentes serão preferidas sempre que for possível e apropriado, sendo a pena de prisão considerada apenas quando o crime for grave ou violento ou a mulher representar ameaça contínua, sempre velando pelo melhor interesse do/a filho/a ou filhos/as e assegurando as diligências adequadas para seu cuidado.¹⁷

Mas, não obstante o compromisso internacional assumido, as disposições legais de conversão da prisão preventiva por domiciliar e o desenvolvimento de instrumentos de monitoramento, restou detectado que “o Poder Judiciário vem sendo provocado a decidir sobre a substituição daquela prisão por esta outra, nos casos especificados pela Lei, porém, em aproximadamente metade dos casos, o pedido foi indeferido”¹⁸.

Destarte, em 2017 foi impetrado um *habeas-corpus* coletivo, em que figuram como pacientes: “todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças”¹⁹. Então, insta analisar as implicações disso.

3. AS MULHERES (E AS CRIANÇAS) PACIENTES DO HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641/SP

Como visto, a legislação passou a prever a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, sem prejuízo da aplicação concomitante de medidas alternativas à prisão, reconhecendo a aplicabilidade deste direito a mulheres, gestantes ou mães com filho de até 12 (doze) anos, ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, desde que o crime cometido não tenha sido perpetrado com violência ou grave ameaça.

Mas, antes mesmo destas alterações legais, já havia outras previsões legais que sugeriam certa proteção à maternidade e à primeira infância, tais como o direito ao aleitamento no cárcere por, no

¹⁷BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras*. Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016, p. 25, 32-33, 35.

¹⁸Idem, Supremo Tribunal Federal. *Habeas-corpus n. 143.641/SP*. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Impetrante: Defensoria Pública da União. Data de Julgamento: 20/2/2018, Relatório, p. 5.

¹⁹Ibidem, p. 1.

mínimo, até 6 (seis) meses de idade, além de seção específica para gestante e parturiente e creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos²⁰.

Dráuzio Varella²¹ (2017) conta a realidade de um presídio transformado em cárcere feminino, abrindo mais de duas mil mulheres. Dentre estas, as que ingressam grávidas ou engravidam nas visitas íntimas saíam da cadeia apenas para dar à luz, retornando com o bebê, que seria amamentado e cuidado por seis meses nas celas de uma ala especial.

Registra que tal prazo, que antes era de apenas dois meses, fora estendido, à época, por força de diretrizes do Ministério da Saúde, sob o argumento de relevância da amamentação exclusiva. Cumprido o prazo, a criança seria levada por um familiar ou assistente social que o deixaria sob a guarda do Conselho Tutelar.

Com efeito, vale lembrar que o direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação está previsto na própria Constituição Federal²². Nesse mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê o dever de se propiciar condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade²³.

Entretanto, na obra intitulada *Presos que menstruam*, Nana Queiroz²⁴ conta a história de Gardênia, que teve de lidar com a situação de sequer ver a filha após o parto. Após conseguir *no grito* o direito de dar à luz na maternidade, ela gostaria de ter batizado a filha com o mesmo nome da médica que realizou o parto. Isso em gratidão ao atendimento humano que recebeu, tendo sido solicitada a retirada das algemas durante o trabalho de parto, o que, inclusive, passou a ser direito por força da Lei n.13.434, de 2017²⁵.

Todavia, como a irmã de Gardênia foi quem procedeu com o registro da criança, não sabia daquele desejo e adotou um nome de sua preferência. Restou à Gardênia acostumar-se ao nome, dando graças por, ao menos, ter dado à luz no hospital, garantindo assistência médica à filha, que apresentou hiperglicemia ao nascer.

Certamente, viver os primeiros meses de vida numa prisão não é o ideal, mas há que se registrar o posicionamento de alguns psicólogos, pediatras e assistentes sociais, segundo o qual é melhor nascer preso do que nascer sem a assistência materna²⁶.

Sobre o cenário na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, Débora Diniz²⁷ conta casos da *Ala A*, composta por mulheres grávidas e recém-nascidos. Relata a história de Rita e o filho Arthur, nascido no presídio, que possuía uma banheira de plástico como berço.

A criança vira o pai pela primeira vez na oportunidade de condução entre presídios, gentileza da administração penitenciária em que mulheres e crianças saem do presídio feminino e visitam companheiros no Complexo Penitenciário da Papuda. A segunda ocasião foi no júri, sendo Arthur apresentado em julgamento como tese.

Diante de todas estas situações, afastada ou mantida a criança na penitenciária, não se saberia indicar com base em critérios objetivos qual a pior das situações. O certo é que, em havendo ou não um vínculo estabelecido, as consequências do cárcere são drásticas e ultrapassam a culpabilidade da presidiária.

²⁰BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília/DF, 1984.

²¹VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017, p. 32.

²²BRASIL, Constituição Federal, op. cit., art. 5º, inciso L.

²³Idem, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF, 1990, art. 9º.

²⁴QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras* [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 41-44.

²⁵BRASIL. Lei n. 13.434, de 12 de abril de 2017. Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato. Brasília/DF, 2017.

²⁶Ibidem, p. 66.

²⁷DINIZ, Debora. *Cadeia: relatos sobre mulheres* [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 109, 67-68

Registre-se que, embora a pena deva causar um mal maior para descompensar o crime cometido, isto não implica a necessidade de que as sanções cruéis sejam as melhores, pois o excesso impera a mudança da lei e provoca a impunidade, perdendo-se a finalidade essencial da coação do Estado²⁸.

Certo é que, em relação ao público carcerário feminino, sobretudo gestantes, lactantes e mães de crianças em geral, sofre-se muito além do que as penas impostas. Não se pode ainda ignorar que os filhos já nascem penalizados.

Ademais, há ainda o caso das presas em sede provisória, que sequer ostentam a situação de sentenciadas. Bem como a situação das famílias monoparentais, nas quais a mulher é a única responsável legal pela manutenção financeira, material e emocional do lar. Nestes casos, seu afastamento implica uma série de incertezas quanto ao destino e ao amparo dos filhos²⁹.

Cássia, outra presidiária lactante, não conteve a risada quando tomou conhecimento da proposta de alguns ativistas no sentido de que as mães de bebês permaneçam em prisão domiciliar, com tornozeleiras eletrônicas, por até um ano, enquanto amamentam. Assim, a criança viveria em um ambiente mais saudável, não perdendo em vivência familiar.³⁰

O que sequer cogitava Cássia é que proposição semelhante seria levada em consideração, tempos depois, pela legislação pátria. Entretanto, como aduzido, houve muitos indeferimentos judiciais, a despeito da previsão legal.

Desse modo, no já aludido *Habeas-Corpus* Coletivo (HCC)³¹ em defesa de todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional que ostente a condição de gestante, puérpera ou mães com crianças de até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças, buscou-se assegurar a observância do direito.

Protocolado no dia 9 de maio de 2017, o HCC requereu a admissibilidade da ação sob o argumento, também, da seletividade do sistema judiciário e dos entraves no acesso aos órgãos jurisdicionais opostos às presas provisórias.

Não há como deixar de mencionar as circunstâncias que puseram essa questão em voga: o caso concreto de Adriana Ancelmo. Presa preventivamente em dezembro de 2016, a esposa do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, teve sua prisão cautelar, posteriormente, substituída pela prisão domiciliar, em razão da condição de mãe de crianças. Confirmando a relação de causalidade entre o caso paradigma e a propositura do *writ*:

[...] o que eu consigo identificar como estratégias nos argumentos foi a seletividade, então, desafiar o STF a decidir esse caso quando outros casos de mulheres ricas tinham sido decididos nesse sentido, e claro que eu estou fazendo referência à Adriana Ancelmo. Então (...) essa foi uma estratégia muito grande não só pra dentro do tribunal como pra fora também (...) foi assim que a gente se comunicou com a mídia. Então, temos um problema de seletividade: se mulheres ricas conseguem, mulheres pobres também têm que conseguir [...]. (Entrevista concedida por Eloísa Machado de Almeida, advogada do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos)³²

²⁸ BECCARIA, *op. cit.*, p. 88.

²⁹ SILVA, Amanda Daniele. *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina* [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 13.

³⁰ *Ibidem*, p. 66.

³¹ HCC n. 143.641/SP

³² SILVA, Jaqueline Galdino da. *Cárcere e maternidade no STF: uma análise da atuação dosamicuriae no caso do Habeas Corpus Coletivo nº143.641/SP*. 2018. 121 f. Monografia (Especialização) – Curso de Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público, Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2018, p. 33.

Quanto à ideia de formular um habeas corpus coletivo, uma das inspirações foi a realização da pesquisa “Dar à luz na sombra”, realizada por Bruna Angotti e Ana Gabriela Braga, que inclusive figura como fonte nas referências deste estudo, já tendo sido mencionada na primeira seção. A esse respeito:

O HC Coletivo (...) foi uma proposta do Coletivo baseada na pesquisa “Dar à luz na sombra” que eu fiz em parceria com a professora Ana Gabriela Braga da UNESP de Franca.

E nós duas fizemos essa pesquisa para o projeto: “Pensando o Direito” e, a partir daí, nasceu com as propostas que a gente fez no “Dar à luz na sombra”. O Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos decidiu que uma saída seria tentar um HC Coletivo. Foi uma estratégia inovadora, o STF nunca tinha concedido um HC desse tamanho, coletivo, pra pessoas não nomeadas porque (...) qual que é o grande problema? A gente não tem dados, né?

A gente não tinha o nome de todas essas mulheres (...). Enfim, foi o entendimento de que era um público sim que estava em situação de Estado de Coisas Inconstitucional, de vulnerabilidade (...). A pesquisa foi muito citada tanto na nossa peça quanto no voto do ministro Lewandowski. Então, decidiu-se pela concessão do HC Coletivo e foi inédito por isso; e foi inédito por ser uma decisão que tem potencial desencarcerador em massa mesmo, né? (Bruna Angotti, entrevistada como advogada do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos – CADHu)³³

Desse modo, percebe-se que a propositura em sede coletiva representou uma estratégia direcionada no sentido de compelir o Poder Judiciário a estender a todas as mulheres um direito, a essa altura, já previsto alguma das fontes normativas elencadas em linhas passadas.

Note-se que muitas entidades foram habilitadas a participar do HCC na condição de *amici curiae*: 23 (vinte e três) Defensorias Públicas Estaduais e 6 (seis) entidades da sociedade civil, quais sejam: Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD); Instituto Alana; Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC); Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim); Pastoral Carcerária Nacional e Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Há alguns pontos levantados por essas instituições que merecem ser pontuados, a exemplo da argumentação da Abrasco, regada a dados empíricos colhidos na pesquisa denominada *Nascer nas prisões*. Um dos dados que mais chama atenção é o de que um terço das mulheres relatou o uso de algemas na internação para o parto. O que não foi o caso de Gardênia, graças à solicitação médica, mas que resta agora “assegurado” por força da Lei n.13.434, de 2017.

A Pastoral Carcerária, o IBCCrim e o ITTC, em conjunto, argumentaram, dentre outros pontos, o *estado de coisa inconstitucional* (termo cunhado pelo próprio Supremo Tribunal Federal para referenciar o sistema carcerário brasileirohodierno) a fim de sustentar que a situação gera agravamento da pena; o expressivo quantitativo de mulheres presas provisoriamente; e a necessária observância das *Regras de Tóquio* (que buscam estimular o emprego de medidas não privativas de liberdade).

Mas nem todas as colocações foram completamente em prol das mulheres. Isso porque a Procuradoria-Geral da República sustentou a não admissão do HCC, considerando que as pacientes seriam indetermináveis e indeterminadas, devendo a análise do cabimento da prisão domiciliar se dar em cada caso concreto, no que foi objetada nos seguintes termos:

³³*Ibidem*, p. 34.

Tal assertiva ficou superada com a apresentação, pelo DEPEN e por outras autoridades estaduais, de listas contendo nomes e dados das mulheres presas preventivamente, que estão em gestação ou são mães de crianças sob sua guarda. O fato de que a ordem, acaso concedida, venha a ser estendida a todas aquelas que se encontram em idêntica situação, não traz nenhum acento de excepcionalidade ao desfecho do julgamento do presente **habeas corpus**, eis que tal providência constitui uma das consequências normais do instrumento. (Voto do Ministro Relator Ricardo Lewandowski)³⁴

Julgado em 20 de fevereiro de 2018, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) “preliminarmente, por votação unânime, entendeu cabível a impetração coletiva e, por maioria, conheceu do pedido de habeas corpus, vencidos os ministros Dias Toffoli e Edson Fachin, que dele conheciam em parte”³⁵.

Desse modo, restou determinada a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e pessoas com deficiência física sob sua guarda, enquanto perdurar tal condição.

Cumprido destacar que, à época da decisão, o CPP já trazia a previsão do direito à gestante e mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Todavia, o Acórdão tratou de excetuar do benefício os casos de crimes praticados mediante violência ou grave ameaça, além de crimes praticados contra seus descendentes. Questões que, posteriormente, foram acolhidas pela já referida Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 2018, responsável pela inclusão dos artigos 318 A e B no CCP.

Frise-se ainda que o Acórdão do STF excetuou também “situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício”³⁶.

Ademais, não se pode olvidar o fato de que a ordem foi estendida às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, em atenção a um pedido extra do Instituto Alana.

Por fim, considerando-se que a temática não pode ser tratada de modo ingênuo, cumpre mencionar a possibilidade de uso da maternidade como instrumento para angariar a liberdade. A esse respeito, Cleide Santos observa:

[...] ela o estará fazendo, valendo-se da assunção de uma atribuição social, que se assenta em estereótipos socialmente construídos segundo os quais a maternidade enquanto destino “natural” da mulher, teria a capacidade de “recuperá-la” para o “convívio na sociedade”. [...]

*Vale ressaltar, contudo, que um caráter instrumental para a maternidade não é algo tão inusitado, o que poderíamos dizer quanto aos casos nos quais uma gravidez pode ser pensada como possibilidade para o restabelecimento de uma relação afetiva em crise? Ou quando na zona rural a justificativa para o fato de uma grande quantidade de filhos, assenta-se na pretensa garantia de manutenção de sobrevivência do grupo familiar? [...]*³⁷

Portanto, a despeito de quaisquer julgamentos, a instrumentalização da maternidade deve ser analisada à luz destes e de outros questionamentos, o que sobrepuja discussões de ordem meramente jurídica, envolvendo indagações da seara psicológica, tais como comportamental e de estereótipos,

³⁴BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Habeas-corpus n. 143.641/SP, op. cit., voto do ministro relator Ricardo Lewandowski, p. 8.

³⁵Ibidem, Acórdão, p. 1.

³⁶Ibidem.

³⁷SANTOS, op. cit., p. 106-107.

o que excede as pretensões do presente estudo.

Finalmente, após a análise das principais teses levantadas e consideradas pelo mérito do *decisum*, resta examinar fator que, a muitos, pode ter passado despercebido: a questão dos impetrantes do HCC.

Isso porque em notícias veiculadas sobre o julgado, bem como no próprio portal de acompanhamento processual do sítio oficial do STF, aponta-se Defensoria Pública da União como impetrante. Todavia, a petição inicial é subscrita pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos (CADHu).

Assim, despontam os seguintes questionamentos: como e por que se deu a alteração no polo ativo? Qual a função da Defensoria Pública no julgamento do HCC?

4. A CONDIÇÃO DE IMPETRANTE DA DEFENSORIA PÚBLICA NO HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641/SP

O HCC n. 143.641/SP foi o primeiro habeas corpus, em âmbito coletivo, a ser conhecido pelo STF, constituindo marco histórico dos direitos humanos neste país. Ainda em 2016, o Instituto Alana, em atuação conjunta com o CADHu, durante a XII Conferência de Direitos Humanos, em Brasília, aprovou uma moção de apoio ao cumprimento imediato do Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257/16), a fim de que todas as mulheres que estivessem em situação carcerária pudessem ter a prisão provisória convertida em domiciliar.³⁸

A pretensão culminou na impetração do HCC pelo CADHu, cuja Inicial aduziu a competência para julgamento do feito ao Supremo Tribunal Federal, em razão da abrangência do feito, além do fato de que o Superior Tribunal de Justiça figura entre as autoridades coatoras.

Tal demanda remete à prática da advocacia *pro bono* definida, *grasso modo*, como sendo a prestação gratuita de serviços jurídicos na promoção do acesso à justiça, não se confundindo com a assistência jurídica pública gratuita, prestada pela Defensoria Pública. Remete, mais especificamente, à *advocacy*, um dos tipos de advocacia *pro bono*, consistente na defesa de causas sociais que transcende a mera assistência individual, mais relacionada ao ativismo político e busca da efetivação de políticas públicas.³⁹

Posteriormente, a Defensoria Pública do Estado do Ceará pleiteou seu ingresso na condição de custos vulnerabilis (guardião dos vulneráveis) ou, subsidiariamente, como *amicus curiae*. Enfatizou ser órgão interveniente na execução penal para a defesa das pessoas presas, com base em dispositivos constitucionais e na própria Lei Complementar n. 80/1994, que organiza a DPU e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados.⁴⁰

Na sequência, peticionou a Defensoria Pública do Estado do Paraná, requerendo seu ingresso, além de solicitar a intimação do Defensor Público Geral Federal, a fim de provocar sua atuação na mesma condição.⁴¹

Considerando a possibilidade de aplicação analógica de dispositivos do processo civil ao processo penal, o ministro relator, Ricardo Lewandowski, admitiu o ingresso das referidas Defensorias Estaduais no feito.

³⁸SANTOS, *op. cit.*, p. 38.

³⁹QUEIROZ, Laryssa Saraiva. *Advocacia pro bono e o acesso à justiça*. 62 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário UNINOVAFAP, Teresina, 2014.

⁴⁰BRASIL, Supremo Tribunal Federal. *Habeas-corpus n. 143.641/SP, acompanhamento processual disponível na aba DJe em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>*, DJ Nr. 168 do dia 1/8/2017, p. 3-4.

⁴¹*Ibidem*, p. 5-6

Instada a manifestar-se, a DPU aduziu, dentre outros argumentos, ser essencial sua participação em razão da representatividade da Defensoria Pública por conta dos reflexos da decisão nos direitos de um grupo vulnerável, além de sua legitimação em ações constitucionais em direção às soluções coletivas.⁴²

Após refletir e autorizar o cabimento do *habeas corpus* em sede coletiva, com relação ao polo ativo, o relator ponderou:

Com efeito, apesar de ser digna de encômios a iniciativa do Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos e dos impetrantes Eloísa Machado de Almeida, Bruna Soares Angotti, André Ferreira, Nathalie Fragoso e Hilem Oliveira, que trouxeram à apreciação desta Suprema Corte os fatos narrados na inicial, parece-me que a legitimidade ativa deve ser reservada aos atores listados no art. 12 da Lei n. 13.300/2016, por analogia ao que dispõe a legislação referente ao mandado de injunção coletivo.

No caso sob exame, portanto, incidiria o referido dispositivo legal, de maneira a reconhecer-se a legitimidade ativa a Defensoria Pública da União, por tratar-se de ação de abrangência nacional, admitindo-se os impetrantes como amici curiae. Dessa forma, e sem demérito nenhum aos demais impetrantes, os quais realizaram um proficiente trabalho, garante-se que os interesses da coletividade estejam devidamente representados.⁴³

Assim, por analogia à legislação referente ao mandado de injunção coletivo, que confere à Defensoria legitimidade para tal, bem como considerando tratar-se de ação cujos efeitos possuem abrangência nacional, conclui-se que foi por força de decisão do ministro Lewandowski que a DPU passou a figurar como proponente do *writ*, em substituição ao CADHu, admitindo os impetrantes originários, bem como as demais Defensorias Estaduais como *amici curiae*.

Tal ocorrência remete à reflexão acerca do papel da Defensoria em defesa de interesses coletivos. Nesse sentido, cumpre evocar as alterações legislativas que, ao longo do tempo, promoveram uma ampliação das competências da instituição rumo a uma atuação coletiva, a exemplo da educação em direitos humanos e ajuizamento de ação civil pública. Entretanto, a novel forma de atuação sofreu muitas objeções por parte, por exemplo, do Ministério Público, que reclamava esta função somente para si.⁴⁴

Tais restrições à atuação defensorial já foram objeto de análise mais detida conduzida pela presente autora em pesquisas precedentes, cabendo aqui apenas recordar o papel reiteradamente assumido pelo Supremo Tribunal Federal na proteção da Defensoria Pública de interesses corporativos por parte de outras instituições. Interesses estes que, como verificado pelas referidas pesquisas, restam constrangidos em sede julgamento de ações constitucionais pela Corte.⁴⁵

Logo, este estudo confirma aquelas conclusões. Entretanto, desta feita, revela que o Pretório Excelso tem ido além, pois reafirma seu papel de promotor do respeito e fortalecimento institucional da Defensoria Pública, mas também a convoca a figurar como proponente em sede coletiva. Assim, a Corte demonstra que não só atua quando chamada a intervir, mas também de forma proativa.

Há que se destacar, ainda, que a decisão de substituição no polo ativo do HCC serve para sinalizar o relevante papel da atuação defensorial em sede coletiva. O que, vale dizer, tem restado

⁴²Ibidem, DJ Nr. 183 do dia 21/08/2017, p. 1.

⁴³BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Habeas-corpus n. 143.641/SP, op. cit., voto do ministro relator Ricardo Lewandowski, p. 6-7.

⁴⁴QUEIROZ, Laryssa Saraiva. Política pública de acesso gratuito à justiça aos vulneráveis no Brasil: uma análise institucional dos seus problemas de execução. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017, p. 47.

⁴⁵Ibidem, p. 110.

perceptível a partir do rico banco de dados empíricos que tem sido fomentado pela edição de relatórios de iniciativa da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep), ao organizar estudos de casos desse tipo de atuação⁴⁶.

Ademais, noutros estudos, também conduzidos por esta pesquisadora, já se verificou que a evolução institucional da Defensoria Pública tem acompanhado a evolução da cidadania no Brasil, bem como que estas se influenciam entre si. "Isto porque, na medida em que o progresso da cidadania reclama, por exemplo, representação coletiva em juízo, a Defensoria o faz, fortalecendo a cidadania"⁴⁷. Desse modo, este processo cíclico vem a ser benéfico para a formação e o fortalecimento de ambas.

Todavia, os referidos estudos também apontam que, tal qual a evolução da cidadania no Brasil, a Defensoria Pública ainda carece de fortalecimento, sugerindo, a partir da verificação da correlação entre a evolução de ambas, que "a maximização da contribuição defensorial para a cidadania está condicionada ao processo de implementação mais amplo das diretrizes previstas em seu desenho institucional"⁴⁸.

Isto é, formalmente, a instituição já tem alcançado razoável consideração pelas vias legislativas, apresentando um desenho institucional com diretrizes bastante satisfatórias. Entretanto, até mesmo para dar conta de uma formação cidadã deficiente, ainda é necessária uma implementação mais ampla, pois muitas comarcas sequer dispõem de unidades da instituição na localidade.

Contudo, a atuação proativa do STF provoca, em suas entrelinhas, a reflexão acerca de disposições legais que já asseguram vigorosas contribuições que a Defensoria pode ofertar à cidadania no Brasil. Este HCC em defesa da maternidade e da infância no cárcere, ao ser decidido pelo STF, é um exemplo de atuação coletiva cujas repercussões na jurisprudência pátria pouco depende da implementação deficitária que a Defensoria Pública ainda apresenta, mesmo após mais de duas décadas de sua previsão como responsável pela assistência jurídica gratuita aos vulneráveis no Brasil. Isto porque gerou forte precedente, com ulterior previsão legal praticamente nos mesmos termos do *decisum*.

Desse modo, a convocação da Defensoria para figurar no polo ativo põe em evidência um caminho rumo à proteção de grupos vulneráveis, já assegurado por alguns diplomas legais, dentre outros interpretados extensivamente pelo STF: o caminho da atuação coletiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, ao longo do tempo, houve substancial evolução legal no que tange à proteção à maternidade e à infância no cárcere. Entretanto, a propositura do HCC revelou-se fundamental na busca de se conferir eficácia à proteção, considerando a amplitude da figura dos pacientes.

A análise do *writ* permitiu ainda observar o relevante papel dos atuantes em sede de *amici curiae*, resultando, por exemplo, no alcance da decisão às adolescentes. Chama ainda atenção o quantitativo de Defensorias Públicas Estaduais admitidas nesta condição, remetendo ao papel da instituição como guardião dos vulneráveis.

Quanto à Defensoria Pública da União, foi possível verificar que, muito embora noticiada e

⁴⁶ Cf. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS (ANADep). *I Relatório Nacional de Atuações Coletivas da Defensoria Pública: um estudo empírico sob a ótica dos "consumidores" do sistema de justiça*. Coord. SOUSA, José Augusto Garcia de. Brasília, 2013; e *Idem*, *II Relatório Nacional de Atuações Coletivas da Defensoria Pública*. Coord. BRITTO, Adriana. Brasília, 2015.

⁴⁷ QUEIROZ, Larissa Saraiva. *A promoção da cidadania no Brasil pela Defensoria Pública*. In: MENEZES, Monique de; PEREZ, Olívia; JOHAS, Barbara (orgs.). *Discussões contemporâneas em Ciência Política: instituições de controle e participação política*. Teresina: EDUFPI: Ithala, 2017, p. 337.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 338.

registrada no acompanhamento processual sua condição de impetrante, o HCC foi proposto por uma entidade ligada à proteção aos direitos humanos.

Na verdade, a intimação da DPU para atuar no feito partiu de requerimento de uma unidade estadual da instituição. Ademais, a substituição da entidade proponente pela DPU à condição de impetrante se deu por força de decisão e convocação, de ofício, do ministro relator no caso para tanto.

Todavia, longe de representar um demérito à instituição, tal situação põe em evidência a relevância de sua atuação em sede coletiva, considerando-se o potencial de alcance na proteção aos vulneráveis, bem como seu alinhamento à missão defensorial.

Desse modo, confirmam-se as conclusões das pesquisas precedentes acerca do papel da Defensoria Pública na promoção da cidadania, além de reafirmar a função assumida pelo Supremo Tribunal Federal de fomento do seu fortalecimento institucional. A novidade fica a cargo do comportamento proativo da Corte, que pôs em evidência a relevância de sua atuação em sede coletiva ao conferir o status de impetrante, de ofício.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS (ANADep). I Relatório Nacional de Atuações Coletivas da Defensoria Pública: um estudo empírico sob a ótica dos “consumidores” do sistema de justiça. Coord. SOUSA, José Augusto Garcia de. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/I-RELAT_RIO-NACIONAL.pdf>. Acesso em: 5 Dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DEFENSORES PÚBLICOS (ANADep). II Relatório Nacional de Atuações Coletivas da Defensoria Pública. Coord. BRITTO, Adriana. Brasília, 2015. Disponível em: <[https://www.anadep.org.br/wtksite/Preview_Livro_Defensoria_II_Relat_rio\(1\).pdf](https://www.anadep.org.br/wtksite/Preview_Livro_Defensoria_II_Relat_rio(1).pdf)>. Acesso em: 5 Dez. 2019.

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). Criminologia e feminismo. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 7 Nov. 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, Conselho Nacional de Justiça. 1. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 7 Nov. 2018.

_____. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Junho de 2014. Coordenação: Renato Campos Pinto de Vitto. Colaboração: Alexandre

Vaz De Oliveira Moraes... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 9 Nov. 2018.

_____. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias– INFOPEN Mulheres. 2. ed. Organização, Thandara Santos. Colaboração, Marlene Inês da Rosa... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 9 Nov. 2018.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm>. Acesso em: 9 Nov. 2018.

_____. Lei n.13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1o de maio de 1943, a Lei n. 1.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n. 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 9 Nov. 2018.

_____. Lei n. 13.434, de 12 de abril de 2017. Acrescenta parágrafo único ao art. 292 do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para vedar o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato. Brasília/DF, 2017.

_____. Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 2018. Altera o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13769.htm#art2>. Acesso em: 9 Nov. 2018.

_____. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília/DF, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm>. Acesso em: 9 Nov. 2018.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015.

_____. Supremo Tribunal Federal. Habeas-corpus n. 143.641/SP. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Pacientes: Todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Impetrante: Defensoria Pública da União. Data de Julgamento: 20/2/2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=143641&classe=HC&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 5 Nov. 2018.

CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especi-

ficidades da mulher. *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, v.6, n. 11, janeiro-junho de 2009.

DINIZ, Debora. *Cadeia: relatos sobre mulheres* [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAY, D. *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

QUEIROZ, Laryssa Saraiva. *Advocacia pro bono e o acesso à justiça*. 62 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário UNINOVAFAP, Teresina, 2014.

_____. *A promoção da cidadania no Brasil pela Defensoria Pública*. In: MENEZES, Monique de; PEREZ, Olívia; JOHAS, Barbara (orgs.). *Discussões contemporâneas em Ciência Política: instituições de controle e participação política*. Teresina: EDUFPI: Íthala, 2017, p. 321-340.

_____. *Política pública de acesso gratuito à justiça aos vulneráveis no Brasil: uma análise institucional dos seus problemas de execução*. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras* [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SANTOS, Cleide Magáli dos. *Rasgando o véu... rasgando a manta?: estereótipos e rupturas de gênero entre mulheres em cárcere: estudo de caso em Salvador, 1996*. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

SILVA, Amanda Daniele. *Mãe/mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina* [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 224.

SILVA, Jaqueline Galdino da. *Cárcere e maternidade no STF: uma análise da atuação dos amicus curiae no caso do Habeas Corpus Coletivo n.143.641/SP*. 121 f. Monografia (Especialização) – Curso de Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público, Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2018.

VARELLA, Drauzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

A DEFENSORIA PÚBLICA E A EFETIVIDADE DO DIREITOS DAS MULHERES

LINDALVA FÁTIMA RAMOS¹
ROSANA ESTEVES MONTEIRO²
TÂNIA REGINA DE MATOS³

**SUBTEMA: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
A IMPORTÂNCIA DAS REDES INTERSETORIAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ESPECIAL PARA AS MULHERES**

RESUMO

Há uma tradição de que assistência social, educação, cultura, habitação, lazer, saúde, segurança, transporte e trabalho são políticas setoriais e desarticuladas. Cada área da política pública tem uma sistemática para o seu desenvolvimento e com frequência atende aos mesmos usuários(as), deixando outros(as) descobertos(as) pelos serviços, o que faz com que o cidadão(ã) busque judicializar os seus direitos quando não tem acesso a estes, ou quando lhes são negados. O presente artigo busca relatar qual a importância das redes intersetoriais para a população em situação de vulnerabilidade social, em especial para mulheres, bem como a participação da Defensoria Pública nesse processo.

Palavras-chave: Redes intersetoriais. Enfrentamento. Violência.

INTRODUÇÃO

A rede é uma maneira de unir pontos e nós. Segundo Cássio Martinho (2011), a forma complexa da rede é constituída por apenas dois elementos: nodos e conexões. O nodo é o elemento indivisível cuja natureza define a rede. Nas redes sociais, os nodos são as pessoas. O segundo elemento estrutural da rede é a conexão, representada pelas linhas nos diagramas de rede. Conexões designam vínculos ou relações de qualquer tipo entre os nodos.

O presente artigo parte do pressuposto de que a formação de redes intersetoriais é importante para a população em vulnerabilidade social, em especial, para as mulheres, já que estas articulações possibilitam a participação da sociedade civil nos espaços de poder através dos movimentos sociais e de que a Defensoria Pública tem papel fundamental no processo de implantação dessa forma de organização social.

Num município, segundo Jussara Ayres Bourguignon (2001), são possíveis diferentes formas de manifestação das redes e uma não exclui a existência de outra, porém preconiza-se que haja um avanço no sentido de se organizar redes intersetoriais, se o objetivo for otimizar as ações públicas para o enfrentamento da pobreza.

¹Graduada em Licenciatura Plena em Letras(1992) e Direito(1998) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade Estácio de Sá(2002). Defensora Pública em MT desde 2002.

²Defensora Pública do Estado Mato Grosso. Graduada em Direito pela UNIC – Universidade de Cuiabá. Especialista em Processo Civil pela Fundação Escola Superior do Ministério Público.

³Defensora Pública do Estado Mato Grosso. Aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Política Social na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada em Direito pela UFMT. Especialista em Ciências Penais pela UNIC/Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Investigar a importância das redes intersectoriais para a população em vulnerabilidade social, em especial para as mulheres, é o objetivo deste texto. Para tanto analisamos as experiências da “Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar de Várzea Grande e Livramento”, em que, apesar de o nome abranger a cidade de Livramento, a análise é restrita a Várzea Grande, rede em formação em Cuiabá para atender a população de rua e também da “Rede de Frente” de Barra do Garças, que teve início em 2013 e serviu de inspiração para a criação da Rede de Várzea Grande.

O artigo está estruturado em quatro capítulos: no primeiro, apresentamos um breve relato de como surgiram as redes, discorremos sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar de Várzea Grande e Livramento; no segundo, tratamos da articulação para formar uma rede a fim de atender a população de rua, na capital de Mato Grosso; no terceiro, relatamos os resultados da Rede de Frente, de Barra do Garças; e no quarto, entramos nas considerações finais, concluindo que há um caminho longo a percorrer até estabelecer uma coalizão entre os diversos setores.

Para a realização do texto recorreremos às seguintes técnicas de pesquisa: observação, pesquisa documental e entrevistas abertas. A observação direta foi feita através da participação nos eventos das redes que se formaram em Mato Grosso: reuniões ampliadas e setorializadas, seminários e capacitações continuadas. A pesquisa documental foi realizada através da leitura dos relatórios das avaliações das Redes e das entrevistas abertas com os(as) técnicos(as) dos Centros de Referência Social, servidores dos municípios de Várzea Grande, Cuiabá e Barra do Garças.

Essas instâncias constituíram espaços significativos para a compreensão da dinâmica da formação das redes, permitindo identificar as dificuldades e os impasses encontrados para execução das deliberações coletivas.

1. A EXPERIÊNCIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DE VÁRZEA GRANDE E LIVRAMENTO

Na década de 1990, as redes ganharam destaque como forma de atuação conjunta em diversos campos do conhecimento. Segundo Denise Carreira e Valéria Pandjarjian (2003), as redes ficaram conhecidas como instrumentos hábeis de cooperação para responder aos desafios complexos vividos pela humanidade.

A rede de pessoas é chamada de rede de relacionamento ou rede primária, aquela formada por familiares (parentes próximos de primeiro grau ou não), amigos, vizinhos e frequentadores da mesma religião. E a rede de instituições é a rede secundária, formada por organizações governamentais ou não. Entre essas duas redes há uma intermediária, constituída de pessoas e grupos que contribuem para ligá-las. A rede que foi formada em Várzea Grande e Barra do Garças são as intermediárias, e a que está sendo articulada em Cuiabá tem contornos de intermediária.

Com a edição da Lei Maria da Penha em 2006 esperava-se redução dos números da violência doméstica no Brasil, mas isso não aconteceu. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia no território nacional para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado, dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar.⁴

Mato Grosso não é diferente. Em 2017, cerca de 2.718 mulheres vítimas de violência procuraram

⁴ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2019. Coordenação: CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; ALVES, Paloma Palmieri; MARQUES, David; REIS, Milena; CYPRIANO, Otavio; SOBRAL, Isabela; PACHECO, Dennis; LINS, Gabriel. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em: 16/11/2019.

atendimento. O perfil da maioria das vítimas é de cor parda, na faixa etária entre 25 a 45 anos, com nível de escolaridade médio e desempregadas.⁵ O Estado todo possui 141 municípios, e destes apenas 6% possuem delegacias especializadas de atendimento à mulher: Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis, Tangará da Serra e Várzea Grande.

Em várzea Grande, no ano de 2017, foram registrados contra vítimas femininas de 18 a 59 anos: 395 casos de ameaça, 12 de assédio sexual, 136 de calúnia, 107 de constrangimento ilegal, 198 de difamação, 14 de estupro, 4 de homicídio doloso, 5 de importunação ofensiva ao pudor, 288 de injúria, 18 de injúria mediante preconceito, 39 de injúria real, 311 de lesão corporal, 4 de maus-tratos, 49 de perturbação de trabalho ou sossego, 9 de cárcere privado, 65 de vias de fato.⁶

A não concentração de equipamentos sociais em um único lugar – instituto médico-legal com serviços humanizados, casas de amparo para acolhimento, unidades de saúde, delegacias, defensorias, promotorias e varas especializadas – para o atendimento é um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres em situação de violência, tendo em vista que acabam percorrendo grandes distâncias entre um e outro órgão, o que as desestimula a continuar buscando seus direitos.

No corpo da Lei Maria da Penha há previsão de integração operacional entre as instituições do sistema de justiça com outras áreas do poder público, referindo-se assim ao trabalho intersetorial. Dessa forma, a implantação de uma rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher tornou-se uma necessidade. A partir de dezembro de 2017 atores com idêntico propósito começaram traçar estratégias para a criação da referida rede. No dia 15 do mês natalino o primeiro passo foi dado: na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Várzea Grande, aconteceu a primeira reunião com a presença da defensora pública Lindalva Fátima Ramos, representando a Rede de Frente – Barra do Garças.

Em fevereiro reuniram-se com a chefe do executivo municipal de Várzea Grande, no seu gabinete, os representantes dos órgãos e instituições que comporiam a Rede local, e dentre estes a Defensoria Pública estava presente. No dia 8 de março de 2018, o protocolo de intenções foi assinado e logo em seguida foi elaborado um diagnóstico, identificando os atores sociais que deveriam compô-la. Na sequência foram realizadas as capacitações continuadas.

No mês de março do ano seguinte, o Termo de Cooperação Técnica foi assinado entre as instituições parceiras, oportunidade em que já estavam em funcionamento a Patrulha Maria da Penha formada pela Guarda Municipal e a Polícia Militar, serviço direcionado ao acompanhamento da mulher com medida protetiva deferida e monitoramento do homem que deu causa à medida, bem como o Serviço Reflexivo para Homens, que consiste em encontros semanais no espaço do CREAS (Centro de Referência e Assistência Social) voltados para quem foi acusado de praticar violência contra a mulher.

Ao final do 2019 outra comissão foi formada dentro da Rede, com o nome de Rede e Mercado de Trabalho, para lançar o projeto Empodera, fruto da observação dos profissionais que atendem diretamente as mulheres vítimas de violência. Tais profissionais relataram que, não raras vezes, elas voltam ao convívio com o autor do fato em virtude de não terem uma fonte de renda ou devido ao rendimento inferior, e conseqüentemente não conseguem manter a subsistência da família, contribuindo para a permanência no relacionamento abusivo e violento.

O objetivo geral do Empodera é proporcionar condições para que as mulheres vítimas de violência doméstica, prioritariamente, em mulheres em situação de vulnerabilidade social residentes em Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento desenvolvam autonomia financeira, no âmbito da perspectiva de fomento e efetivação de Políticas Públicas de Geração de Emprego e Renda.

⁵ <<https://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=456391¬icia=aumenta-numero-de-vitimas-de-violencia-domestica-que-buscaram-delegacia-da-mulher>>. Acesso em: 16/11/2019.

⁶ Dados obtidos da Gerência de Inteligência Policial, Diretoria da Polícia Judiciária Civil, Secretaria de Estado de Segurança Pública.

2. A EXPERIÊNCIA DA REDE DE PROTEÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE CUIABÁ E DO FÓRUM DE POPULAÇÃO DE RUA DE CUIABÁ E A (DES)ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

A Rede de Proteção a Pessoas em Situação de Violência de Cuiabá – RPPSV foi criada no ano de 2015 por iniciativa de profissionais que trabalham em diversos órgãos e instituições públicas que atuam com pessoas em situação de violência. A rede reúne-se mensalmente e nesses encontros os profissionais trocam experiências, informações sobre eventos e principalmente problematizam situações de entrave a proteção aos direitos das pessoas em situação de violência, buscando estratégias para superação de tais obstáculos.

A Defensoria Pública foi convidada para compor a RPPSV no ano de 2015 e desde então colabora ativamente para seu fortalecimento e a execução de suas iniciativas compondo a Comissão Executiva de tal rede, instância responsável pela condução dos trabalhos.

A RPPSV atua na proteção de pessoas vulneráveis como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, LGBT, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, população negra, população indígena, população do campo, da floresta e das águas, população quilombola, migrantes, dentre outras, primando pela horizontalidade e a inexistência de hierarquia entre os saberes, o que permite que as decisões sejam tomadas de forma coletiva, intersetorial e consensual.

No desenvolver de sua atuação, a RPPSV promoveu diversas capacitações de servidores públicos para atuarem na proteção das pessoas vítimas de violência, mediou articulação com gestores públicos para construção/correção de fluxos de atendimentos e providências visando a melhoria do serviço prestado à população em situação de violência.

Outra grande e importante conquista do diálogo em rede promovido pela RPPSV foi a articulação para surgimento de outras “redes setoriais específicas”, dentre as quais destacam-se o Fórum de População em Situação de Rua de Cuiabá, coletivo que debate políticas públicas para pessoas em situação de rua, e a Rede Mulher, específica para tratar de políticas públicas para mulheres em situação de violência/vulnerabilidade.

Na atuação em rede há um primado pela construção coletiva entre os diversos saberes, e nesse contexto a defensora pública ou o defensor público é um dos atores do coletivo, que com suas prerrogativas e funções institucionais contribui sobremaneira para o alcance dos objetivos estabelecidos pelo coletivo.

Em que pese no âmbito da rede a tomada de decisões seja dialogada e construída em conjunto, a defensora pública e o defensor público, com a posição política estratégica em que se encontra de membra ou membro da Defensoria Pública, pode ter facilitado o acesso a gestores, parlamentares e outros atores fundamentais para implementar as propostas construídas no âmbito da rede, daí a extrema importância da participação das defensoras públicas e dos defensores públicos nas instâncias coletivas de participação e deliberação política como redes, conselhos, fóruns e comitês.

Não se pode olvidar que a promoção de direitos humanos e justiça social incumbida à Defensoria Pública especialmente para grupos vulneráveis passa pela articulação em rede e a aproximação com os movimentos sociais nos quais se encontram os destinatários das políticas que almejamos sejam implementadas.

Justamente nesse contexto, em busca de alternativas para além da justiça promovida pelo Poder

Judiciário, a Defensoria Pública se inseriu e participa da RPPSV e foi a instituição articuladora da criação e da implantação do Fórum de População de Rua de Cuiabá, criado no ano de 2017, do qual participam diversos membros da RPPSV.

Lançando um olhar sobre a intersecção entre o público-alvo de tais coletivos FORUM POP RUA e REDE MULHER, encontramos a mulher em situação de rua.

Uma das características das pessoas em situação de rua é sua invisibilidade, e diante do invisível e inexistente nada precisa ser feito. Nesse sentido, e somado ao preconceito e à indiferença, a pessoa em situação de rua deixa de receber tratamento compatível com o *status* de ser humano e passa a ser tratada como objeto vil, desprezível, que incomoda e que deve ser banida, daí as ações higienistas diuturnamente praticadas nas cidades brasileiras como as de internação compulsória, deslocamento forçado, prisões arbitrárias e até mesmo homicídio pelas mais diversas formas.

A mulher em situação de rua encontra-se num nível de vulnerabilização agravado, pois consegue ser ainda mais invisível do que os homens, e em linhas gerais tem escapado tanto das ações desenvolvidas pelo Fórum de População de Rua como da Rede Mulher justamente por conta de sua invisibilização e da complexidade que envolve a superação dessa condição.

A vida na rua é marcada de luta diária pela sobrevivência em condições de perigo e grande precariedade. Quando nos referimos à vida de uma mulher em situação de rua a condição se agrava e a mulher tende a buscar amparo e proteção em homens que lhe conferem uma pseudoproteção, pois na realidade apenas a expõem a uma violência e a exploração diferenciada.

Nesse contexto de violência, mulheres justificam permanecer em uma relação amorosa violenta, pois preferem se sujeitar à violência praticada por seu parceiro do que por vários homens.

Sobre esta questão sintetiza bem Gabriela García García(2018, p. 29):

Bajo este esquema, pareciera que el cuerpo de la mujer no es suyo sino de otro, no tiene poder de decisión sobre sí misma; la pareja es quien decide lo que se hace, cuándo se hace, hablando principalmente de las prácticas sexuales. De este modo, se incrementa la violencia pero la mujer los soporta, se somete y resiste pues desde una creencia de protección, aunado a la pérdida de confianza en sí misma, se sienta dependiente por completo de una pareja para subsistir. Es incapaz de nadar contracorriente ante las relaciones de violencia colectiva, "prefiriendo" que seas sólo uno el agresor que la violenta.

Desde abril de 2019, membros do Fórum de População de Rua de Cuiabá realizam semanalmente roda de conversa com pessoas em situação de rua em uma das praças do Bairro Porto em Cuiabá e raramente uma mulher comparece a esses encontros.

Certa vez, questionamos um dos participantes da roda sobre o motivo pelo qual as mulheres não se interessavam por tal atividade e tivemos como resposta o fato de que elas não precisam sair para fazer o "correr", pois em razão da prostituição conseguem a droga para seu consumo e têm atendidas as suas demais necessidades, seja por seus parceiros, seja por intermédio de grupos de voluntários, e por isso ficam afastadas das reuniões de educação em direitos promovidas pelo Fórum de População de Rua.

A rua é um espaço que pode ser extremamente perverso e violento, não é local para viver nem para morrer, e para mulheres se torna ainda mais violador, sujeitando-a a violência sexual, prostituição, tráfico de drogas, retirada de seus filhos bebês e outras situações degradantes.

A vivência na rua, seja em razão da fragilidade emocional, dependência química ou de ameaças por parte de seus parceiros e traficantes que usam seu corpo como instrumento de seu lucrativo negócio, castra a autonomia e a liberdade da mulher, que, sem ter proteção, segurança e vínculos sociais que lhe garantam apoio para saída dessa condição vulnerável, acaba a cada dia com mais reféns na/da rua, presas numa prisão sem grades.

A precariedade dos serviços ofertados às pessoas em situação de rua no município de Cuiabá, a inexistência de uma política pública sobre o tema e o descaso com que tal grupo populacional sempre foi tratado fizeram com que o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública e Fórum Pop Rua fosse dirigido de forma genérica a toda e qualquer pessoa em situação de rua, sem distinguir ou priorizar os grupos supervulneráveis, dentre os quais se inserem mulheres, crianças e adolescentes, idosos, deficientes e LGBT.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido desde 2015 até o momento foi de articular parceiros, fundar o Fórum de População de Rua, realizar seminários para inserção da pauta na agenda política de gestores públicos, realizar atividades de educação em direito, fomentar a criação das bases do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua no Estado de Mato Grosso, dentre outras.

A atuação com pessoas em situação de rua é extremamente angustiante, pois as necessidades e vulnerabilidades são de todas as ordens, e o gestor público omissivo, em termos gerais, é indiferente a essa complexidade, e os trabalhadores e pessoas que se interessam por enfrentar a questão são escassos e geralmente estão assoberbados de outras funções e atividades.

É interessante e triste notar como a mulher se encontra em situação de desvantagem, fruto do machismo estrutural em diversas áreas e situações, e na rua não é diferente. Ali também ela se encontra mais invisibilizada do que os homens, mais vulneráveis do que os homens e menos atendidas pelas frágeis políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua, em comparação com os homens.

Constata-se, portanto a ausência de atenção específica para grupos em especial condição de vulnerabilidade em situação de rua dentre os quais se insere a mulher, o que revela a urgência de uma aproximação e diálogo entre as diversas políticas públicas setoriais a fim de que as mulheres em situação de rua sejam visibilizadas e priorizadas.

Por fim, importa destacar que a política pública ao ser idealizada deve estar sempre atenta às especificidades de seu público e deve contar com ele em sua formulação a fim de que tenha efetividade. Nesse sentido, urge que todos os setores e instituições de proteção à mulher vítima de violência se debrucem sobre a especificidade da mulher em situação de rua, caso de fato queiram dar a ela condições e oportunidades de superação da condição vulnerável em que se encontra.

3. RESULTADOS DA REDE DE FRENTE DE BARRA DO GARÇAS

A Rede de Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher de Barra do Garças – Rede de Frente representa uma atuação proativa em busca de transformação social e de igualdade de gênero, compreendendo a violência contra a mulher como um fenômeno sociocultural que requer uma intervenção multidisciplinar, cujo foco é o rompimento do ciclo de violência, trabalhando com as duas vertentes de rede – atendimento e enfrentamento.

Agregaram-se diversas instituições e parceiros para a consolidação de uma rede de atendimento

coesa e sustentada em todos os seus pilares, pela preocupação com o trabalho proativo e o atendimento de qualidade à vítima, desde o registro do ato de violência até a eventual aplicação da pena ao condenado, por que, efetivamente, representa uma estratégia eficaz ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, realidade que pode ser facilmente identificada pelo caráter permanente das ações desenvolvidas e pelos resultados obtidos durante seis anos de atuação, regularmente monitorados. Trabalhar em rede é uma política pública.

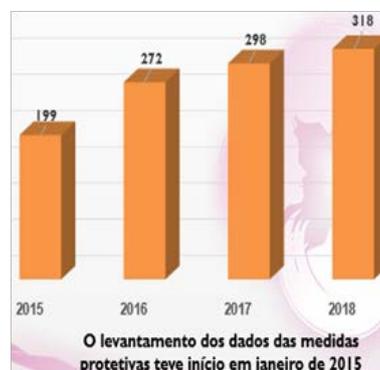
A Rede de Frente foi idealizada com o intuito de reduzir os índices de violência doméstica contra a mulher; de implementar a política de proteção às vítimas, visando a promoção da justiça e da equidade social e de modificar/reformular o conceito de violência de gênero em nossa sociedade. Aperfeiçoa o funcionamento da Justiça trabalhando efetivamente focada nos princípios da democracia, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, interinstitucionalidade, integralidade e transversalidade, respeitando o papel de cada instituição, mas falando e agindo numa unicidade, como ainda em vários eixos de atuação, que engloba todos os focos necessários ao enfrentamento à violência doméstica e com atendimento humanizado. São eles: I – Rede de atenção/proteção social na violência doméstica; II – Aplicação humanizada do procedimento legal; III – Educação permanente dos agentes sociais; IV – Núcleo acadêmico de pesquisa; e V – Prevenção e sensibilização social.

A equipe de trabalho: defensora pública, assistente jurídica/o, estagiárias/os da Defensoria Pública; promotora de justiça, assistente social e servidor/a do Ministério Público; juiz/a de Direito, assessor de gabinete e gestor/a do Poder Judiciário; delegada/o, investigador/a de Polícia, escrivã/ão da Polícia Civil; coronel, capitã, sargento e policial da Polícia Militar; secretária/o de Assistência Social, Educação e Saúde; coordenador da Assessoria Pedagógica; coordenador/a do CREAS, CRAS, CPAS'AD, CAPS'TM, GML, POLITEC; diretor/a e professores/as das faculdades e universidades; alunas/os de universidades e faculdades; diretor/a do Escritório Regional de Saúde, SAE/CTA; presidente e Diretoria da OAB – subseção de Barra do Garças; presidentes de Conselhos Municipais e associações sem fins lucrativos; diretores/as de empresas privadas, conseguiu promover o encorajamento da vítima a denunciar o crime de violência doméstica logo no início, ainda quando está em fase de ameaças, injúria e difamação, evitando assim lesões corporais e principalmente feminicídio. Prova disso é que de 578 inquéritos no ano de 2018, na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, 316 denúncias foram de ameaça, 99 de injúria, 61 de difamação, 29 de dano etc., que somadas são 505 casos, o que corresponde a 87.37% das denúncias. Observem-se os quadros que seguem:

INQUÉRITOS POLICIAIS



MEDIDAS PROTETIVAS



Em suma, a Rede de Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher de Barra do Garças fez nascer no coração e na consciência da vítima e da sociedade a credibilidade/confiabilidade no sistema de justiça. E com isso, atuando no ciclo da violência doméstica de forma proativa, social, moral e não apenas punitiva, possibilitando o desabrochar de nova mentalidade sobre gênero, e até

mesmo diminuindo drasticamente o índice de feminicídio na cidade. Veja quadro abaixo:

QUANTIDADE DE FEMINICÍDIOS (HOMICÍDIO DE MULHERES) POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Nº. de Homicídios	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Barra do Garças	4	1	0	0	0	0	1	0

Durante seis anos de atuação, foram realizadas palestras em empresas e escolas, rodas de conversas nas associações de bairros, entrevistas em emissoras de rádios e TV pelos membros da REDE DE FRENTE sobre a igualdade de gênero, gravidade do crime de violência doméstica, legislação protetiva às vítimas etc.

Até 2018 foram proferidas 106 palestras, atingindo 10.520 pessoas (dentre elas crianças, adolescentes, jovens, adultos e melhor idade). Realizadas 18 (dezoito) apresentações da REDE DE FRENTE em outros municípios, estados e países, sendo eles: Campinas/SP (UNICAMP), Cuiabá/MT (8 vezes), Alto Taquari/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Goiânia/GO, Londres-Inglaterra, Montevideu-Uruguaí, Primavera do Leste/MT, Rondonópolis/MT e Sorriso/MT. E mais, foi elaborada pelos membros da Rede de Frente uma cartilha explicativa e distribuídos mais de 20 mil exemplares, ao longo de seis anos de sua existência.

Desde a implantação da Patrulha Rede de Frente – Mulher Protegida, lançada em 13 de dezembro de 2017, *primeira do Estado de Mato Grosso*, conhecida no Brasil como Patrulha Maria da Penha, parceria da Rede de Frente e Polícia Militar, já foram atendidas 251 mulheres, sendo que atualmente estão sendo acompanhadas 73 vítimas. O acompanhamento do cumprimento das medidas protetivas de urgência, deferidas pelo Poder Judiciário, dá à vítima a segurança de sua efetividade e ao autor do fato a certeza de que poderá ser preso caso descumpra a ordem judicial.

No eixo III – Educação permanente dos agentes sociais, até o momento foram realizadas 19(dezenove) capacitações, com aproximadamente 1.415 pessoas beneficiadas. O desenvolvimento de atividades de capacitação daqueles que de forma direta ou indireta atendam as mulheres em situação de violência, agressores ou familiares, implementa o atendimento humanizado, sem a possibilidade de revitimização da vítima, e ainda promove uma modificação da cultura da violência doméstica e no conceito de gênero.

O eixo IV – Núcleo de Pesquisa, implementado por faculdade/universidade, buscou numa primeira investigação traçar um perfil de vítimas da violência e de agressores, tomando-se como referência as informações presentes em inquéritos de 2013, 2014 e 2015, abertos na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Barra do Garças. Essa pesquisa foi utilizada como fundamento para a implantação do Programa Rede Mulher em execução há dois anos. Num segundo momento, ainda em andamento, analisam-se os inquéritos de 2016, 2017 e 2018, com o objetivo de verificar se houve alguma mudança nos perfis. E para 2020 tem-se a perspectiva de nova investigação, qual seja, a percepção da violência pela população de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, com o objetivo de coletar informações que revertam em ações futuras da Rede de Frente. É importantíssimo que a Rede conheça a realidade social do município onde atua.

Até o momento foram realizadas 7 (sete) edições do Programa Rede Mulher, iniciado em 2018,

proporcionando 5.563 atendimentos, beneficiando mulheres dos bairros mais distantes do centro da cidade, com serviços na área do sistema de justiça, educação, saúde, psicologia, social, registros públicos, culinária, beleza, lazer, degustação de vários alimentos ricos em vitaminas etc. Esta ação foi elaborada para que a Rede de Frente estivesse mais perto da população, principalmente das mulheres em situação de vulnerabilidade.

A Rede de Frente desde 2014 realiza eventos de grande vulto para proporcionar a participação de toda a comunidade escolar e a sociedade em geral no debate sobre violência de gênero, em especial doméstica e familiar. Já foram realizadas três Mostras de Vídeo, uma Mostra de Teatro e um Festival de Música, sendo que, após o grandioso show com os estudantes selecionados nas audições, foi produzido um CD com dezessete faixas e distribuído à comunidade em geral, enviados para autoridades municipais, estaduais e federais, e ainda divulgado nas programações musicais das rádios da cidade e da região. Na Mostra de Teatro envolveram-se os alunos da APAE de Barra do Garças e no Festival de Música os internos do Sistema Socioeducativo da Regional do município.

De 2 (dois) atendimentos de violência doméstica em 2012, o CREAS já atendeu, de 2013 a 2018, 1.495 pessoas em casos de VD, e inclusive se passou a fazer busca ativa das vulneráveis.

ATENDIMENTOS NO CREAS



Uma das provas cabais da efetividade do trabalho em Rede é a matéria publicada no jornal A Gazeta do Vale⁷, datada de 13 de maio de 2019, trazendo à baila resultado de levantamento de dados no Estado de Mato Grosso, no qual o município de Barra do Garças, com apenas 1 CREAS, atendeu mais vítimas de violência doméstica do que todos os demais 141 municípios do Estado, inclusive a capital Cuiabá. Das 960 mulheres atendidas no ano de 2018, 25,4% foram no CREAS de Barra do Garças. Veja:



Ranking de atendimentos	
Barra do Garças	25,4 (1 Creas)
Nobres	16,9 (1 Creas)
Aripuanã	13,1 (1 Creas)
Santo Antônio do Leverger	12,8 (1 Creas)
Sorriso	9,7 (1 Creas)
Lucas do Rio Verde	6,3 (1 Creas)
Sinop	3,4 (1 Creas)
Tangará da Serra	1,9 (1 Creas)
Rondonópolis	1,7 (1 Creas)
Cuiabá	1,3 (2 Creas)

⁷ VENTURIN, D. Violência Doméstica: 2,4% das ocorrências são atendidas em MT. A Gazeta do Vale, Cuiabá, 13 de maio, 2019. Disponível em: <<https://agazetadovale.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Viol%C3%Aancia-Dom%C3%A9stica-creas.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

Outra ação que deu resultado positivo foi a união do esporte ao combate à violência doméstica e familiar. Para tanto, realizou-se a 1ª Corrida Maria da Penha em 2017, nível municipal, com a participação de 171 atletas e arrecadação de 250 quilos de alimentos não perecíveis para a associação de combate ao câncer de mama e outros na cidade e região-Barra Mamma, e a 2ª Corrida no ano de 2019, nível estadual, já com a participação de 350 corredores/as e parceria da UNIMED Araguaia, Associação de Atletismo de Mato Grosso e Associação de Atletismo de Barra do Garças, com arrecadação do valor em dinheiro de R\$ 7.675,00, sendo 30%, ou seja, R\$ 2.302,50, doado à Barra Mamma. Essa ação continuará sendo desenvolvida anualmente.

Pode-se afirmar que é um *desafio* fazer com que a Lei Maria da Penha seja amplamente aplicada e com sucesso numa comarca de Terceira Entrância, onde não há Núcleo da Defensoria Pública de Defesa da Mulher e nem Juizados Especiais de Violência Doméstica, mas apenas uma Vara Criminal que cumula a competência dos crimes de violência doméstica, sendo que a área cível é encaminhada para a Vara de Família, Sucessões, Infância e Juventude. Para sedimentar a atuação da Rede de Frente construiu-se um *Manual (Uma Construção Coletiva)* sistematizado sobre a Rede de Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher de Barra do Garças e Pontal do Araguaia – Rede de Frente, com 100 páginas, já pronto para impressão, possibilitando que a Prática Inovadora/Exitosa, como já reconhecida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2017, seja implantada em qualquer outro município do Brasil, já que explica, detalhadamente, como montar uma Rede de Atendimento/Enfrentamento, especificando todas as ações já desenvolvidas até final do ano de 2018.

Os resultados positivos da Rede de Frente em Barra do Garças estão, também, nas parcerias, no debate, no diálogo e na avaliação periódica das ações/atividades, com intuito de verificar a necessidade de ampliação/modificação/atuação pontual etc., pois, como a sociedade se transforma pela mutação positiva e/ou negativa, o trabalho/ações/atividades precisam estar sendo avaliados constantemente e em conjunto/rede. O que importa são os resultados obtidos e não a *autoridade* que protagonizou a mudança de paradigma.

Por décadas realizou-se o atendimento da mulher em situação de vulnerabilidade, individualmente por cada Instituição/Órgão, e isso fracassou. Então, com o marco da Lei Maria da Penha em 2006, iniciou-se o formato de trabalho em rede, mas que deve ser de atendimento e também de enfrentamento, para que os frutos colhidos sejam exitosos a curto, médio e longo prazos.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pertinente relatar a realização de dois eventos importantes promovidos a partir das implantações das redes no Estado, o primeiro de âmbito internacional: Avaliação e Monitoramento Nas Redes

Intersetoriais – Um olhar sobre a Região Metropolitana de Cuiabá, em dia 3 de junho de 2019, em Várzea Grande, no CEPAC (Centro Pastoral Padre Aldacir Carniel) durante a Semana de Avaliação gLOCAL, Avaliação e Monitoramento para ajudar a promover o intercâmbio local e global de conhecimento e avaliação e o desenvolvimento de capacidades; o segundo: I Ciclo de Palestras Defensorias Públicas e Cidades Inclusivas, evento selecionado pela Organização das Nações Unidas para fazer parte do Circuito Urbano ONU-Habitat, que ocorreu em 18 de outubro de 2019, no auditório da Defensoria Pública em Cuiabá.

Contrária à setorização e à especialização, a intersectorialidade é uma lógica de gestão que perpassa diferentes âmbitos das políticas sociais e pressupõe uma articulação entre várias áreas, que devem almejar os mesmos objetivos e resultados.

A maior contribuição das redes intersectoriais é superar a fragmentação do cuidado causada pela especialização. Com a articulação e o diálogo das diferentes especializações é possível que surja um cuidado mais profundo e qualificado em projetos e políticas sociais, ou seja, os servidores envolvidos no trato com o(a) usuário(a) paulatinamente deixam de pensar que “esta questão” deve ser resolvida por tal área, ou por tal secretaria, passando a trabalhar de forma integrada.

Dessa forma, as redes intersectoriais partem da construção do vínculo, estabelecido pela empatia e o respeito às particularidades individuais das pessoas em cuidado.

Todavia, há um longo percurso até o estabelecimento de uma coalizão entre os diversos setores do poder público municipal, estadual e federal.

É premente que novas formas de organização e gestão que incentivem as relações de horizontalidade entrem em atuação para superar as relações de verticalidade, onde somente uma pessoa dá ordens. O paradigma da centralidade bem como do patriarcado precisa ser quebrado.

Na realidade, as redes já existem, é preciso que as pessoas entrem em rede, se conectem e interajam, impulsionando o fluxo que está entre os “nós”.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2019. Coordenação: CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; NEME, Cristina; FERREIRA, Helder; ALVES, Paloma Palmieri; MARQUES, David; REIS, Milena; CYPRIANO, Otavio; SOBRAL, Isabela; PACHECO, Dennis; LINS, Gabriel. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432>. Acesso em: 16/11/2019.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Concepção de Rede Intersetorial. 2001.

CARREIRA, Denise; PANDJIARJIAN, Valéria. Vem pra roda, vem para rede. São Paulo: Rede Mulher de Educação, janeiro de 2003.

GARCÍA, García Gabriela. La mujer en calle. Al encuentro de mis pasos – recuperación de miradas de mujeres que hanitarionelespacio público. Ciudad de México, abril de 2018, página 25 a 33

MARTINHO, Cássio. Morfologia de rede e ação social. In: MARTINHO, Cássio et al. Vida em Rede. Conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

VENTURIN, D. Violência Doméstica: 2,4% das ocorrências são atendidas em MT. A Gazeta do Vale, Cuiabá, 13 de maio, 2019. Disponível em: <<https://agazetadovale.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Viol%C3%Aancia-Dom%C3%A9stica-creas.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

RITA DE CASTRO HERMES MEIRA LIMA¹
DOMINIQUE DE PAULA RIBEIRO²

RESUMO

O presente artigo defende a importância do fortalecimento da atuação das Defensorias Públicas em prol das vítimas de violência doméstica e familiar, indicando, resumidamente, a origem e a justificativa da previsão legal para tal mister institucional. Neste trabalho, registra-se a particularidade da natureza do serviço prestado pela Defensoria Pública, enfatizando as diferenças entre o papel desta instituição em face da limitada possibilidade de atuação do Ministério Público na representação jurídica e no atendimento às demandas das mulheres vítimas de violência doméstica. Propõe-se, ainda, apontar possíveis causas que influenciam na baixa efetividade da defesa jurídica das mulheres vítimas de violência doméstica por parte da Defensoria Pública, afim de promover reflexões sobre as possíveis mudanças institucionais que fortaleçam a atuação defensorial nessa relevante pauta, além de conscientizar os agentes públicos sobre a valorização da instituição para o efetivo enfrentamento da violência contra a mulher.

1. INTRODUÇÃO

A nominada Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) instaurou no ordenamento jurídico brasileiro um promissor regramento normativo endereçado propriamente à proteção jurídica, intersetorial e multidisciplinar – dentro e além do sistema de Justiça – de toda mulher em situação de violência doméstica e familiar. A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, realizada em Belém/PA, em 1995³, introduzida no ordenamento brasileiro pelo Decreto n. 1.973/96⁴, estabelece no artigo 7º o dever do Estado de promover, em situações de violência doméstica ou familiar, procedimentos jurídicos justos e eficazes, inclusive, juízo oportuno que assegure às mulheres a restituição, a reparação ou a compensação por danos decorrentes da violência, mediante efetivo acesso a esses procedimentos.

A Lei n. 11.340/2006 atende, em parte, ao programa do §8º, do artigo 226 da Constituição Federal, que determina ao Estado a incumbência de formular e produzir mecanismos que coíbam a violência no âmbito das relações familiares. Essa lei é também uma resposta à determinação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA – Organização dos Estados Americanos, que, ao apreciar o caso da brasileira Maria da Penha⁵, recomendou no ano 2001⁶ que o Brasil criasse instrumentos aptos à promoção dos direitos das mulheres, com respostas rápidas e efetivas, balizadas

¹ Defensora Pública do Distrito Federal

² Defensora Pública do Distrito Federal

³ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextIntegral.action?id=122009>>. Acesso em: 7/2/2016.

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm>. Acesso em: 7/2/2016.

⁵ O caso emblemático da brasileira Maria da Penha Maia Fernandes decorre de ter sido vítima, em 1983, de tentativa de homicídio, perpetrada por seu marido, Marco Antônio Herédia Viveiros, que a deixou paraplégica. Após várias cirurgias, quando Maria da Penha voltou para casa, Marco tentou novamente matá-la, desta vez tentando eletrocutá-la durante o banho. A vítima recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para buscar a responsabilização do Estado Brasileiro na demora à punição do agressor, o qual, apenas em setembro de 2002 acabou sendo finalmente preso pela tentativa de homicídio.

⁶ Item VIII do Relatório 54/2001 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf>. Acesso em: 7/2/2016.

por uma postura governamental prestativa e diligente no escopo de responsabilizar os autores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse contexto, marcado pela enorme expectativa de que o Estado Brasileiro verdadeiramente tutelasse os direitos humanos das mulheres e garantisse a satisfação de suas liberdades individuais, a Lei n. 11.340/2006 estabeleceu, nos artigos 27 e 28, que a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá acompanhar-se de advogado, em todos os atos processuais, cíveis ou criminais, sendo-lhe garantida a assistência judiciária gratuita, a propósito, qualificada por um atendimento específico e humanizado.

A previsão legal cogente de assistência jurídica da mulher em todos os atos processuais relativos ao contexto de violência doméstica e familiar, convenhamos, é, na essência, a plena satisfação do direito fundamental a todos reconhecido na Constituição Federal, de gozar do efetivo acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da CF). Nesse mesmo caminho, deve-se frisar que o Estado prestará a assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, da CF), cuja missão é destinada à Defensoria Pública (art. 134 da CF).

Aliás, o papel da Defensoria Pública não deve se restringir às mulheres que não tem condições econômico-financeiras para arcar com os custos da assistência jurídica⁷, uma vez que, ao lado da previsão expressa da lei protetiva das mulheres (art. 28), a Lei Complementar n. 80/94, em seu artigo 4º, XI, preconiza que é função da Defensoria Pública exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado, demonstrando, assim, a necessidade de atuação de referido órgão independente da condição financeira do indivíduo.

Nesse sentido, também as considerações de Juliana Garcia Belloque, que diz:

Percebe-se, portanto, que a opção legislativa expressa pela reforma da lei nacional que organiza a Defensoria Pública no Brasil abraçou a atribuição conferida à instituição pelo artigo 28 da Lei Maria da Penha. Se já se podia depreender do cenário constitucional e legislativo que a Defensoria também é responsável pelo atendimento às vítimas de violações aos direitos humanos, atualmente as normas pertinentes também são cristalinas ao afirmar que as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar integram este conceito e merecem o atendimento jurídico gratuito. Vê-se acima que o artigo 4º, inciso IX, da Lei Complementar Nacional 80/1994 (com alteração havida em 2009) expressa e especificamente elenca as mulheres abrangidas pela Lei Maria da Penha dentre os “grupos sociais vulneráveis que merecem proteção especial do Estado”, devendo-se incluir aqui o sistema de justiça.⁸

Sabe-se que as questões de gênero, tão presentes na sociedade brasileira⁹, marcam profundamente a mulher que é vítima de violência doméstica e familiar, em face das consequências negativas que a mulher suporta nesses ambientes em disputas assimétricas de poder¹⁰, na maior parte obscurecidas pela presença perceptível ou subliminar de afeto.

Sem embargo, qualquer especulação em torno do efetivo acesso à Justiça para as mulheres deve considerar a especial e manifesta vulnerabilidade advinda de um contexto violento doméstico e/ou familiar. A Lei Maria da Penha, portanto, presume a vulnerabilidade ínsita das mulheres vitimadas pela violência de gênero, que incontestavelmente se acha estruturada nos diversos segmentos

⁷ALMEIDA, Dulcielly Nobrega. Da Assistência Judiciária artigos 27 e 28 da Lei 11.340/2006. Disponível em: <<http://compromissoeatitude.org.br>>. Consulta em: 18/4/2016.

⁸BELOQUE, Juliana Garcia. Da assistência judiciária – artigos 27 e 28 – Comentários. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 342

⁹BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

¹⁰TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003 – Coleção Primeiros Passos n. 314, p. 18.

sociais e espaços de convivência, mas assume, sobretudo, maior prejuízo às mulheres se persistentemente praticada no recôndito do ambiente doméstico ou familiar, envolvendo ou não relações íntimas de afeto.

A situação de especial vulnerabilidade da mulher num contexto de violência doméstica impõe, como expresso no artigo 27 da Lei n. 11.340/2006, a obrigatoriedade da presença de um advogado, público ou privado, em todos os atos processuais. Interpretação diversa, no sentido de que a presença do advogado unicamente voltado para a defesa dos interesses da mulher seria uma faculdade, está vetada pela própria lei, vez que o artigo 4º preconiza como limite interpretativo os fins sociais a que se destina e, notadamente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A ausência do advogado, público ou particular, durante o ato processual, poderá causar a nulidade¹¹ de referida solenidade judicial.

2. ASSISTÊNCIA JURÍDICA DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA - UM PONTO CEGO DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS

Com o olhar sob essa perspectiva, registra-se que, ao contrário do que determina a legislação de regência, são realizadas diariamente audiências judiciais nas varas de violência doméstica e familiar contra a mulher sem a presença do profissional habilitado para o exercício da defesa judicial da vítima.

A omissão levada a efeito pelos agentes que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher é bastante sensível e merece ser suprida com o implemento de políticas públicas voltadas para o atendimento integral dos dispositivos legais que determinam o acompanhamento de advogado em todos os atos processuais.

Não por outra razão, em pesquisa sobre as representações sociais dos atores processuais no âmbito dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Distrito Federal caracterizou os defensores públicos da vítima como figuras ausentes em todo o trâmite processual, em franco descumprimento ao que prevê a Lei Maria da Penha.

Antes de participarem da audiência, as mulheres indicavam, em razão de experiências passadas, a figura do defensor... Essa visão representava a ancoragem do "defensor que auxilia a vítima". Essa ancoragem parece indicar um contato prévio da vítima com a Defensoria Pública em outras áreas, como na área da família ou cível, não indicando, a rigor, a atuação do defensor relacionada ao processo criminal.¹²

A pesquisa revelou a inexistência de percepção das mulheres vítimas de violência doméstica sobre a figura da Defensoria Pública atuante em prol destas, uma vez que este serviço é prestado em diminuta parcela das varas judiciais que tratam da matéria. Eis o motivo pelo qual os defensores públicos da vítima foram tidos por ausentes.

A limitada atuação das Defensorias Públicas na representação das vítimas de violência doméstica e

¹¹CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 339.

¹²AMARAL, Alberto Carvalho. *A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, p. 287. *Atente-se que, originalmente, o trabalho intitulava-se "Anestésicos, desconhecidos, ausentes: representações sociais das mulheres em situação de violência doméstica no Distrito Federal". Os adjetivos iniciais referem-se aos representantes da magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública, respectivamente.*

familiar se dá por inúmeros fatores. É conhecida a limitação do capital humano da instituição, o que restringe a possibilidade de expansão de seus serviços.

A pesquisa referida aponta questões de três ordens que influenciam negativamente no atendimento jurídico das mulheres vítimas de violência doméstica por parte do sistema de justiça como um todo, o que, certamente, também se reflete no serviço prestado pelas Defensorias Públicas. Primeiramente, há problemas físico-estruturais, tais como o elevado número de processos judiciais e reduzida estrutura física e equipe técnica adequadas para o atendimento de casos dessa natureza. Questões de ordem histórico-culturais, por seu turno, geram a reprodução de um padrão patriarcal de desenho da prestação dos serviços públicos e influenciam no modo de pensar dos agentes públicos, reforçando condutas culpabilizantes da vítima e tendentes à salvaguarda da unidade familiar. Por fim, problemas político-legais revelam o esgarçamento do trabalho em rede, a ausência de cumprimento das previsões da Lei Maria da Penha (notadamente, a competência híbrida dos juizados de violência doméstica), dentre outros fatores.

É razoável deduzir, ademais, que a ausência de maior investimento institucional pela criação e lotação de Defensorias Públicas das mulheres-vítimas decorra, dentre outros fatores, da percepção de que a presença do Ministério Público absorva a demanda das mulheres, de modo que os recursos pessoais e administrativos da Defensoria Pública deveriam ser concentrados em outras áreas de atuação.

Porém, como bem ressalta a pesquisa referida, a formatação institucional do Ministério Público gera uma inclinação para que aquele órgão se atente apenas para as questões de natureza criminal.¹³ A Defensoria Pública, por outro lado, é dotada de um desenho institucional mais apropriado para o acolhimento das demandas da vítima em sua completude, conforme previsões não apenas da Lei Maria da Penha, mas normativas internacionais voltadas ao enfrentamento da violência de gênero.

Logo, tem-se que a presença do promotor de justiça nas audiências judiciais ou a formulação de pedidos de medida protetiva de urgência e requerimentos de prisão do ofensor não são suficientes para garantir o cumprimento da determinação legal, porquanto, conforme se verá a seguir, as atribuições do advogado são voltadas para o exercício da defesa judicial da vítima, que não se confundem com as atribuições do Ministério Público. Explica-se.

Conforme dito acima, a Lei n. 11.340/2006 conferiu capítulo específico para tratar sobre a temática da assistência judiciária da vítima (capítulo IV do título III), demonstrando que a efetivação desse direito é, na verdade, mais um dos diversos mecanismos legais que visam prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O assistente judiciário – termo utilizado pela legislação em referência – deve ser advogado, público ou particular, e sua atuação não pode restringir-se ao mero aconselhamento da vítima durante ou previamente às audiências judiciais.

Não passa despercebido que o momento da solenidade judicial é ímpar no procedimento que tramita na Vara dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, ocasião em que a vítima estará diante da autoridade judicial, do promotor de justiça e, também, do seu ofensor. No entanto, o simples acompanhamento da ofendida numa audiência não é o que melhor se coaduna com os ditames da lei e suas expectativas de efetivação.

A atuação da advogada e do advogado ou da defensora e do defensor público durante toda a solenidade judicial deve pautar-se pelo alcance da máxima efetividade dos direitos da mulher, sem desrespeitar a vontade desta. Não poderá ser a mulher coagida a retratar-se da representação ou

¹³ *Idem*, p. 294.

renunciar ao direito de oferecer queixa-crime. O profissional deve esclarecer a mulher quanto às consequências advindas de sua decisão, agindo sempre isento de interesses, compreendendo o contexto cíclico da violência vivenciado pela mulher.

Além disso, a advogada e o advogado ou a defensora e o defensor público de mulher deverá desempenhar suas funções de forma a evitar o fenômeno da vitimização secundária por parte dos atores processuais. Também chamada de sobrevivitização, a vitimização secundária pode ser entendida como aquela causada pelas instâncias formais que detêm o controle sobre o âmbito social (delegacias, Ministério Público etc.) abrangendo os custos pessoais derivados da intervenção do sistema legal que incrementam os padecimentos da vítima. Nesse caso, o representante legal da vítima deverá impugnar, por exemplo, perguntas impertinentes, carregadas de preconceitos e estereótipos de gênero, bem assim questões que exponham desnecessariamente a vida privada da vítima.

Advogar em favor da mulher vítima de violência significa prestar assistência voltada para os seus interesses individuais, independentemente do interesse social na repressão do crime espelhado na atuação do Ministério Público no processo criminal. Isso significa que a atuação do advogado ou do defensor público na Lei Maria da Penha deve se direcionar exclusivamente para as necessidades apresentadas pela ofendida, ouvindo-se e respeitando-se as suas manifestações de vontade, após a devida orientação sobre as consequências jurídicas e processuais de seus atos. Não se pode jamais olvidar que a assistência jurídica objetiva minimizar os efeitos da vitimização secundária, bem como o menoscabo dos direitos da mulher ofendida, muitas vezes vista como figura alheia, personagem-objeto no processo criminal. Para tanto o atendimento jurídico deve conferir protagonismo aos interesses conscientemente manifestados pela mulher vítima de violência.¹⁴

No exercício dos interesses da vítima, referido profissional se incumbe de evitar a chamada “violência institucional”, que pode ocorrer, inclusive, nas Delegacias de Polícia, pela falta de acolhimento adequado e de oitiva humanizada da vítima.

Destacam-se, também, as seguintes atividades a serem prestadas pelo assistente jurídico: 1) orientar as vítimas acerca dos seus direitos, dentre eles os encaminhamentos pertinentes à rede de apoio que lhe trará suporte para acompanhar o transcorrer da ação cível ou criminal; 2) pleitear ou realizar encaminhamentos para quem o faça, perante as varas especializadas, demandas residuais que envolvam demandas cíveis e de família, tais como: ação de alimentos, divórcio, guarda dos filhos, entre outros; 3) requerer medidas protetivas de urgência ou a revisão daquelas já concedidas; 4) acompanhar o cumprimento das medidas protetivas e requerer, em caso de descumprimento, a prisão do ofensor; 5) atuar na esfera judicial e extrajudicial na defesa dos interesses da ofendida; 6) atuar na ação penal como assistente de acusação; 7) apresentar queixa nos crimes de iniciativa privada da mulher, inclusive acompanhando e contribuindo com o Ministério Público e a Polícia Civil na colheita de elementos probatórios, entre outros.

Por tudo o que foi acima explicitado, nota-se que as atribuições do advogado ou do defensor público da vítima não são supridas pelas funções do promotor de justiça, uma vez que os interesses da vítima podem ou não coincidir com os interesses do Ministério Público. Aliás, o Ministério Público, mesmo sendo fiscal da lei, jamais deixa de ser parte na ação penal pública.

Outra função que poderá ser exercida pelo advogado ou o defensor público na defesa da vítima é a de requerer o sigilo de endereço e telefone da ofendida, bem como pleitear a tramitação do processo em segredo de justiça, resguardando a privacidade das informações. Poderá também informar

¹⁴CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 344.

sobre a retratação ao direito de representação nos crimes que a permitem, requerendo a designação de audiência para tal finalidade (artigo 16 da Lei n. 11.340/2006).

Numa rápida pesquisa aleatória formulada pelo *site* do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (www.tjdft.jus.br) é possível verificar que os processos que tramitam na Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher são facilmente consultados por qualquer usuário via internet, o que demonstra a fragilidade e a exposição da vida privada da mulher, pois os processos não tramitam em segredo de justiça.

Frisa-se que esse profissional deve receber capacitação contínua ou prolongada sobre os aspectos da violência de gênero. Aliás, há orientação no sentido de que os magistrados deverão capacitar-se em questões de gênero¹⁵, o que nos parece deva ser um pré-requisito obrigatório para promotores de justiça, defensores públicos, advogados e demais agentes do Estado que atuam nas varas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Assim, defende-se que o nominado assistente jurídico deve ser capacitado sobre as questões de gênero que cercam a violência no âmbito doméstico, deve atentar-se das peculiaridades do caso, munir-se de documentação e informações que o habilitem, se do interesse da vítima, a formular pedidos e almejar possibilidades concretas de êxito, especialmente no que diz respeito às medidas de proteção e às medidas de ressarcimento e compensação pelos prejuízos psicológicos, físicos/estéticos, sexuais, morais, patrimoniais e sociais suportados pela mulher.

Ressalta-se que, se não há sequer profissional para atender as vítimas de violência doméstica durante as solenidades judiciais, mais precário é o necessário atendimento prévio, específico e humanizado que a lei preconiza.

O Conselho Nacional de Justiça, por intermédio da Recomendação n. 9/2007¹⁶, determinou aos Tribunais de Justiça a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, ampliando o atendimento frente à demanda das vítimas de violência doméstica. Ocorre, no entanto, que o crescimento das Varas de Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher não foi acompanhado da necessária capacitação e ampliação dos profissionais para atuar nos atendimentos à mulher.

3. CONCLUSÃO

A Defensoria Pública possui potencial para atendimento estratégico e eficaz na atuação da defesa dos interesses das vítimas de violência doméstica na medida em que a Constituição Federal lhe atribuiu a incumbência de prestar orientação jurídica a todo indivíduo que não tenha condições financeiras para custeá-la (art. 5º, LXXIV e art. 134 da CF). Assim, em último caso, caberá a esse profissional, na ausência de advogado particular, exercer as funções de assistente jurídico.

Não se desconhece, contudo, que a Defensoria Pública não tem recebido o tratamento político e orçamentário necessário à efetivação de suas funções. O número de defensores públicos é insuficiente em todos os Estados da Federação, o que demonstra, em último caso, ausência de interesse político no cumprimento dos direitos que visam garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência.

¹⁵Artigo 8º, c, da Convenção de Belém do Pará recomenda aos Estados: "promover a educação e treinamento de todo o pessoal judiciário e policial e demais funcionários responsáveis pela aplicação da lei, bem como do pessoal encarregado da implementação de políticas de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher." Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>>. Acesso em: 7/2/2016.

¹⁶Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1217>>. Acesso em: 7/2/2016.

É necessário frisar que a formação de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher deve priorizar a valorização da Defensoria Pública.

Não passa despercebido que a Defensoria Pública também tem por função constitucional defender o ofensor – e réu no processo criminal – na esfera judicial. Ou seja, em muitos casos, há a necessidade da presença de dois defensores públicos durante a audiência perante a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

De um lado, observa-se uma tradição da Defensoria Pública em assegurar a simetria de armas entre acusado e acusação nos processos de natureza criminal – papel imprescindível para a garantia do devido processo legal e do próprio Estado Democrático de Direito. Contudo, não se discute que a previsão legal cogente de assistência jurídica da mulher em todos os atos processuais é função institucional da Defensoria Pública e visa, em última análise, dar a plena satisfação do efetivo acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da CF).

Porém, de outro lado, ainda há dificuldades na expansão dos serviços da defensoria no que tange à proteção jurídica da mulher vítima de violência doméstica, não obstante tenha ocorrido um crescimento institucional geral nos últimos anos. Isso pode indicar, portanto, uma cultura administrativo-organizacional das Defensorias Públicas tendente a dar baixa relevância ao papel desempenhado pelas defensoras e defensores públicos responsáveis pela representação judicial das vítimas de violência doméstica, privilegiando que a expansão dos serviços prestados pela instituição se dê em outras esferas. A assimetria de gênero, estrutural e estruturante da sociedade, se reflete também na assimetria de recursos destinados aos serviços defensoriais.

Para reversão dessa cultura, ganham relevância campanhas como a promovida pela ANADEP “Em Defesa Delas”, com o fito de promover maior visibilidade às demandas jurídicas das mulheres que tangenciam a atuação da Defensoria Pública, promovendo o debate sobre o quanto a desigualdade de gênero afeta a garantia de direitos humanos, dentre eles o de acesso à justiça por parte das mulheres mais vulneráveis.

Importante destacar que em alguns Estados da Federação, a exemplo de Minas Gerais e Bahia, foi feita a opção institucional de disponibilizar defensor público para atuar na defesa da vítima, em detrimento da clássica defesa do réu, perante as Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Ademais, é preciso que se promova uma mudança cultural no desenho das Defensorias Públicas, questionando-se os fatores que dificultam o fortalecimento do trabalho institucional em prol das mulheres vítimas de violência doméstica.

Por último, acredita-se que para o efetivo enfrentamento da violência contra a mulher deve-se buscar a implementação do direito à assistência judiciária das mulheres, que não prescinde de política pública de valorização da Defensoria Pública, mas depende, também, que as defensoras e os defensores públicos se empenhem na valorização da pauta da mulher, promovendo alterações estruturais e administrativas que acolham, de maneira mais adequada e eficaz, as demandas das mulheres vulneráveis.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Alberto Carvalho. A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017.

ALMEIDA, Dulcielly Nobrega. Da Assistência Judiciária artigos 27 e 28 da Lei 11.340/2006. Disponível em:<<http://compromissoeatitude.org.br>>. Consulta em: 18/4/2016.

BELOQUE, Juliana Garcia. Da assistência judiciária – artigos 27 e 28 – Comentários. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 337-343.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2003 – Coleção Primeiros Passos n. 314.

RESUMO

Este escrito traz os 12 (doze) poemas das mulheres quilombolas publicados na obra *Quilombos do Tocantins: palavras e olhares*, a partir do concurso cultural "Ser Quilombola", realizado pela Defensoria Pública do Tocantins, de modo a tratar da temática mulheres e raça no âmbito da instituição, bem como do empoderamento através da palavra.

Palavras-chave: Mulheres. Raça. Quilombos do Tocantins.

ABSTRACT

This paper seeks to present the twelve (12) poems of quilombola women published in the work Quilombos do Tocantins: words and looks, from the cultural contest "SerQuilombola", conducted by the Public Defender of Tocantins, in order to address the theme women and race on the institution, as well as empowerment through the word.

Keywords: Women. Race. Quilombos of Tocantins.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem caráter qualitativo (analítico) e baseia-se numa pesquisa bibliográfica sobre a obra *Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares* publicada no formato de livro eletrônico pelo Núcleo Agrário da Defensoria Pública do Tocantins no ano de 2016, após a seleção das poesias mediante concurso cultural realizado entre todos os quilombos do Estado, sob a temática "Ser Quilombola".

O projeto de autoria da Defensoria Pública do Tocantins mostrou o cuidado do Núcleo Agrário da instituição com a educação em direitos ao dar voz, através da literatura, aos remanescentes de quilombos do Estado. Das 33 (trinta e três) inscrições validadas, 17 (dezessete) poemas escritos por 12 (doze) comunidades tocantinenses foram selecionados.

Para este artigo trouxemos os 12 (doze) poemas das mulheres quilombolas publicados na referida obra para bem ilustrar a temática: mulheres e raça, bem como o empoderamento feminino pela palavra.

Nesse viés, traçaremos um breve paralelo entre os poemas de autoria feminina da coletânea *Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares* como forma de levantar questões acerca do gênero e da

¹Especialista em Direito Penal pela UFG. Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela UFT. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFT, na linha de pesquisa contemplativa da educação prisional e remissão pela leitura. Defensora pública no Tocantins. E-mail: tessiagomes@hotmail.com

identidade étnica na literatura escrita por mulheres negras dos quilombos, através de suas autor-representações.

Uma inspiração básica, na formação da literatura negra, é o movimento social negro. Compreendido em sentido lato, ele transcende o presente, resgata o passado, desvela as relações entre a Colônia, o Império e a República, lançando raízes na África, busca o quilombo e Zumbi, manifesta-se no protesto e na revolta. Nesse cenário, atravessando épocas e continentes, emergem o negro, negritude, negricia, ethos cultural, comunidade, nacionalidade afrobrasileira, povo.²

Rememorando Gilberto Freyre, que aponta a mistura de valores e experiências que se realizavam através do escravo, é a passagem de *Casa Grande e Senzala*: “Toda uma série de contatos diversos importando em nossas relações com o meio, com a vida, com o mundo”.³ No Brasil, viveu-se um longo período escravocrata e, mesmo após a abolição, a força de longos anos de arbítrio preponderou na omissão de direitos.

História e literatura estão em estreita relação na obra *Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares*, que por meio de suas poesias nos brinda com conhecimentos guardados na memória das comunidades tocaninenses.

Nas linhas escritas pelas mulheres quilombolas, mergulha-se na experiência de vida e nos sentimentos que aportam no espaço literário da obra. Para tanto, contextualizaremos os poemas femininos com suas representações nas comunidades que representam. Traremos, assim, de um olhar delas sobre a vivência do passado e do presente – *carpe diem* –, tudo para que este olhar seja delineado na luta pelo respeito e pelo acesso à justiça.

2. A ESCRITA FEMININA NOS QUILOMBOS DO TOCANTINS

A natureza revolucionária dos quilombos marca a obra *Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares*, assim como o anseio por igualdade e respeito. É nessa perspectiva que apresentamos a experiência de vida do povo quilombola através das lentes de suas mulheres.

O primeiro poema feminino do e-book, escrito por Dayana Rodrigues da comunidade Malhadinha, situada no município Brejinho de Nazaré, traz o ponto de vista da menina quilombola, a qual narra a cena cultura de seu quilombo composta de fé e tradição, comidas típicas e das figuras fortes da Raimunda parteira, da Dona Antônia boleira e de Domingas rezadeira.

Em meio a homens fortes, velhos de calos nas mãos, se produz o olhar atento da criança que observa e escreve a vida no quilombo. Em que pese a pouca idade, a sabedoria da menina resvala ao valorizar sua terra e seus encantos e assim ser poetisa de seu próprio quilombo, desnudando as palavras que a definem, sem a apropriação de poetas que não conhecem sua realidade e o seu lugar no mundo.

(1) MEU QUILOMBO

²IANNI, Octavio. *Literatura e consciência*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 28, 1 jun. 1988, p. 98.

³FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 41.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 391.

Sou criança...
Ainda estou na infância
Sei pouco do passado
Que os homens negros sofreram
Que muitos até morreram
Assim os mais velhos me contaram
Na escolinha da comunidade
Li livros que contam estórias
De palácios, reis e rainhas
De poesias de amor
Li até a canção do exílio
Que o poeta escreveu,
Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá.
Poeta não conhece o meu quilombo
Aqui tem tudo que é ave
Juriti, anu-preto, papagaio e bem-te-vi
No meu quilombo têm homens fortes,
Velhos de calos nas mãos
Homens pretos de cor,
Netos da escravidão
Tem cultura e devoção,
Sussia, folia e festa de São João
Tem história do vovô
Mulher cantando no pilão,
Meninos descalços rodando pião.
Meu quilombo não tem esmola
Tem criança, jovens e idosos na escola
Tem cana-de-açúcar e rapadura
Colheita do piqui
A soca do arroz
O doce de buriti
Tem fé e tradição
Tinha Raimunda parteira
Dona Antonia boleira
E Domingas rezadeira.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 11)

O segundo poema feminino da autora Maria Aparecida Ribeiro de Sousa, que vive no Povoado Prata, município São Félix do Tocantins, traduz com orgulho a representatividade de suas características físicas e clama por respeito às diferenças.

Suas linhas falam por meio de seus cabelos, de sua pele negra, de sua identidade. Cheia de coragem, combate o racismo e olha no olho ao apresentar sua comunidade.

A assunção da identidade de mulher quilombola combate o discurso negativo literário brasileiro em que a invisibilidade impera ou em que se apresenta a mulher negra como um corpo-objeto, sem o cuidado com que ela pensa ou sente.

(2)

SER QUILOMBOLA

Ser quilombola é ter orgulho
É assumir o pouco que tem
Assumir o cabelo torrado
E a pele negra também
Ser quilombola é ter coragem
E amor no coração.
Ser quilombola é não ter medo
De racismo ou exclusão
É olhar olho no olho
É assumir a sua identidade,
Respeitando as diferenças
No campo e na cidade.
Ser quilombola não é vergonha
Ser quilombola não é defeito
Ser quilombola é não ter medo
De lutar por seus direitos
Isso não se resume
No simples ato de falar, às vezes é necessário
Até mesmo se calar.
Não adianta pele clara
Ou vermelho coração
Descendente de africano
Não se pode negar não
Orgulho de ser Brasil
Orgulho de ser jalapoeira
Orgulho de ser quilombola
Quilombo povoado do Prata
Isso sim é ser quilombola
Com orgulho e emoção
Não importa sua idade
Ser negro de coração.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 13).

O terceiro poema feminino da autora Laurenita Gualberto da comunidade Lajeado, situada no município de Dianópolis, luta pelo resgate da identidade daquela que se define como negra de coração e narra uma felicidade guerreira, carregada pela dor.

A descendente de escravos fala da resistência em meio a tantas lutas, da coragem e da felicidade de ser quem é: guerreira com muito amor!

Corajosa por herança, sua força está na sua cor; em suas raízes! Negra e refugiada, relembra o navio que um dia cruzou o Atlântico trazendo escravos, sua descendência. Hoje o quilombo é o seu mundo e nele encontrou a liberdade.

(3)

SOU QUEM EU SOU

Sou uma quilombola guerreira
Guerreira com muito amor
Não uso arma, nem tão pouco espada
No pensamento carrego a dor.
Negra de coração
Corajosa por herança
Amiga da liberdade
Com um coração de criança.
Negra e refugiada
Faço da resistência o meu escudo
Descendente de escravos
Meu quilombo é meu mundo.
Tenho fé e acredito
No resgate da identidade
Em meio a tantas lutas
No quilombo há felicidade.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 19).

O quarto poema feminino é de autoria de Katiane Dionízio de Santana, pertencente à comunidade Chapada da Natividade, localizada no município Chapada da Natividade, a qual nos chama a refletir sobre força e leveza, num contraponto entre a luta por igualdade e respeito às lutas travadas que configuram a história desse povo forte.

Povo de cultura magnífica! Tambores, danças guardam sua história. Cada comunidade carrega sua realidade, riquezas, multiplicidades e costumes.

(4)

POVO FORTE

Quilombola, quilombola
Povo forte, de lutas e histórias.
Quilombola, quilombola
Povo de leveza e prazer de
Usufruir suas histórias.
Quilombola, quilombola
Povo que busca aprender
Na realidade com suas
Histórias.
Quilombola, quilombola
Povo esse que vai em
Busca de vencer a si
Sua própria vitória.
Quilombola, quilombola
Povo que luta por igualdade,
A intensidade por ela forte.
Quilombola, quilombola
Povo de cultura magnífica,
Olhe o ruir dos tambores
Danças agitadas, animação
Total és tu quilombola.

Quilombola, quilombola
Povo de humildades, riquezas
Multiplicidades e costumes.
Quilombola, quilombola
Cada comunidade com
Sua realidade e cultura
Queremos uma sociedade
Iguatária.
Quilombola, quilombola
Quilombola é um povo forte
Quilombola é nossa história.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 23)

O quinto poema feminino foi escrito por Maria Anita Gualberto Pereira, da comunidade Lajeado, no município de Dianópolis. A autora aborda a natureza e sua beleza como pontos-chave na poesia que lembra dos animais, das ervas curativas e, é claro, da preservação do meio ambiente onde vive e da cultura que a representa como quilombola.

Seu lugar é o quilombo; onde ensina, fala e aprende. Ressalta a beleza de ser quilombola e poder desfrutar das riquezas naturais do sertão dianopolino.

(5)

SER QUILOMBOLA: TER LUGAR, TER BELEZA

Ser quilombola é falar do meu lugar
Do meu sertão dianopolino.
Falo tudo o que tiver
Do lugar onde eu ensino.
É respeitar os pássaros que cantam
alegremente
Alegrando a natureza
Voam que voam no céu
Veja quanta beleza.
Ser quilombola é ter abóbora e
melancia
Ter goiaba e o pequi
Ter manga e mangaba
Mais na frente o murici.
É ter laranja e ter coco
Ter a pinha e a corriola
A banana e a marmelada
E também ter acerola.
Ser quilombola é valorizar as plantas
medicinais
São de grandes variedades
Fazemos remédios caseiros
Substituindo os da cidade.
É preservar e querer falar
Sobre os nossos animais
Uma enorme variedade

Esses são os principais.
Ser quilombola é olhar para as árvores
Vejo o macaco e papagaios
Fico feliz quando vejo
Balançando pelos galhos.
É ver a arara e o periquito
Camaleão e jacu
Ver veado e guaxinim
E também ver o tatu.
Ser quilombola é ter seriema e o pato
Ter um pé de jatobá
Cantam muito alegremente
O nhambu e o sabiá.
Vou terminando meus versos
Com um abraço apertado
Até em outro encontro
Acho que está bem contado.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 27).

O sexto poema feminino foi escrito por Ariadne Cezar Nogueira, da comunidade Malhadinha, situada no município de Brejinho de Nazaré. Para a autora o negro é a cara e a identidade do Brasil e defende com orgulho sua raça, sua cor e sua cultura num processo de conscientização do ser quilombola.

Fala da religião que corre em suas veias; ressalta a cara da nossa gente: o negro, e conclui que em qualquer lugar do mundo sua identidade parte de seu corpo e de seu território.

(6)

SER QUILOMBOLA

**Quilombola não é simplesmente um partido político ou um time de futebol, que você troca a qualquer momento.
Ser quilombola é defender sua raça, sua cor, sua cultura, e sua religião independentemente de qual seja ela, porque ela está em nossas veias.
Ser quilombola é você ter a sua própria identidade, em qualquer lugar do mundo.
Ser quilombola é você se orgulhar, do nosso próprio país, que tem a cara da nossa gente. O negro.**

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p.29).

De Gabriela Pereira Silva, da comunidade Prachata, localizada no município de Esperantina, o sétimo poema femininoretrata a luta dos antepassados escravos e a tradição que tanto a orgulha e a empodera para seguir em frente.

Suas raízes, sua árvore genealógica, representados naqueles que foram escravos. Suas tradições, suas memórias, passando de geração em geração. Senhora do seu caminho demonstra gratidão às conquistas de seu povo, hoje livre.

(7)

SER QUILOMBOLA

Não é só para contar da minha cor
Mas sim para da minha família falar
Não de agora, mas dos meus antepassados
Que há muitos anos foram escravos.
Por causa deles, hoje, sou jovem quilombola
Sou uma jovem com muitos sonhos
Cujo quais ainda não vou poder realizar
E com os direitos que nós quilombolas
Estamos conquistando vou conseguir concretizar.
Família criada com muita tradição
Que vem passando de geração em geração
Que se realiza sempre e jamais será esquecida
Pois faz parte das nossas vidas.
Sou quilombola com muito orgulho
E não tenho vergonha de dizer
Pois sei que meus antepassados sofreram
Para euentão poder nascer.
Hoje, somos independentes e sou grata minha gente
Posso dizer que a luta não foi fácil, pois muitas
coisas passaram
Mas, a liberdade para nós eles conquistaram.
Sou quilombola com prazer
E agradeço à família que tenho
Pouco a pouco tudo se ajeita
Só ter fé e muito desempenho.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 31).

A autora Katiane Dionízio de Santana, da comunidade Chapada da Natividade, situada no município Chapada da Natividade, ao se autorreconhecer, toma a frente para mostrar sua origem, sem que outros a definam.

Qual a sua história? Sou quilombola! Comidas, danças, nome, direção. Assim, no oitavo poema feminino da obra, aponta em alto e bom tom seu pertencimento, sua autoria, sua ancestralidade.

SER QUILOMBOLA

Às vezes inconscientemente vamos dar a oportunidade de outras pessoas dizerem quem somos, então, meu caro, se autorreconheça e mostre que não serão eles que irão te definir, diga em alto e bom som que "SOU QUILOMBOLA" E essa é minha história, povo forte de riqueza e cultura magnífica.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 33).

Rosâna Pereira de Souza, oriunda da comunidade Cocalinho, situada no município de Santa Fé do Araguaia, traz suas experiências no quilombo para mostrar o seu lugar de fala.

O nono poema feminino da obra visa manter vivos as origens e os costumes em respeito aos antepassados; valoriza as memórias e a tradição oral; preserva a sabedoria dos seus ancestrais. Assim, as rezas, os plantios, as histórias, as lembranças, os objetos, tudo é pontuado na definição da mulher quilombola que ora escreve.

(9)

SER QUILOMBOLA

Ser Quilombola

É não se esquecer das nossas origens

É preservar nossos costumes culturais no respeito aos antepassados, é o canto de alegria no plantio da roça do vizinho, onde a terra é vida e da terra nasce a água doce da cacimba no pote de barro e o canto dos passarinhos. O latido do cachorro ao acompanhar seu dono, na saída para pescada do peixe para o alimento da família.

É a fé no matinho verde da vovó ao rezar no quebrante na criança. É amar a terra, plantar e colher, viver a natureza, preservar nossos costumes, ser e ter histórias culturais, viver livre, ser feliz, é ser quilombola no meu quilombo querido. Ser quilombola nesse querido quilombo, povoado de muita história e cultura para ensinar e aprender.

Lugar onde o brincar na chuva, o sentir da terra sob os pés descalços no chão, viver cada segundo as histórias de vida e lutas contadas pelos mais velhos e seus antepassados, lugar de pessoas acolhedoras, esse é meu quilombo.

Onde o brilho do luar encanta o anoitecer no quilombo, tendo como luz uma pequena vela no canto da casa que está a alumiar as longas e longas histórias de vida guardada na lembrança narrada, com pequenas falhas na memória dos mais velhos.

É o despertar do amanhecer com o canto do galo e o doce aroma de café que soa pelo ar vindo de um pequeno fogão a lenha, onde a madeira queima intensamente.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 39).

A luta por direitos é narrada nas linhas traçadas por Maria Raquel M. da Silva, da comunidade Carrapiché, localizada no município de Esperantina. O décimo poema feminino resgata a autoestima dos libertos, hoje vitoriosos, em que pese o preconceito ainda vigente no Brasil. As amarras são muitas, e para a autora a história de sua gente pauta-se na lida e na luta dos libertos.

E se hoje vivemos escravizados pelo preconceito é porque a violência racial ainda se reedita em nosso país através da exclusão social. Daí o acesso à justiça e a luta pela garantia de direitos serem prementes.

(10)

SER QUILOMBOLA

Ser Quilombola

Foi triste, escravo, meu parente
Muito tempo na lida
A história da minha gente.
Plantando e colhendo na vida
Cana-de-açúcar e café
Sempre trabalhando com muita fé.
Para dar boa vida aos senhores
Que só fazia eles muito sofrer.
Muito tempo se passou, a escravidão acabou
E muitos negros a liberdade ganharam
Os negros foram libertos dos senhores fazendeiros
Hoje, vivemos escravizados apenas do preconceito.
Somos negros libertos
Somos negros felizes a mais de mil
Somos negros vitoriosos que vivemos no Brasil.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 41).

Adelane Martins Bezerra, da comunidade Currealinho do Pontal, situada no município Brejinho de Nazaré, discorre no décimo primeiro poema feminino da obra sobre a resistência negra contra a escravidão e a luta constante pela liberdade. Aponta a união, o estudo e o sangue do quilombo como meios de ruptura das correntes na busca pela igualdade.

A herança do código genético, sangue negro, guarda a história de seus descendentes e preserva suas memórias.

(11)

QUILOMBOLA SEMPRE

Antes os quilombolas clamavam para ser abolidos e,
Hoje, os descendentes dos quilombos continuam
Clamando por justiça e igualdade de abolição.
Quilombos antigamente presos por correntes
Hoje, os quilombolas e descendentes ainda
Vivem acorrentados pelo preconceito atual.
Por causa da desigualdade todos os quilombos
Lutam por liberdade na sociedade e ser
Totalmente fortes, unidos e valorizados.
Ser descendente de quilombos é herdar
Herança no sangue, e por ser sangue quilombo
Deixa sonhos acorrentados na sociedade.
Quilombo gosta de estudar e ler
Também da liberdade de contribuir
Por igualdade ser vista na sociedade.

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 43).

As vozes-mulheres que se tecem nos poemas trazidos nesse artigo ecoam o grito dos antepassados negros, cujas raízes se encontram vivas nos quilombos do Tocantins e nos faz refletir sobre tradição, costumes, tudo para definir o ser quilombola.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir do momento em que se permite a produção de escritores negros e com grande contemplação da voz feminina, a exemplo do concurso cultural “Ser Quilombola”, projetado pela Defensoria Pública do Tocantins, que surgem no cenário da literatura brasileira vozes até pouco tempo silenciadas, que escrevem de si, de seu povo, como protagonistas e apropriando-se de seus próprios caminhos da escrita.

Nesse viés, quebra-se com o modelo de submissão, por muito tempo forte no cenário das letras no Brasil, em que a mulher negra tida como corpo-objeto é definida na figura da doméstica ou da sedutora, sem voz para a expressão de seus sentimentos, portanto, muitas vezes invisibilizada, num reforço de tais estereótipos.

Assim, este texto buscou compreender, a partir dos poemas femininos dos quilombos do Tocantins, a força da palavra que narra lutas e descreve tão bem a cultura presente nas comunidades. O olhar da mulher negra sobre seu povo e suas projeções é visto em cada linha, num caminhar de seu protagonismo que permite ser resistência à parca produção literária brasileira que por séculos silenciou suas vozes e seus pensamentos.

Em resumo ao projeto da Defensoria Pública Tocantinense, que a partir do Núcleo Agrário permitiu a rica produção do concurso cultural “Ser Quilombola”, fechamos essas breves considerações com o poema “Defensoria Quilombola”, apresentado por Miraci no seminário “Territórios Quilombolas do Tocantins: Desafios e Perspectivas”, em Arraias. Vejamos:

(12)

DEFENSORIA QUILOMBOLA

**Direito ao acesso à justiça, que nunca rege a preguiça
honrando o seu serviço com o pleno compromisso.
Não tem dia, não tem hora, pode ser hoje ou agora
nos ampara e não demora, para que não se perca a hora.
Atuação pelo futuro promissor do povo fraco e trabalhador
No sertão existe o lavrador, na cidade o nosso defensor.
Defensor de jovens, crianças e idoso, ele fala pelo povo
Mas, às vezes, não faz sentido a resposta aos nossos pedidos
nesta vida tão sofrida.
Defensoria Pública ou privada, todos têm a sua fala
Dos quilombos à cidade, ela faz a sua parte.
Faz pelo povo sofredor, que por direito tem o seu valor
Defensoria Pública Quilombola, a hora é agora
Fale pelo povo com amor, tendo em vista a sua dor.
Fale curto ou fale grosso, mostre-nos o seu esforço
Nos fazendo acreditar que aos poucos se pode mudar.
Mudar o mundo com apenas um milésimo de segundo
Diga sim, mas diga agora! Ouça o povo e sua história.
Povo de cultura e tradição, que vive nesse mundão
povo singelo e faceiro, mas todos brasileiros.
Rostos sofridos e cansados, mas que nunca se abalam
Povo que do seu rosto nunca tira o brilho
De um sorriso que inspira**

**Deixando refletir que o que importa é a vida.
Então, ouça, por favor, esse povo lutador
Que das forças se fez vencedor.
Lutando pela igualdade venerada
Desejam apenas é viver sem nunca ter o que temer
Pois do sofrimento querem apenas esquecer...**

(Ebook Quilombos do Tocantins: palavras e olhares, p. 52).

A poetisa brinda a Defensoria Pública com seus versos e ativamente constrói a história desse povo lutador, que clama por acesso à justiça, por reconhecimento e pela igualdade venerada! Seu clamor em ser ouvida reforça o objetivo deste texto em refletir, a partir dos poemas acima transcritos, de autoria das mulheres negras das comunidades, sobre a escrita, a trajetória e a cultura dos quilombolas do Tocantins.

REFERÊNCIAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO TOCANTINS. *Quilombolas do Tocantins: palavras e olhares*. Núcleo Agrário, 2016. Disponível em: <https://static.defensoria.to.def.br/postify-media/uploads/post/file/22654/Livro_Quilombolas_do_Tocantins_27x20cm.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

IANNI, O. *Literatura e consciência*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 28, p. 91-99, 1 jun. 1988. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70034>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar, à luz da antropologia e do direito, a relação entre a desigualdade dos gêneros, na sociedade androcêntrica brasileira, e a violência contra a mulher. O Brasil construiu sua história sobre o pilar da desigualdade de diversos tipos, principalmente entre os sexos, corroborando para a formação de uma sociedade de cultura patriarcal que atravessou os séculos e que ainda se mantém firme. A normatização brasileira, historicamente, foi pautada pela existência de um androcentrismo da dogmática e da política criminal, apesar da Constituição Brasileira de 1988, no plano normativo, igualar os direitos entre homens e mulheres no ambiente familiar. O patriarcalismo, que pautou os moldes das relações sociais, em nada condiz com os ideais igualitários e democráticos. O cenário atual demonstra que a problemática em análise não está associada à necessidade de, cartesianamente, igualar homens e mulheres, mas de tratá-los considerando sua desigualdade. Neste sentido, os índices de violência contra a mulher alertam para a premente necessidade de garantir a estas uma proteção jurídica diferenciada. Concluindo-se que a desigualdade social entre os gêneros é um dos fatos que enseja a violência contra a mulher.

Palavras-chave: Patriarcado. Desigualdade. Gênero. Violência contra a mulher.

ABSTRACT

This present work aims to analyze, in the light of anthropology and law, the relation between the inequality of gender, in the androcentric brazilian society and the violence against woman. Brasil built its story over the pillar of inequality of several types, mainly between the sexes, corroborating to the conformation of a society of patriarchal culture that went across the centuries and still stands firm. Brazilian standardization has historically been guided by the existence of an androcentrism of the criminal and dogmatic policy, despite the Brazilian Constitution of 1988, in normative terms, equalize rights between men and women in the family environment. The patriarchalism, which guided the molds of social relations, doesn't match in any way with democratic and equality ideals. The current scenario shows that the problem under analysis is not associated to the need of, mathematically, equalize men and women, but treat them considering their inequality. In this sense, the rates of violence against women alert to the urgent need to ensure them a distinct legal protection. It is concluded that the social inequality between the genders is one of the facts which entails violence against women.

Keywords: Patriarchate. Inequality. Gender. Violence against women.

1. INTRODUÇÃO

¹Defensora pública do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência de Teresina/PI, Doutora em Direito e Políticas Públicas pela UNICEUB.

Partindo da constatação de que o projeto de uma sociedade igualitária esbarra em práticas reprodutoras de condutas discriminatórias em relação à mulher, baseadas no gênero e em estereótipos construídos durante séculos no seio de uma sociedade patriarcal e capitalista, verifica-se que muitos são os fatores que influenciaram o modelo brasileiro, marcado pela dominação masculina e a discriminação da mulher.

O comportamento do homem relaciona-se aos modelos formados e impostos pela própria sociedade. Assim, a violência doméstica e familiar contra a mulher está baseada na percepção do gênero, que surge da relação de dominação e suposta superioridade do homem em relação à mulher, oriunda dos papéis culturalmente construídos e da distribuição desigual do poder.

Diante de tal realidade, o presente artigo pretende analisar as noções de gênero e patriarcado para uma melhor compreensão do fenômeno da violência contra a mulher. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, em comparação com os fatos históricos e com os direitos conquistados pela mulher.

Primeiramente, apresentaremos uma abordagem histórico-cultural da percepção da figura feminina dentro da sociedade ao longo dos tempos, destacando a desigualdade entre os gêneros e suas consequências relevantes para os dias atuais. Em seguida, discorreremos sobre a marginalização e a violência cometida contra a mulher. E, por fim, teceremos considerações sobre o movimento feminista no Direito, fundado na dignidade humana e no direito de desenvolvimento integral do ser humano mulher.

2. A QUESTÃO DE GÊNERO E SUA PROBLEMÁTICA NO CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

A diferença dos papéis sociais atribuídos a ambos os sexos é histórica e, a partir do século XIX, firmou-se uma tendência de explicar tal fenômeno pela biologia, ou seja, diferenças biológicas inatas justificariam desigualdades de atribuições sociais. Se a diferença de tratamento e a desigual distribuição de poder são “naturais”, sequer há compreensão da violência contra a mulher como um problema cujo combate seria necessário. A percepção problematizada da violência contra a mulher e a ciência dos elevados custos sociais e econômicos desenvolvem-se com a identificação de causas socioculturais como provocadoras da construção dos papéis designados aos sexos, e destes como o fator que está na base da violência contra a mulher.

Na Roma antiga, o destino das mulheres era o de mero instrumento garantidor da preservação da sobrevivência da comunidade². O “casamento, o acordo que ligava dois homens: o pai da mulher e o marido”, era de extrema relevância religiosa e política, apesar de o divórcio ser autorizado (LOGEAY, 2011, p.29). Interessante que a desqualificação da mulher se acentua com o desenvolvimento da ciência na época do Renascimento – século XVI –. A mulher casada na Idade Média, não era considerada incapaz, como depois veio a sê-lo, em razão de sua qualificação como “fraca e frágil física e psicologicamente, por natureza” e inapta para exercer, sem assistência, atos jurídicos. Firmou-se o princípio de subordinação da mulher, consolidado na Idade Moderna (LOGEAY, 2011, p.39).

A França Republicana, em 20 de setembro de 1792, através da aprovação da chamada “Lei do Divórcio” e, em 1804, com o Código Civil, tornou-se o primeiro país de religião católica que reconheceu o aspecto contratual do casamento, o direito jurídico de desconstituição da união e a personalidade

² Ilustrativa da condição da mulher nesta época era o fato de as mesmas sequer terem nome próprio e serem reconhecidas pelos nomes de família (do pai) com terminações femininas (LOGEAY, 2011, p. 30).

jurídica à mulher. O surgimento e a evolução do feminismo³ estão relacionados ao dito movimento revolucionário, precisamente, cabendo destaque para a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*⁴, de 1791, defensora da extensão da titularidade de direitos naturais à mulher e marco da luta pelo acesso aos espaços públicos (PINHO, 2005, p.26-30).

Já em 1830, por meio de Charles Fourier, é apontado o fator econômico como causa maior da repressão feminina, realizada via casamento. Enfatiza-se a necessidade de liberdade da mulher (FRAISSE, 1991) e a importância de condicionantes econômicos como causas da sua opressão, e, na segunda metade do século XIX, sobremaneira na figura do liberal John Stuart Mill, incentiva-se a inserção feminina para além das fronteiras da esfera estritamente doméstica.

A sociedade brasileira construiu sua história sobre o pilar da desigualdade de diversos tipos: entre negros e brancos, portugueses e indígenas, proprietários e não proprietários e entre os sexos. Formando-se uma sociedade de cultura patriarcal que atravessou os séculos e se mantém ainda firme. A desigualdade entre os gêneros, na sociedade androcêntrica brasileira, inicia e se desenvolve no seio familiar, através de modelos de criação e educação diferenciados para meninos e meninas⁵.

O Brasil do início do século XIX ainda era um imenso país rural, contaminado pela cultura escravagista⁶, na qual o senhor das terras era também dos escravos⁷, da família e da esposa, e assim vigorava “a chamada família patriarcal brasileira, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos [...]” (D’INCAO, 2010, p.223).

Durante todo o século XIX, o Brasil viveu a transição, sem planejamento, de um país rural que passou a concentrar a população nas áreas urbanas, que era “[...] em grande parte considerada vagabunda e perturbadora pelos viajantes da época e pelas elites que viviam nas cidades” (D’INCAO, 2010, p.224). Cidades estas desorganizadas, extremamente sujas e quase sem oportunidades de desempenho de atividades econômicas comerciais ou industriais, para atender a demanda de pobres que chegavam e se sujeitavam a habitar cortiços ou moradias coletivas. Paulatinamente, a sociedade brasileira:

[...]sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. (D’INCAO, 2010, p.223)

Neste ambiente, forjou-se uma mulher que deveria desempenhar o papel de dedicada esposa guardiã da “sagrada intimidade do lar”⁸, responsável pela continuidade da família burguesa, “[...] desobrigada de qualquer trabalho produtivo, representava o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível” (D’INCAO, 2010, p.223).

E, se a mulher fosse pobre, integrava a camada daqueles que:

³Uma espécie de movimento de mulheres, especificado pelo questionamento da hierarquia nas relações de gênero e pelo desejo de transformação.

⁴De autoria da revolucionária Olympe de Gouges (PINHO, 2005, p. 28).

⁵“Dada a socialização da mulher branca para o desempenho dos papéis de dona de casa e mãe de família legalmente constituída, necessária se fazia a existência de uma classe de mulheres com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor anteriormente ao casamento [...] as mulheres brancas da época escravocrata apresentavam os requisitos fundamentais para submeter-se, sem contestação, ao poder do patriarca, aliando à ignorância uma imensa imaturidade” (SAFFIOTI, 1979, p.168-169). A socialização da mulher baseava-se na submissão, seja qual fosse sua cor ou classe econômica.

⁶No século XXI vários questionamentos ainda são atuais, conforme Margareth Rago (2004, p. 40): “A herança colonial escravista, a mistificação da sexualidade das negras e mulatas no imaginário social, o mito da democracia racial brasileira, mascarando as violentas e dissimuladas formas de discriminação contra elas, são problemas que apenas começam a ser discutidos e trabalhados na sociedade brasileira”.

⁷“Com efeito, cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual [...] a exigência da prestação de serviços sexuais, que o senhor fazia em relação à negra escrava, tornava-a, pois, simultaneamente res e pessoa humana” (SAFFIOTI, 1979, p. 164).

⁸“A possibilidade do ócio entre as mulheres de elite incentivou a absorção das novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas de doces e confidências entre amigas. As histórias de heroínas românticas, langorosas e sofredoras acabaram por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento” (D’INCAO, 2010, p. 229).

exerciam os desvalorizados trabalhos domésticos, fundamentais na reposição diária da força de trabalho de seus companheiros e filhos; como ainda produzem para o mercado, exercendo tarefas como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, bordadeiras, floristas, cartomantes e os possíveis biscates que surgissem. (SOIHET, 2010, p.365)

Merece citação a luta das mulheres no Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XIX, reivindicando a ampliação de acesso aos níveis mais elevados de ensino, oficialmente restrito ao 1º grau (TELES, 1993, p.43). A submissão ao pai, marido, irmão e a privação da mulher à educação integral representou um interdito para o acesso ao poder e à igualdade.

Quase no início do século XX, no Brasil Republicano, a então capital, Rio de Janeiro, moderniza-se física e socialmente e higieniza-se⁹ para assumir “ares europeus”, mais condizentes com as propostas no novo regime. “Esse período marcou a passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burgueses [...]”.

O regime capitalista¹⁰ precisa, para desenvolver-se, de uma mulher que, gratuita e invisivelmente, contribua para a diminuição do custo de produção com a realização do trabalho doméstico. O espaço público adquire novo status, diferente da esfera doméstica, “a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa” (D’INCAO, 2010, p.226).

A mulher na família burguesa estava sujeita a uma rígida disciplina quanto ao seu comportamento familiar e pessoal. O marido era escolhido pelo seu pai, e ela assumia a condição de guardiã do lar, mãe exclusivamente dedicada à família, absorvida pelos afazeres domésticos, sendo extremamente relevante não só o efetivo desempenho deste papel, como também a projeção da representação social do mesmo. A imagem das mulheres traduzia-se em “capital simbólico importante” para os homens¹¹ (D’INCAO, 2010, p.229).

A rua, cheia de pobres desocupados, não deveria ser palco de circulação das “mulheres honestas”¹². A submissão socialmente necessária das mulheres respaldava-se no maior paradigma da época, a ciência, est baseada em categorias de pensamento masculinas, inclusive, a ciência médica:

A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra (SOIHET, 2010, p.363).

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização [...] Nesse contexto, acentuou-se a repressão contra as mulheres [...]. (SOIHET, 2010, p.365s)

⁹“Os hábitos populares se tornaram alvo de especial atenção no momento em que o trabalho compulsório passava a ser trabalho livre. Nesse sentido, medidas foram tomadas para adequar homens e mulheres dos segmentos populares ao novo estado de coisas, inculcando-lhes valores e formas de comportamento que passassem pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida” (SOIHET, 2010, p. 362).

¹⁰“[...] o desenvolvimento do sistema capitalista produz uma separação e uma diferenciação das esferas da vida pública e privada, o que levou à organização de papéis dicotômicos de homens e de mulheres em todos os campos da vida social. Essa fragmentação complexa, histórica e social expressa-se no campo da conjugalidade através da constituição hierárquica de papéis sexuais, engendrando esferas de poder desiguais e inequitativas” (GAVILANES; AGUIAR, 2010, p. 103).

¹¹“Considerada a base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe de família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, constituir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole” (D’INCAO, 2010, p. 230).

¹²Ressalte-se que neste sentido eram as extremamente discriminatórias da mulher, em especial quanto a sua liberdade sexual, as recomendações de juristas comentadores do Código Criminal do Império e do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, a exemplo, Thomaz Alves Junior e Antonio Bento de Faria (LAVORENTI, 2009, p. 183-184).

Na segunda metade do século XIX, persistiam no meio social, tanto nas esferas privilegiadas economicamente como nas mais desprovidas, as repercussões das definições “científicas” sobre a mulher. Para algumas restava:

[...]identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel [...] do outro lado, situavam-se as que podiam circular livremente por ruas, praças e bares, pagando, contudo, o alto preço da condenação moral, da perseguição policial e de outras formas de violência física. (RAGO, 2004, p.31)

Existia uma mistificação sobre a segurança e a proteção que seriam próprias do espaço privado, destinado primordialmente às frágeis mulheres. Contudo este espaço privado não representava uma esfera de segurança e de liberdade, mas sim um cercado, que impedia a mulher de ser vista, de se expressar publicamente, fragilizando-a pela inacessibilidade e revelando-se, em verdade, como fértil terreno para a prática de violência, que era invisível socialmente¹³.

A pensadora alemã Hannah Arendt (1981, p. 68) desmistifica a esfera privada e adverte sobre a necessidade de serem quebradas as fronteiras simbólicas entre o privado e o público, demonstrando que:

Para o indivíduo viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objetiva” decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privacidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse.

As transformações da sociedade, da economia, da política e das famílias, na segunda metade do século XX, impingiram aos legisladores a necessidade de modificarem, em especial, a disciplina normativa familiar, representando marcos na legislação: o Código Eleitoral de 1932¹⁴ (que conferiu capacidade eleitoral ativa e passiva às mulheres) e o Estatuto da Mulher Casada, Lei n. 4.121 de 1962 (que reconheceu às mulheres casadas capacidade plena, uma vez que, até então, a mulher era considerada relativamente incapaz para atos da vida civil e carecia de autorização do marido para trabalhar), passando a ter assegurada a propriedade dos bens adquiridos com o seu trabalho.

As atividades industriais emergentes na década de 1970 requisitaram a presença da mulher no mercado de trabalho e no cenário das atividades públicas e, em 1977, a Lei n. 6.515 – Lei do Divórcio – representou mais um avanço no sentido da reconfiguração social do papel da mulher. Neste sentido, os diplomas normativos passam a indicar o início de uma mudança, ainda tímida, na condição feminina¹⁴ e masculina.

Ao revisitar a normatização penal brasileira do século XIX e grande parte do século XX, o observador concluirá pela existência de um androcentrismo da dogmática e política criminal¹⁶ que:

[...] moldou um discurso punitivo sob o enfoque da experiência masculina e ditou políticas criminais que consolidaram, passo a passo, a superioridade do

¹³“O drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, do País e do mundo. É pouco comovente porque é por demais banalizado, tratado como algo que faz parte da vida; tão natural que não se pode imaginar a vida sem sua existência. É um fenômeno antigo, que foi silenciado ao longo da história [...]” (TELES; MELO, 2002, p. 11).

¹⁴A Constituição de 1934 ratifica a limitada disciplina do Código Eleitoral de 1932, que considerou o voto obrigatório apenas para as mulheres que exercessem funções públicas remuneradas. Cabendo apenas à Constituição de 1946, finalmente, estabelecer para homens e mulheres a obrigatoriedade de votar, de maneira igualitária.

¹⁵Até a promulgação da Constituição de 1988, o homem, autorizado juridicamente, permanece detentor de poderes superiores aos da mulher no âmbito familiar.

¹⁶“O caráter sexista, ao lado da preocupação do status familiar, bem como a lesão dos direitos de propriedade do homem sobre a mulher, a quebra da ordem natural, constituíram, ao que tudo indica, a vertente decisiva na elaboração dos textos legais” (LAVORENTI, 2009, p. 175).

gênero masculino, não sendo de causar estranheza, por consequência, que a violência contra a mulher não tenha sido percebida como algo grave, que reclame proteção à vítima e sanção ao agressor [...]. (LAVORENTI, 2009, p.157)

A Constituição Brasileira de 1988 finca, normativamente, a igualdade entre homens e mulheres a ser perseguida, no plano fático, pelas décadas seguintes até os nossos dias, apesar de, consideravelmente, refletida no Código Civil de 2002, que estende o significado de família e iguala os direitos entre homens e mulheres na sociedade conjugal.

Os séculos XX e XXI estão marcados pela luta ao direito de serem consideradas humanas, o que representa o direito de ser vista e ouvida, de poder transitar seguramente pelos espaços privados e públicos e de exercer, em ambos, papéis que não sejam determinados exclusivamente pelo sexo que nasceram.

Na atualidade, desencadeia-se um contínuo processo de tentativa de desconstrução dos padrões de gênero tradicionalmente fixados para mulheres e homens, em especial, nas universidades, no mercado de trabalho e nas relações com o Estado¹⁷, pelo que, “[...] ser mulher, no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto” (RAGO, 2004, p. 33).

3. A FORÇA IDEOLÓGICA DA INFERIORIDADE FEMININA

Precisamente, é no ambiente doméstico que mais se mantêm a tradição patriarcal e a marginalização do feminino, que, quando somadas a fatores de ordem econômica, cultural e social, desnudam a existência de uma mulher ainda inferiorizada. Nas relações conjugais, homens e mulheres não desempenham papéis simétricos como indivíduos, e sim atribuições conferidas às figuras do marido/companheiro e da esposa/companheira.

Diante da realidade desigual, refletida num comportamento masculino violento (comprovado pelas estatísticas sobre o problema), na diferença de oportunidades sociais¹⁸ e na desvalorização das atividades domésticas não remuneradas, percebe-se que existem questões específicas da cidadania feminina¹⁹, inclusive no âmbito da Polícia e do Judiciário, e como reflexos do patriarcalismo, que pautou os moldes das relações sociais, comum às democracias liberais, inclusive, na forma tradicional de “pactuar” as relações conjugais, em nada condizentes com ideais igualitários e democráticos. A violência contra a mulher representa um conflito interpessoal e pode ser enquadrada como uma:

[...] violência ritualizada e expressiva que, disseminada no tecido social, tem sua origem em tensões e emoções dos relacionamentos humanos, e que, no Brasil, é descrita por meio de muitos nomes [...] se realiza, dissimuladamente, em todos os espaços e em diversos planos. No plano psicossocial, apresenta-se por meio da valorização das virtudes guerreiras (como a honra, a coragem, a força e o poder) e a desvalorização das virtudes de cidadania (como o autocontrole, a sensibilidade perante a estima aos outros e a aceitação da especificidade individual).(FERREIRA, 2010, p.118)

As noções de gênero e patriarcado são fundamentais para a compreensão do fenômeno da

¹⁷“As diferenças de gênero na relação com o estado podem ser exemplificadas a partir da distinção no modo de conceber os direitos e deveres de mulheres e homens. Enquanto os direitos civis, políticos e sociais contribuíram historicamente para reforçar um padrão de subordinação feminina, os deveres também eram concebidos de modo sexuado [...] a relação das mulheres com a cidadania e com o Estado passa pela associação delas com a maternidade” (MARIANO, 2010, p. 41).

¹⁸Como bem advertem Maria Amélia de Almeida Teles e Mônica Melo (2002, p. 11-12): “Em qualquer classe social há violência contra a mulher. O fenômeno pode acontecer com qualquer mulher, com qualquer casal”.

¹⁹“O caráter classista, sexista e racista marca a história da cidadania no Ocidente. Esse caráter paradoxal diz respeito, igualmente, à relação entre mulher e Estado, uma vez que este é a unidade clássica de referência para a cidadania [...]” (MARIANO, 2010, p. 41).

violência contra a mulher. Destacando-se que o patriarcalismo privado resiste e se reproduz na esfera pública:

A intimidade da esfera privada, fonte de ideias para a democratização da esfera pública, também é recurso de sustentação da hierarquia no domínio privado, quando o resguarda de interferência pública [...] a fluidez entre as esferas é insuficiente para democratizá-las, pois o seu sentido pode ser autoritário, a não ser que a esfera doméstica tenha primordialmente se organizado de forma democrática. (AGUIAR, 1999, p.188)

Entre os teóricos sociais não existe um consenso sobre o conceito de patriarcado. Tal divergência, ao contrário do que alguns defendem, serve para demonstrar a importância da consideração deste conceito nos estudos que tratam da submissão feminina e auxilia na compreensão dos mecanismos de manutenção das relações hierárquicas entre os sexos e, assim, possibilitam pensar instrumentos mais eficazes para o seu combate.

O patriarcado resiste e subsiste na sociedade contemporânea e serve para “tornar visível um tipo de dominação específica que os homens exercem sobre as mulheres na esfera pública e privada” (GAVILANES; AGUIAR, 2010, p. 97), conservando a “dicotomia tradicional dos papéis de gênero, baseados na autoridade e poder masculinos, ou seja, no direito natural dos homens sobre as mulheres” (GAVILANES; AGUIAR, 2010, p. 103).

Adotando-se a noção de Patelman (1993, p. 39), compreende-se patriarcado como “o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens”.

É inequívoco que no Brasil os papéis sociais fixados para as mulheres são frutos de uma sociedade machista, e a violência²⁰ por elas sofrida no ambiente doméstico e familiar se apresenta como resultado das atribuições sociais de que foram destinatárias, em especial, no espaço privado que significava um campo protegido contra a ação estatal e reino “sagrado” do domínio do marido. Nesse espaço não caberia à polícia ou à Justiça intervir:

O Código Penal, o complexo judiciário, e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e as boas maneiras [...]”. (SOIHET, 2010, p.363)

A função das autoridades consistia em recolocar as relações privadas em sua “normalidade”, o que implicava conduzir mulheres agredidas de volta aos seus maridos agressores, conciliar interesses em prol da permanência do “lar conjugal”, reprimir os impulsos libertários de algumas mulheres, entre outras medidas adotadas sob a justificativa de “preservar a família”. Afinal, “[...] a violência tem sido usada milenarmente para dominar, para fazer a mulher acreditar que seu lugar na sociedade é estar sempre submissa ao poder masculino, resignada, quieta, acomodada [...]” (TELES; MELO, 2002, p. 13). Ao se debruçar sobre a história, constata-se que tradicionalmente:

[...]enquanto os homens adentram o espaço público com o status de indivíduo, cidadão e trabalhador – qualidades da esfera pública –, as mulheres frequentemente se incluem a partir de questões do mundo doméstico, questões essas associadas às tarefas de reprodução [...]. (MARIANO, 2010, p.42)

²⁰“Violência, em seu significado mais frequente, quer dizer usa da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano” (TELES; MELO, 2002, p. 15).

A forma dicotômica pela qual foi instalada a cultura social, por intermédio de discursos que evidenciam a identidade²¹ artificialmente construída no meio cultural e que, em razão disto, neste mesmo meio, pode ser alterada. O cenário jurídico atual requer uma hermenêutica inclusiva, numa perspectiva renovada da igualdade, que é relacional, isto é, necessita da presença e da comparação diante do padrão que faz da mulher “o outro” e da seleção de um aspecto específico para realizar a comparação porque, afinal, idêntico cada um só é perante si mesmo. “A igualdade constitui o signo fundamental da Democracia” (SILVA, 2010, p.72) e da prevalência do entendimento de que o Estado existe para o ser humano e não o contrário.

O cenário da atualidade demonstra que a problemática em análise não está ligada à necessidade de matematicamente igualar homens e mulheres, mas de tratá-los considerando sua desigualdade. Os índices de violência contra a mulher alertam para a premente necessidade de garantir às mesmas uma proteção jurídica diferenciada.

Entende-se, pois, que a mulher deve, afirmativamente, gozar de certas proteções, em especial no que concerne à sua incolumidade física e mental. Essa situação não compromete o princípio da igualdade consagrado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, pelo contrário, confirma-o, uma vez que a igualdade de tratamento pressupõe a necessidade pela busca da igualdade de fato e aproxima-se do princípio fundante de nosso ordenamento jurídico – a dignidade de todas as pessoas.

4. O MOVIMENTO FEMINISTA E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A partir do século XX, houve uma maior conscientização da população feminina acerca do preconceito de que era vítima. Os movimentos feministas, nesse contexto, foram fundamentais ao passarem a lutar, incessantemente, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres²². Muitos dos produtos legislativos mais igualitários foram frutos dos estudos, protestos e reivindicações feministas.

O movimento feminista centra seu inovador debate no questionamento a respeito da natureza dos papéis sociais de ambos os sexos, das hierarquias e da distribuição desigual de poder nas relações baseadas no gênero. As feministas inserem a abordagem centrada no gênero como uma categoria analítico-explicativa do cultural e social.

O conceito de feminismo²³ pode ser variado, e a origem desta expressão, segundo ToveStang Dahl (1993, p.13), remete ao “contexto político francês do século XIX para designar os diferentes grupos que, de uma maneira ou de outra, tentaram melhorar a situação das mulheres”. As lutas dos movimentos feministas²⁴, impulsionadas pelo descaso das instituições em relação aos direitos das mulheres e pelo sentimento de impunidade, diante da violência sofrida por elas, aliados aos influos do processo de redemocratização, pelos compromissos internacionais do País e por intensas transformações na posição das mulheres na vida social, econômica e política, culminaram com uma crescente exposição da silenciosa e dolorida realidade evidenciada por estatísticas de ocorrência nas Delegacias de Atendimento à Mulher e da ineficácia judicial.

As constantes lutas destes movimentos tentam descortinar a realidade brasileira e com isso

²¹Pertinente a observação de Maria Irene Ramalho (2002, p. 560): “As identidades ‘masculina’ e ‘feminina’ que ainda hoje nos são oferecidas nos chegam fundamente gravadas nas grandes narrativas globalizantes da cultura ocidental, de que, como sugeri já, se destacam Homero e a Bíblia”.

²²O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Árabe de 2002, elaborado por 46 intelectuais árabes, aponta que a desigualdade de gênero é a manifestação mais difundida de desigualdade de todos os tipos em qualquer sociedade. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr2002/RDH%202002%20Portuguese%20one%20big%20file.pdf>>. Acesso em: 25 de nov. 2010.

²³O feminismo relaciona-se “ao conjunto de teorias desestentação epistemológica à doutrina feminista e aos movimentos e grupos de mulheres, que objetivam a libertação da mulher” (PINHO, 2005, p. 26).

²⁴Pode-se dividir o feminismo no Brasil em quatro ondas, dispostas na seguinte sequência: a primeira na década de 1930, marcada pelo reconhecimento do direito ao sufrágio, a segunda e a terceira nos anos 1970 e 1980, respectivamente, e a quarta onda já no século XXI, na qual se deve destacar como reflexo da institucionalização das demandas das mulheres a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres pelo Governo Federal. Do processo iniciado com a criação da Secretaria foram realizadas Conferências Nacionais das Mulheres e elaborado o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPMM-2004 (SIMÕES; MATOS, 2010, p. 18).

possibilitam “pensar que essas relações de gênero pertençam a uma ordem cultural e social e, como tal, passível de transformação e mudança social” (GAVILANES; AGUIAR, 2010, p.98).

A crença na possibilidade de emancipação²⁵ e libertação²⁶, ou seja, de transformação, talvez sintetize muito do significado e dos objetivos do feminismo, assim é que, como eco deste movimento, que pautou o século XX, as relações entre os sexos foram percebidas sobre a perspectiva de gênero, que não se justifica biologicamente, mas sim social, econômica e politicamente. “E a posição de cada gênero na sociedade não é dada pela biologia, mas sim pela história e pelas disputas de poder” (FIUZA, 2011, p.3). Lançou-se dúvida sobre as certezas que justificariam a desigualdade social e jurídica entre homens e mulheres.

O feminismo no Direito está fundado na dignidade humana e no direito de desenvolvimento pacífico e integral do ser humano mulher, na perspectiva inclusiva que garante o direito de ser diferente e que rechaça a inferiorização e a distribuição desigual de poderes e direitos nas relações sociais.

Esta imersão no tempo²⁷ e no espaço é fundamental para a construção da categoria gênero na década de 1980, “a qual traz importantes aportes à doutrina feminista, apta ao estudo científico das causas e dos efeitos da distribuição desfavorável de toda sorte de bens da vida à mulher e capaz de fornecer instrumental teórico valioso para modificar esse quadro de desigualdade” (PINHO, 2005, p.19). Considerando o processo de formatação dos papéis sociais de homens e mulheres no Brasil:

A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que naquele momento a postura das classes dominantes era mais de coerção do que direção intelectual ou moral. A análise do caráter multiforme da violência que incide sobre as mulheres pobres e as respostas por ela encontradas para fazer face às mazelas do sistema ou dos agentes de sua opressão é fundamental. Cabe considerar não só a violência estrutural que incide sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas de sua condição de gênero; esses aspectos se cruzam na maioria das situações. (SOIHET, 2010, p.363)

4.1 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Compreende-se “Gênero” como um termo polissêmico, do qual as ciências humanas têm feito uso desta categoria²⁸ para:

[...]identificar, demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram polos de dominação e submissão. (TELES; MELO, 2002, p.16)

Aponta-se a violência de gênero como a primeira espécie de violência que a pessoa, diretamente, tem contato (TELES; MELO, 2002, p.24). É um conceito amplo, que abarca mulheres, negros, crianças, pobres homossexuais, e que, no caso das mulheres, advém de normas sociais que reforçam uma

²⁵Da época da Revolução Francesa até a metade do século XX, a pauta do movimento feminista é a emancipação da mulher, através da busca da igualdade, mas ainda assentada numa perspectiva masculina.

²⁶Como pontua Leda de Oliveira Pinho (2005, p.38), depois dos pós-guerras incidem novas demandas sociais sobre a mulher, e a libertação é a plataforma do feminismo americano da década de 1960, através da qual “a mulher apercebe-se de sua alteridade e busca apresentar os valores que são próprios à sua visão, à sua percepção social. Daí por que o feminismo contemporâneo extrema e supera aquele outro”.

²⁷Cabe não olvidar que até os relatos históricos são parciais em suas narrativas, omitindo a figura feminina ou, quando muito, retratando-a secundariamente.

²⁸Diferentes reflexões “permitem observar o conceito de gênero, como uma categoria ampla que pode auxiliar na compreensão da organização da sociedade, das diversas formas que assumem as relações sociais, relações estas que envolvem distintos esquemas binários: de homem-mulher, de mulher-mulher, ou de homem-homem, e as múltiplas formas de organização social (família, instituições, espaços sociais)” (GAVILANES; AGUIAR, 2010, p. 100).

valorização diferenciada entre homens e estas. O que distingue a violência de gênero, presente em todo o mundo, são as razões culturais alegadas para promovê-la.

Quanto aos homens e mulheres, não se pode ignorar que existem diferenças. Esta premissa não se discute; parte-se dela. Mas as diferenças não autorizam um tratamento do homem como ser superior e da mulher como objeto, quando muito como ser humano de segunda categoria, pois privado de autonomia.

A relação da violência de gênero com a linguagem é extremamente relevante para seu entendimento, "uma vez que a linguagem é uma das grandes disseminadoras de padrões discriminatórios e sexistas", traduzindo preocupações e valores culturais transmitidos socialmente (SCARDUELLI, 2008).

A cultura popular brasileira, divulgada através dos meios de comunicação, por intermédio da literatura, de novelas e canções, demonstra que, muitas vezes, a língua se mostra sexista, traduzindo uma visão de mundo vislumbrado sob um ponto de vista masculino, compreendido de acordo com crenças pré-formuladas e estereotipadas sobre as mulheres, os homens e a relação entre ambos.

Posiciona-se a mulher, em regra, num lugar passivo em relação à linguagem³⁰ masculina, reforçando a assimetria de poderes e direitos entre os gêneros, perceptível inclusive nas regras de permissão de uso de vocábulos presentes no ensino da linguagem³¹ às crianças³², nas conversas informais travadas entre casais e nos padrões de interrupções e insultos existentes entre pessoas conhecidas e desconhecidas de sexos diferentes (OSTERMANN; FONTANA, 2010).

Neste sentido, a análise da condição da mulher pode ser feita sob vários enfoques, dentre eles o do escritor, que é um privilegiado espectador e tradutor da realidade social. A exemplo da obra de Virginia Woolf, em especial o livro *Um teto todo seu* (2004) e o texto *O status intelectual da mulher* (1997). O contexto da época demonstrava que o prestígio e as oportunidades no mercado de trabalho do século XIX e do início do século XX eram predominantemente direcionados ao sexo masculino. Assim, não é a inferioridade intelectual da mulher o fator determinante do problema, mas a inferioridade do tratamento desconsiderado que recebe.

Conforme ressalta Rosiska Darcy de Oliveira (1999, p. 30): "no imaginário masculino, as mulheres, percebidas não só como diferentes, mas, sobretudo, como inferiores, ocupam, paradoxalmente, o lugar de metade perigosa da sociedade".

A repressão sobre o comportamento da mulher permitiu sustentar a aliança política, econômica e social que o casamento representava. As "mulheres são o 'outro' dos homens, espaço em branco que a cultura se encarrega de preencher conforme conveniências e interesses do momento" (RAMALHO, 2002, p.551). A própria construção do sexo depende da noção de gênero e dos estereótipos culturais da construção social do sexo. Assim:

A cultura se entende a si própria como estruturalmente binária. A cultura distingue branco do preto, o mal do bem, o mito da verdade, a ciência da fantasia, o corpo da alma, o dentro do fora, o público do privado, a vida da arte, a natureza da cultura [...] o feminino do masculino, o macho da fêmea [...]. A cultura designa (ou exige que se imagine) determinados comportamentos ora como masculinos ora como femininos [...] neste tipo de identificação cultural, o sexo aparece sempre como marca de poder, ou falta dele. (RAMALHO, 2002, p.553-554)

²⁹"A violência de gênero pode ser entendida como 'violência contra a mulher', expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 1970, por ser o alvo principal da violência de gênero" (TELES; MELO, 2002, p. 19).

³⁰"Dessa forma, hoje em dia, os estudos sobre linguagem e sexo têm procurado analisar a fala-em-interação tanto de grupos do mesmo sexo quanto de mistos, na perspectiva de que gênero não é algo com que se nasce, nem algo que se possui, mas algo que se faz [...]" (OSTERMANN; FONTANA, 2010, p. 11).

³¹"Somos usados pela linguagem tanto quanto a usamos." (LAKOFF, 2010, p. 13).

³²"Se uma menininha 'fala grosso' ou de modo rude como um menino, ela vai normalmente ser isolada, xingada ou ser motivo de gozação. Dessa forma, a sociedade, por intermédio do pai, da mãe e dos amigos de uma criança, a mantém "na linha", em seu lugar (LAKOFF, 2010, p. 15).

Nessa esteira, Simone de Beauvoir (1980) chamava atenção para a ideia de representação e de que “não se é mulher”, aprende-se a lição de “representar mulher”. Logo, o predomínio é do masculino socialmente construído, através da cultura e das relações sociais, sem que exista biologicamente justificativa para tal superioridade.

A disciplina trazida pelas Convenções dos Organismos Internacionais foi fundamental para forçar um reenquadramento jurídico de problemas socioculturais arraigados na sociedade brasileira. As Nações Unidas, em Assembleia do Conselho Social e Econômico, em 1992, definem violência contra a mulher como sendo: “qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada”.³³

A Constituição de 1988³⁴ estabelece o princípio geral da igualdade de gênero e, no art.226, § 8º, compromete o Estado brasileiro a proteger a família na pessoa de cada um de seus integrantes da violência no âmbito de suas relações. Destacando-se a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1994, na qual foi reconhecida, pelos governos, a discriminação sofrida pelas mulheres.

No Brasil a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher”, ratificada pelo Brasil em 1995, e mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, no artigo 1º, define a violência contra a mulher como: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.³⁵

O gênero será restritivamente compreendido como a “face social do sexo, do sexo socialmente elaborado” (PINHO, 2005, p.57). Na conceituação do que consiste violência contra a mulher, neste trabalho, centram-se as atenções no sujeito passivo mulher (vítima), na figura do agressor homem (ou uma mulher que tenha relação de afeto com a vítima), e no ato ilícito cometido no âmbito doméstico ou nas relações familiares, baseado na perspectiva de gênero. É sob este enfoque que a Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha – deve ser aplicada e que foi lançado, em 2007, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Parte-se da constatação de que o projeto de uma sociedade igualitária esbarra em práticas reprodutoras de condutas discriminatórias em relação à mulher baseadas no gênero e em estereótipos construídos durante séculos no seio de uma sociedade patriarcal e capitalista. Mesmo após décadas de luta do movimento feminista, atualmente, as principais reivindicações no Brasil dizem respeito à descriminalização do aborto, ao baixo índice de representação política e à persistência do elevado patamar da violência contra a mulher.

O uso da categoria de gênero revelou para todos o que se sentia e intuía na realidade, ou seja, que as diferenças entre homens e mulheres não se restringem apenas a definições/diferenças biológicas, existindo diferenças culturalmente construídas, que não encontram justificativa plausível naquela diferenciação³⁶ e que repercutiam no comportamento violento dos homens.

Persiste a manifestação inequívoca da aceitação de papéis socialmente diferenciados e desiguais para homens e mulheres: aos primeiros, os espaços públicos, a inteira liberdade, propriedade, acesso livre ao mercado de trabalho, o uso legítimo da força; para as mulheres, contenção de comportamento, reserva, exposição circunscrita aos espaços privados, atividades domésticas, delicadeza, sensibilidade, recato e submissão.

³³Disponível em: <<http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&langpair=en|pt&u=http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>>. Acesso em: 5 ago.2011.

³⁴A Constituição do Brasil de 1988 é considerada como uma das mais progressistas do mundo, quanto à disciplina dos direitos das mulheres (ALVARES, 1994, p. 54).

³⁵Disponível em: <<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/belem/docs/convencao.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

³⁶Cabe ainda se fazer uma diferença entre sexo biológico e sexo social. Enquanto o primeiro se relaciona às distinções biológicas entre homens e mulheres, o segundo (sexo social ou de gênero) se traduz nas diferenças socioculturais que fixam ou estabelecem os papéis de homens e mulheres em cada sociedade, institucionalizando papéis reproduzidos ao longo de gerações.

A ideia de gênero, firmada cientificamente nos anos 1980 e composta pelos aspectos físicos, psicológicos e sociais da pessoa (PINHO, 2005, p.19), está presente em todos os setores sociais, inclusive dentre as pessoas financeiramente privilegiadas e cultas³⁷, e as relações de gênero expressam relações de poder. Como destaca Margareth Rago (2004, p.31), “as palavras indicam muito das mudanças sociais e culturais de uma época, pois são carregadas de historicidade”.

4.2 AVANÇOS SOCIAIS DA MULHER

Como corrobora Belmiro Pedro Welter (apud DIAS, 2010, p. 18), “desde que o mundo é mundo humano, a mulher sempre foi discriminada, desprezada, humilhada, coisificada, objetificada, monetarizada”. A ordem social vai impondo simbolicamente a dominação masculina e a violência sobre a parcela dominada. As relações entre os sexos são socialmente definidas e estabelecem uma interdependência entre eles. Ao se definir as funções da mulher, alcança-se as que devem ser atribuídas aos homens.

A violência doméstica e familiar está baseada na percepção do gênero, que surge da relação de dominação e suposta superioridade do homem em relação à mulher, oriunda dos papéis históricos/estereotipados a eles atribuídos e da consequente distribuição desigual de poder. O homem, tido como mais forte, no patriarcado, procura se impor através da força física e simbólica, reforçando a crença culturalmente difundida de que quem representa o masculino deve ser reverenciado e obedecido (TELES; MELO, 2002, p. 18). Assim:

Nesse contexto é que surge a violência, justificada como forma de compensar possíveis falhas no cumprimento ideal dos papéis de gênero. Quando um não está satisfeito com a atuação do outro, surge a guerra dos sexos. Cada um usa suas armas: ele, os músculos; ela, as lágrimas! A mulher, por evidente, leva a pior e se torna vítima da violência masculina. (DIAS, 2010, p.21)

Inúmeros fatores influenciaram no modelo societário produzido, e essa “impressão” serve ao propósito de apontar como o comportamento humano está ligado diretamente aos modelos formados e, muitas vezes, impostos pela própria sociedade. Nas últimas décadas, inúmeros foram os avanços sociais das mulheres brasileiras na política (eleição da primeira presidenta do Brasil), na educação (maior escolarização das mulheres), no mercado de trabalho e na economia³⁸. Contudo, mesmo nos segmentos nos quais se constata avanços, permanece o elevado patamar de desigualdade de gênero (SIMÕES; MATOS, 2010, p. 21), refletido, com acento, no espaço doméstico e familiar e expresso em seu maior reflexo, na violência contra as mulheres.

“A sociedade insiste em outorgar ao macho um papel paternalista, exigindo uma postura de submissão da fêmea [...] e a ideia da família como uma entidade inviolável, não sujeita à interferência nem da Justiça, faz com que a violência se torne invisível, pois é protegida pelo segredo” (DIAS, 2010, p. 21 e 24), e, deste modo, percebe-se que instituições que deveriam combater reproduzem a violência de gênero e, mesmo que disfarçadamente, recriminam a independência da mulher moderna.

Contudo, a incorporação pelo Estado das demandas dos movimentos de mulheres, através da criação de Conselhos de Direitos da Mulher, das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher,

³⁷“Rigorosamente, o único consenso existente sobre o conceito de gênero reside no fato de que se trata de uma modelagem social, estatisticamente, mas não necessariamente, referida ao sexo. Vale dizer que o gênero pode ser construído independentemente do sexo. O consenso, entretanto, termina aí” (SAFFIOTI, 2001, p. 129).

³⁸Na percepção de Solange Simões e Marliane Matos (2010, p. 16), vive-se uma nova onda do movimento feminista caracterizada pelo processo de democratização de gênero, consequência das alterações “institucionais, econômicas e culturais que são resultados inequívocos da participação feminina nos movimentos sociais e políticos nos quais elas se engajaram quando da transição do regime militar (ao longo dos anos 1970) para a democratização do País (nos anos 1980). São resultados também de processos de institucionalização de demandas sociais combinadas ao esforço de implementação de outros formatos e desenhos de políticas públicas”.

Programas de Atendimento Integral à Saúde da Mulher, Secretarias e Coordenadorias dos Direitos das Mulheres nos três níveis federativos, além de órgãos de atuação específica, em diversas instituições, voltada à prevenção e repressão da violência contra a mulher, significou um importante avanço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito, que, conservadoramente, através de seus atores, continua resistente à consideração da categoria gênero e à interpretação inclusiva e valorativa das normas, é um entrave ao respeito à dignidade humana das mulheres e ao direito de uma vida sem violência.

Na análise da situação da mulher, os aspectos sociais e culturais historicamente estabelecidos são fundamentais para compreender a legislação e os fins aos quais se destina, especificamente, a legislação voltada ao combate da violência contra a mulher³⁹. Citado conservadorismo, de certa forma, reflete o modelo familiar patriarcal, dentro do qual estão dispostos deveres para homens e mulheres, de maneira assimétrica e no qual a resistência feminina desencadeia o uso do poder e da força⁴⁰, inclusive, como instrumento de manutenção da estrutura da ordem social.

Restou demonstrado no presente artigo que o significado do termo gênero é relevante para a Antropologia, a Sociologia e o Direito, pois a categoria gênero demonstra a realidade sobre a questão da desigualdade sociocultural entre homem e mulher, que, influenciando diretamente na vida social de ambos os sexos, tem como consequência o surgimento de situações de submissão da mulher e ressaltando ainda mais a superioridade masculina.

Ao lume das gerações dos direitos fundamentais e do reflexo constitucional ou neoconstitucional que se vivencia, a inclusão deverá ser um norte hermenêutico. Deste modo, a consideração do gênero, categoria evidenciada após os movimentos feministas, apresenta-se apta para operar esta inclusão, inclusive, no plano jurídico que deve ser transformador.

Assim, baseados na percepção de gênero, tais movimentos feministas lutam para desconstituir o padrão social de gênero influenciado historicamente pela sociedade patriarcal, buscando uma transformação social, de modo a garantir o direito de proteção e dignidade às mulheres.

No cenário atual, percebe-se ainda um elevado índice de violência contra a mulher, e, apesar de ter alcançando várias conquistas sociais, existe a visível desigualdade entre homens e mulheres, carecendo estas de uma proteção jurídica diferenciada. Este fato não desvirtua o princípio da igualdade, visto que a igualdade consagrada na Constituição Federal objetiva uma igualdade de fato, em que a dignidade deve ser válida para todos, independentemente de gênero.

Conclui-se que a modificação de uma cultura de subordinação de gênero requer uma transformação da cultura machista e patriarcal para uma sociedade que defenda os direitos da mulher, admitindo-os como verdadeiros direitos humanos.

REFERÊNCIAS

³⁹ Durante muito tempo a questão da violência contra a mulher, no espaço doméstico e nas relações familiares, não recebeu a devida atenção dos poderes públicos e visibilidade social, até porque "o conhecimento desta violência até há pouco ignorada, ou considerada destituída de sentido, vem se consolidando pelo fato de que é no plano das relações assimétricas de poder entre homem e mulher que devem ser buscados os fundamentos que produzem e reproduzem essa forma de violência observada" (FERREIRA, 2010, p. 111).

⁴⁰ Os mecanismos de uso da força por homens e mulheres são diferentes até porque estas não têm um projeto de dominação (consecutório a todo um modelo de estrutura social), não existindo simetria de poderes nas relações conjugais, as mulheres estão mais vulneráveis em razão da maior força física dos homens, e o número de vítimas mulheres é muito maior que o de homens.

- AGUIAR, Neuma. Cidadania, concubinato e patriarcado: relações de gênero e direitos civis na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: PANDOFI, Dulce Chaves et al. (Org.). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ALVARES, Sonia. The (Trans)formation of feminism and gender politics in Democratizing Brazil. In: JAQUETTE, Jane S. (ed.). The women's movement in Latin America. Boulder: Westview Press, 1994.
- AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e segurança pública: a juridicidade operacional da polícia. Consulex, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/historico/origem.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2010.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1981.
- CAMPOS, Adriana Pereira. Ambiguidades da construção da ordem no Brasil: escravos, polícia e senhores no Oitocentos. Revista de História Unisinos, v. 10, n. 3, set./dez. 2006.
- DAHL, TovoStang. O direito das mulheres: uma introdução à teoria do direito feminista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei n. 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORI, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010.
- FEITOSA, Gustavo. A cidadania segundo a Polícia Militar. Fortaleza, 2000. Dissertação (mestrado) – Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário básico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERREIRA, Eliane Schmaltz. Entre fios e tramas – A ampliação da violência denunciada. In: SOUZA, Márcio Ferreira de (org.). Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.
- FIUZA, Bruno. Revista História viva. São Paulo: Duetto Editorial, ano VIII, n.93, 2011.
- FLORY, Thomas. El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FRAISSER, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dirs.). História das mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1991.
- GAVILANES, Hilda Alejandra; AGUIAR, Neuma. Patriarcado e gênero na análise sociológica do fenômeno da violência conjugal/gênero. In: SOUZA, Márcio Ferreira de (Org.). Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.
- GUIMARÃES, Luiz Antônio Brenner. Valores institucionais, a prática policial militar e a cidadania. Revista Unidade, Porto Alegre, n. 41, p.45-85, jan./mar. 2000.
- HERMANN, Leda Maria. Maria da Penha Lei com nome de mulher. Campinas: Servanda, 2008.

- _____.Violência doméstica: a dor que a lei esqueceu – Comentários à Lei dos Juizados Especiais. Campinas: Servanda, 2004.
- HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (orgs.). Linguagem, gênero e sexualidade. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010.
- LAVORENTI, Wilson.2009, Violência e discriminação contra a mulher: tratados internacionais de proteção e o direito penal brasileiro. Campinas, SP: Millennium Editora, 2009.
- LIMA FILHO, Altamiro de Araújo. Lei Maria da Penha: comentários à Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. São Paulo: Mundo Jurídico, 2008.
- LOGEAY, Anne. Homem e mulher – 200 anos de amor e poder. Revista História Viva, São Paulo: Duetto, ano VIII, n.93, 2011.
- MARIANO, Silvana Aparecida. Cidadania sexuada feminina: a inclusão das mulheres na política de assistência social. In: SOUZA, Márcio Ferreira de (org.). Desigualdades de gênero no Brasil:novas ideias e práticas antigas.Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.
- MARTINS, Eduardo. Vigiar para punir: os processos-crime de termos de bem viver, espaço Michel Foucault. Disponível em: <www.filoesco.unb.br/foucault>. Acesso em: 19 out. 2010.
- _____.Os termos de bem viver: discurso da vadiagem no Império do Brasil. Revista de Divulgação Cultural:RDC, Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, v. 14, n. 44, abr./jul. 1991.
- NEVES, Genivaldo Silva das. A presença da policial feminina com características afrodescendentes na polícia militar da Bahia. UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_genivaldoneves.pdf>. Acesso em: 16 out. 2010.
- OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Para uma crítica da razão androcêntrica:Gênero, homoerotismo e exclusão da ciência jurídica. Revista Sequência, Florianópolis, n. 48, p. 41-72, jul. 2004.
- OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (org.). Linguagem, gênero e sexualidade.Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010.
- PATEMAN, Carole. O contrato sexual. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PINHO, Leda de Oliveira. Princípio da igualdade – Investigação na perspectiva de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.
- RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI–Ou carta de alforria. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES: MITO E REALIDADE. Coleção SOCIOLOGIA BRASILEIRA, volume 4. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Cadernos Pagu, n.16, p.115-136, 2001.

_____. Cadernos de Crítica Feminista, Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, ano III, n.2,2009.

SALES, Lilia Maia de Moraes; ALENCAR, Emanuela Cardoso O. de; FEITOSA, Gustavo Raposo. Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. Sequência– Revista do Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC, Santa Catarina, ano XXVIII, n. 58, jul. 2009.

SÃO PAULO. On-line. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/institucional/historico/origem.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). Dimensões da dignidade – Ensaio de filosofia do direito e direito constitucional.2. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.

SCARDUELI, Márcia Cristiane Nunes. A questão de gênero presente no discurso de policiais sobre a Delegacia da Mulher. Centro de Ciências Humanas, Linguagens e Artes – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Anais da CELSUL, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: a Suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, José Afonso da. Comentário contextual à Constituição. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SIMÕES, Solange; MATOS, Marlise. Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. In: SOUZA, Márcio Ferreira de (org.). Desigualdades de gênero no Brasil: Novas ideias e práticas antigas. Belo Horizonte: Argvmentvum, 2010.

SOIHET, Rachel. INCAO, Mulheres pobre e violência no Brasil urbano. In: PRIORI, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2010, p363-400.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VIEIRA, Rosa Maria. O juiz de paz, do Império aos nossos dias. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

A DEFENSORIA PÚBLICA COMO PROTAGONISTA NO COMBATE AO ENCARCERAMENTO EM MASSA DE MULHERES NO BRASIL

A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE MÃE NO ARTIGO 318, V, CPP

CAUÊ BOUZON MACHADO FREIRE RIBEIRO¹
RAFAELA MARQUES DE SOUZA²

INTRODUÇÃO

O problema do Poder Público no Brasil em lidar com a superpopulação carcerária não é nenhuma novidade. As cadeias, centros de detenção provisória e presídios são, em sua maioria, verdadeiros depósitos lotados de seres humanos. Tanto isso é verdade que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu o chamado “estado de coisas inconstitucional” no que diz respeito ao sistema prisional no Brasil. Esta expressão foi utilizada no julgamento da ADPF 347, em que se reconheceu um quadro de violação massiva persistente dos direitos fundamentais dos presos.

Apesar de não ser novidade a situação caótica dos presídios nacionais, inclusive com reconhecimento expresso do STF, a verdade é que os mais afetados por essa total ausência de estrutura nas cadeias sempre foram os homens, até pouco tempo atrás maioria esmagadora da população carcerária.

Nos últimos anos, sobretudo devido ao insano “combate às drogas”, o encarceramento de mulheres se tornou muito mais comum. Segundo dados da ONG Conectas, datados de maio de 2018, o Brasil já é o quarto país do mundo com maior número de mulheres presas, perdendo apenas para os Estados Unidos, a China e a Rússia. Entre estas nações, no entanto, o Brasil se destaca na evolução da taxa de aprisionamento do gênero feminino: aumento de 455%, entre 2000 e 2016.

Dados do Infopen apontam que em dez anos de vigência da lei de drogas (Lei n. 11.343/2006), o número de mulheres presas cresceu 145%. No mesmo período, o número de detentas que respondem por crimes relacionados a drogas aumentou 207%, chegando a quase 18 mil pessoas. Em junho de 2016 já eram quase 45 mil mulheres presas, sendo 45% delas presas provisórias, ou seja, sem condenação, e 62% delas denunciadas por tráfico de drogas. O dado que mais chama a atenção é o de que 74% das mulheres presas hoje no Brasil são mães!

Percebendo este quadro de aprisionamento em massa de mulheres mães, o legislador pátrio, em 2016, publicou a Lei n. 13.257/16, que dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância. Através desta lei foi inserida a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar em casos que envolvessem gestantes e mulheres mães de crianças, a fim de assegurar que as crianças recebam os cuidados necessários e que não sejam prejudicadas pela prisão de sua genitora.

A mensagem do legislador com o advento desta lei foi a de dar efetividade ao princípio da intranscendência das penas. Esta norma prevê que a pena não poderá passar da pessoa do condenado, não

¹Defensor público do Estado do Paraná. Atualmente lotado na comarca de Umuarama

²Estagiária da Defensoria Pública do Estado do Paraná

podendo servir como punição aos filhos, parentes e amigos da pessoa autora de crime.

Esta lei e as mudanças no art. 318 do Código de Processo Penal merecem elogios e contribuem para a diminuição da superpopulação carcerária no Brasil, caminhando no sentido da garantidos direitos das crianças, na forma do art. 227 da Constituição Federal. Ocorre que, o quadro é tão grave que nem mesmo com o advento desta lei podemos perceber uma melhoria real nas cadeias femininas do Brasil.

Pensando nisso, a Defensoria Pública começou a apresentar teses com o intuito de ampliar a aplicação do art. 318 do CPP, para que fosse possível atingir mais mulheres do que as já previstas expressamente na letra da lei, conseqüentemente, garantir melhores condições às crianças que tiveram a figura mais importante na sua criação encarcerada. Dessa forma, mais mulheres poderiam se beneficiar da possibilidade de substituição da prisão preventiva em prisão domiciliar, contribuindo para a diminuição da superpopulação carcerária no Brasil e fortalecendo o princípio da intranscendência das penas.

DA PROTEÇÃO ÀS MULHERES ENCARCERADAS NO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Desde 1955, existem no âmbito do sistema global de Direitos Humanos as regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de reclusos, atualizado em 2015 (Regras Mínimas de Mandela). Apesar de esse documento ser aplicável a todas as pessoas sem discriminação, fato é que o encarceramento em massa de mulheres por todo o mundo exigia a edição de Regras Mínimas específicas para elas.

Surgem então, em 2010, durante a 65ª Assembleia Geral da ONU, as Regras de Bangkok, que complementam as regras mínimas para o tratamento de reclusos e as regras mínimas das Nações Unidas sobre medidas não privativas de liberdade, conhecidas como Regras de Tóquio, adotadas em 1990. Essas regras propõem olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário.

Especificamente em relação ao encarceramento de mulheres, as Regras de Bangkok [1], visando minorar o número de mulheres encarceradas, demonstram que os julgadores devem sempre priorizar medidas alternativas à prisão e não devem separar as mulheres em conflito com a lei de suas famílias. As regras de n. 57 e n. 58 são de suma importância nesse sentido e merecem ser destacadas:

Regra 57 As provisões das Regras de Tóquio deverão orientar o desenvolvimento e a implementação de respostas adequadas às mulheres infratoras. Deverão ser desenvolvidas, dentro do sistema jurídico do Estado membro, opções específicas para mulheres de medidas despenalizadoras e alternativas à prisão e à prisão cautelar, considerando o histórico de vitimização de diversas mulheres infratoras e suas responsabilidades de cuidado.

Regra 58 Considerando as provisões da regra 2.3 das Regras de Tóquio, mulheres infratoras não deverão ser separadas de suas famílias e comunidades sem que se considere devidamente a sua história e laços familiares. Formas alternativas de lidar com mulheres infratoras, tais como medidas despenalizadoras e alternativas à prisão, inclusive à prisão cautelar, deverão ser empregadas sempre que apropriado e possível.

As Regras de Bangkok também apresentam uma preocupação com as mulheres que são mães e com as consequências de seu aprisionamento na vida de seus filhos. A regra de n. 68 é exemplo desta preocupação.

Regra 68 Serão envidados esforços para organizar e promover pesquisa sobre o número de crianças afetadas pelo conflito de suas mães com o sistema de justiça criminal, e o encarceramento em particular, e o impacto disso nas crianças, com o intuito de contribuir para a formulação de políticas e a elaboração de programas, considerando o melhor interesse das crianças.

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do *Habeas Corpus* n. 126.107/SP [2], impedido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, utilizou como fundamento as Regras de Bangkok para conceder o *habeas corpus* e substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar para mulher mãe de um recém-nascido.

A importância do instrumento internacional se mostra assim de suma importância, sendo certo que cabe às Defensorias Públicas de todo o Brasil valer-se das Regras de Bangkok para diminuição do número absurdo de mulheres presas hoje no País.

A EVOLUÇÃO DA REDAÇÃO DO ART. 318 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

A princípio, importante destacar que a prisão domiciliar como possibilidade de substituir a prisão preventiva foi introduzida ao Código de Processo Penal com o advento da Lei n. 12.403/2011. Anteriormente à referida lei, o art. 318 do Código de Processo Penal tratava sobre a apresentação espontânea do acusado à prisão.

Conforme ensinam os doutrinadores Pacelli e Fischer [3], a prisão domiciliar prevista no art. 318 do Código de Processo Penal não se confunde com o recolhimento domiciliar previsto no art. 319 do mesmo diploma. Enquanto esta é uma medida cautelar propriamente dita, aquela é substitutiva de uma prisão preventiva decretada anteriormente.

Na redação introduzida pela Lei n. 12.403/2011 se verifica que, até aquele momento, só era possível substituir uma prisão preventiva por domiciliar nos casos em que o agente fosse maior de oitenta anos; extremamente debilitado por doença grave; imprescindível aos cuidados especiais de menor de seis anos de idade ou com deficiência; gestante a partir do sétimo mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

O inciso V, que tratamos neste artigo, só foi incluído ao art. 318 com a edição da Lei n. 13.257/16, que dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância e alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei n. 11.770/08. Conforme o art. 3º da lei supramencionada, tais mudanças visam assegurar os direitos da criança, do adolescente e do jovem, sendo dever do Estado estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral.

Assim, no Código de Processo Penal, além do inciso V do art. 318 houve mudanças significativas que garantem que as crianças e os adolescentes recebam os cuidados necessários, e não fiquem desamparados em caso de prisão de sua genitora.

A partir da vigência da lei, as autoridades, policial e judicial ficam obrigadas a averiguar a situação dos filhos menores das pessoas presas, de acordo com a inclusão do inciso X, no art. 6º, §4º, no art. 304 e §10, no art. 185.

Além disso, foi aumentado o rol do art. 318, de agentes passíveis de terem sua prisão preventiva substituída por prisão domiciliar. Foi alterado o inciso IV, e incluídos os incisos V e VI, onde, respectivamente, conferiram a possibilidade de tal benefício também à gestante, mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos e homem, caso seja o único responsável pelos cuidados de filho de até 12 anos de idade incompletos.

Acerca das mudanças ocorridas no art. 318 do Código Penal, ensina o doutrinador Lopes Jr [4]:

A demonstração da existência da situação fática autorizadora da prisão domiciliar poderá ser feita pela via documental (certidão de nascimento) ou perícia médica, conforme a especificidade do caso e do que se pretende comprovar. A Lei n. 13.257/2016 ampliou o rol de cabimento da substituição para incluir as situações de gestante, mulher com filho de até 12 anos incompletos e homem, quando for o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 anos incompletos. A tutela aqui está voltada para os cuidados que a criança exige e, no caso da gestante, da qualidade de vida dela e do feto. Não mais exige o dispositivo legal que a gestação seja de alto risco ou que esteja com mais de 7 meses. Basta a comprovação da gravidez para a substituição ser concedida. Trata-se de proteção de caráter humanitário e, em todos os casos, plenamente justificada, bastando a comprovação idônea da situação descrita no dispositivo legal.

Especificamente acerca do inciso V, objeto deste artigo, existe certa discussão doutrinária acerca de sua aplicação. A divergência tange se somente o fato de a mulher possuir um filho menor de 12 anos já poderia ser beneficiada pela substituição da prisão preventiva pela domiciliar, ou se seria necessário comprovar que ela é a única responsável pela criança.

Acerca do tema, o autor Renato Brasileiro [5] entende que somente o fato de a mulher ter filho até 12 (doze) anos incompletos não dá a ela o direito de ter sua prisão preventiva por prisão domiciliar:

A nova hipótese de substituição da prisão preventiva pela domiciliar prevista no inciso V do art. 318, com redação dada pela Lei n. 13.257/16, visa atender ao melhor interesse da criança (CF, art. 227, caput), permitindo que mãe e filho façam uso do direito à convivência familiar em local diverso do cárcere. Também encontra raízes em importante documento internacional intitulado Regras de Bangkok, que são Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Tais regras propõem um olhar diferenciado para as especificidades de gênero no encarceramento feminino, tanto no campo da execução penal, como também na priorização de medidas não privativas de liberdade, ou seja, que evitem a entrada de mulheres no sistema carcerário. O novel inciso V do art. 318 do CPP deve ser interpretado com extrema cautela. Isso porque, à primeira vista, fica a impressão de que o simples fato de a mulher ter filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos daria a ela, automaticamente, o direito de ter sua prisão preventiva substituída pela prisão domiciliar, o que não é correto. Na verdade, se considerarmos que o próprio Marco Civil da Primeira Infância introduziu diversas mudanças no CPP, tornando obrigatória a colheita de informações da(o) investigada(o) quanto à existência de filhos, respectivas idades, se possuem al-

guma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos (CPP, art. 6o, inciso X, art. 185, §10, art. 304, §4º, todos com redação determinada pelo art. 41 da Lei n. 13.257/16), fica evidente que, para fins de concessão do benefício da prisão domiciliar cautelar sob comento, incumbe à interessada comprovar que não há nenhuma outra pessoa que possa cuidar do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Logo, se houver familiares (v.g., avó, tia, pai) em liberdade que possam ficar responsáveis por esse filho, não há por que se determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar.

Por outro lado, o entendimento dos autores Távora e Alencar [6] diverge do supramencionado, bastando como requisitos, para ter direito a prisão domiciliar, a mulher ter filho com 12 (doze) anos incompletos e compatibilidade para exercer o poder familiar:

As duas novas hipóteses de substituição de prisão preventiva por prisão domiciliar estão regradas no inciso V e VI, do art. 318, do CPP. O primeiro assegura a possibilidade daquela providencia quando a pessoa investigada ou acusada se tratar de “mulher com filho até 12 (doze) anos de idade incompletos”. O segundo, por seu turno, prevê a mesma solução quando se cuidar de “homem, caso seja o único responsável pelos cuidados de filho até 12 (doze) anos de idade incompletos”.

Vale dizer, sendo mulher, com filho de até 12 anos de idade incompletos, não se exige que ela seja a única responsável pelos cuidados daquele. Ela pode, então, contar com a ajuda de terceira pessoa, tal como cônjuge, companheiro ou outro membro da família. No entanto, a necessidade deve ser comprovada com documentos que evidenciam, por exemplo, a residência comum da mulher relativamente ao seu filho de até 12 anos. Também é intuitivo que a genitora presa deva ter condições jurídicas de exercer o poder familiar, sem incompatibilidades.

Consoante a este último entendimento, vale destacar que o legislador colocou a condição de imprescindibilidade de cuidado para o filho apenas no inciso VI do art. 318 do Código de Processo Penal. Assim, entende-se que a mãe pode sim contar com a ajuda de terceira pessoa na criação do filho e mesmo assim ter direito a substituição de sua prisão preventiva por prisão domiciliar.

DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O TEMA

Menos de dois anos após a entrada em vigor da Lei n. 13.257/2016, o Supremo Tribunal Federal foi provocado para se manifestar sobre o tema. O *Habeas Corpus* n.143.641/SP [7], de relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, foi julgado em 20 de fevereiro de 2018 e presta um papel essencial ao estudo do direito das mulheres encarceradas, sobretudo das gestantes, puérperas, mães de crianças e mães de pessoas com deficiência.

A Defensoria Pública estava presente e o defensor público-geralfederal, em sua sustentação oral, citou precedentes do STF e do Superior Tribunal de Justiça para sustentar o cabimento de *habeas corpus* coletivo.

No que diz respeito ao mérito, destacou que “não é preciso muita imaginação” para perceber os impactos do cárcere em recém-nascidos e em suas mães: a criança nascida ou criada em presídios fica afastada da vida regular.

Também falaram da Tribuna representantes da sociedade civil como as advogadas do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, que também defenderam o cabimento do *habeas corpus* coletivo, afirmando que apenas um instrumento com esta natureza pode fazer frente a violências que se tornaram coletivizadas. Para elas, trata-se do caso mais emblemático de violência prisional com violação aos direitos humanos.

Também se manifestaram durante a sessão defensores públicos de São Paulo e do Rio de Janeiro e representantes da Pastoral Carcerária, do Instituto Alana, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e do Instituto de Defesa do Direito de Defesa.

O Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de inúmeras mulheres grávidas e mães de crianças que estão cumprindo prisão preventiva em situação degradante, privadas de cuidados médicos pré-natais e pós-parto. Além disso, não há berçários e creches para seus filhos.

O Supremo Tribunal Federal afirmou também que existe no Poder Judiciário brasileiro uma “cultura do encarceramento”, que significa a imposição exagerada e irrazoável de prisões a mulheres pobres e vulneráveis, em decorrência de excessos na interpretação e na aplicação da lei penal e processual penal, mesmo diante da existência de outras soluções, de caráter humanitário, abrigadas no ordenamento jurídico vigente.

A Corte admitiu que o Estado brasileiro não tem condições de garantir cuidados mínimos relativos à maternidade, até mesmo às mulheres que não estão em situação prisional.

Diversos documentos internacionais preveem que devem ser adotadas alternativas penais ao encarceramento, principalmente para as hipóteses em que ainda não haja decisão condenatória transitada em julgado. É o caso, por exemplo, das Regras de Bangkok.

Os cuidados com a mulher presa não se direcionam apenas a ela, mas igualmente aos seus filhos, os quais sofrem injustamente as consequências da prisão, em flagrante contrariedade ao art. 227 da Constituição Federal, cujo teor determina que se dê prioridade absoluta à concretização dos direitos das crianças e adolescentes.

Diante deste quadro, entendeu o Supremo Tribunal Federal que se deve dar estrito cumprimento do Estatuto da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016), em especial da nova redação por ele conferida ao art. 318, incisos IV e V, do Código de Processo Penal, que preveem a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar em casos de mulheres gestantes ou com filho de até 12 anos de idade incompletos.

O ministro Ricardo Lewandowski destacou ainda que o legislador tem se revelado sensível a essa realidade e por isso foi editada a Lei n. 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância), que trouxe aspectos práticos relacionados à custódia cautelar da gestante e da mãe encarcerada, ao modificar o artigo 318 do CPP.

O relator votou no sentido de conceder a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no artigo 319 do CPP – de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças com até 12 anos sob sua guarda ou pessoa com deficiência, listadas no processo pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelo juízes que denegarem o benefício.

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria de votos, conceder habeas corpus coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, sem prejuízo da aplicação das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Neste mesmo julgamento, a Corte Constitucional apontou que a regra deve ser a concessão de prisão domiciliar para todas as mulheres presas que sejam gestantes, puérperas, mães de crianças ou de pessoas com deficiência.

Aproveitou a oportunidade do julgamento e já apontou também as exceções a esta regra, pontuando que não deve ser autorizada a prisão domiciliar se a mulher tiver praticado crime mediante violência ou grave ameaça, a mulher tiver praticado crime contra seus descendentes ou em outras situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício.

Duas observações feitas pelo juiz federal Márcio André Lopes Cavalcante [8] ao comentar o *Habeas Corpus* n. 143.641/SP merecem ser trazidas ao presente trabalho.

Pontua o escritor e magistrado federal que o raciocínio do julgamento deve ser aplicado também para adolescentes que tenham praticado atos infracionais e que a regra e as exceções exteriorizadas no julgamento também valem para a reincidente. Pontua com maestria que “o simples fato de a mulher ser reincidente não faz com que ela perca o direito à prisão domiciliar”.

Ainda em 2018 o legislador positivou no Código de Processo Penal, através da criação do artigo 318-A, pela Lei n. 13.769/2019, o entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento acima apontado.

Já em setembro de 2019, através do julgamento do *Habeas Corpus* n. 168.900/MG [9], de relatoria do ministro Marco Aurélio, o Supremo Tribunal Federal foi enfático ao decidir que nem toda mãe de criança deverá ter direito à prisão domiciliar ou a receber medida alternativa à prisão.

No caso, o Supremo Tribunal Federal reforçou que, em regra, o mais salutar é evitar a prisão e priorizar o convívio da mãe com a criança. Entretanto, deve-se analisar as condições específicas do caso porque pode haver situações em que o crime é grave e o convívio com a mãe pode prejudicar o desenvolvimento da criança.

No caso concreto, em que o pedido de substituição de prisão preventiva pela prisão domiciliar não foi aceito, a mulher foi presa em flagrante com uma enorme quantidade de armamento em sua residência. Além disso, havia indícios de que ela integra grupo criminoso voltado ao cometimento dos delitos de tráfico de drogas, disparo de arma de fogo, ameaça e homicídio.

AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE MÃE NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

No dia 9 de dezembro de 2019, a Defensoria Pública de Umuarama – Paraná, através do defensor público que escreve este artigo, requereu ao juiz da 1ª Vara Criminal daquela comarca que concedesse a possibilidade de cumprimento da prisão preventiva em casa para uma mulher acusada da prática de tráfico de drogas.

Normalmente este pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar se dá em fa-

vor de mulheres com filho até 12 anos de idade incompletos. Ou seja, via de regra, o requerimento favorecemulheres que são mães de crianças.

No caso a presa preventiva não era genitora, mas sim irmã mais velha de um grupo de três. Os outros irmãos tinham 16 e 2 anos de idade. A composição familiar se destacava, pois, a mãe da acusada e de seus dois irmãos havia falecido e o paradeiro do pai era totalmente desconhecido. Assim, na prática, a assistida da Defensoria Pública fazia papel de mãe de seus irmãos mais novos, sendo a única responsável por seus cuidados.

Percebendo essa situação atípica, a Defensoria Pública entendeu por bem tentar a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar desta irmã mais velha. A substituição visava o bem-estar do adolescente e da criança e o respeito ao princípio da intranscendência das penas.

O pedido foi instruído com a certidão de nascimento dos irmãos e com o atestado de óbito da genitora deles, visando demonstrar que a assistida é a real responsável pelos cuidados dos infantes. No mérito, a Defensoria Pública requereu a aplicação ampliada do art. 318, V e 318-A do Código de Processo Penal.

A alegação de que a interpretação de tais dispositivos legais deveria se dar de forma ampla se baseou na intenção do legislador ao elaborar a norma. A mensagem do Poder Legislativo foi no sentido de que a pena não deve passar da pessoa do apenado, de que os filhos não podem sofrer pelos atos de sua mãe, que crianças não podem restar desassistidas por erros cometidos por seus responsáveis legais.

Resumindo, o requerimento se baseava no princípio da intranscendência das penas. Os nomes das partes não serão divulgados neste artigo em respeito à criança e ao adolescente que estão envolvidos no tema.

A DECISÃO QUE AMPLIOU O CONCEITO DE MÃE DO ARTIGO 318, V DO CPP

No dia 10 de dezembro de 2019, um dia após protocolar peça requerendo a substituição da pena, o juiz de Direito titular da 1ª Vara Criminal de Umuarama proferiu decisão revogando a prisão preventiva da assistida da Defensoria Pública (autos n. 0016123-57.2019.8.16.0173). Os motivos que o levaram a tomar essa decisão são de suma importância. Nas próprias palavras do magistrado:

No presente caso, não obstante a atuada não possua filho, observa-se que é a única responsável por seus irmãos menores. Tal fato restou comprovado pela defesa e pela informação inserta nos autos em apenso (seq. 129.2), na qual o Conselho Tutelar afirmou: “averiguamos que ...(nome em sigilo) e o menor ...(nome em sigilo) se encontram com o tio provisoriamente e o menor ...(nome em sigilo) se encontra só na residência onde morava sua mãe já falecida com seus irmãos”. Pois bem, da análise dos autos, embora a atuada tenha sido presa em flagrante com aproximadamente 59kg (cinquenta e nove quilos) de “maconha”, juntamente com a atuada ...(nome em sigilo), sem adentrar na precoce análise do mérito, verifica-se que se trata de ré primária e sem antecedentes (seq. 7.1) e o comprovou possuir endereço conhecido (seq. 36.6, dos autos em apenso), de modo que, diante da excepcionalidade do caso, a prisão deve ser revogada. (grifo nosso)[10]

A interpretação ampliada foi feita pelo magistrado. O conceito de mãe restou ampliado para favorecer também a irmã mais velha que ficou responsável pelos irmãos mais novos após o falecimento ou a ausência dos pais.

A importância deste entendimento para o trabalho da Defensoria Pública na luta pela diminuição da superpopulação carcerária feminina é gigantesca. As famílias brasileiras menos favorecidas economicamente via de regra contam com estruturas familiares bem complexas e, em alguns casos, com laços entre os membros da família rompidos ou fragilizados.

Assim, não é muito raro ver nas famílias brasileiras mais pobres situações em que a irmã(o) mais velha(o) supre a figura dos genitores diante da ausência de pais. Muitas vezes, em razão de condições subumanas em que vivem milhares de pessoas no Brasil, os genitores já estão falecidos, se encontram presos, são desconhecidos ou estão ausentes.

A partir desta decisão fica claro que o conceito de “mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos”, previsto no artigo 318, V, deve ser visto de forma a abranger também a irmã que exerce esse papel de mãe. Este entendimento pode favorecer muitas irmãs privadas de liberdade que se encontram na mesma situação que se encontrava a assistida da Defensoria Pública de Umuarama. Em conversa com o magistrado responsável pela decisão, ele disse tratar-se de decisão inédita, afirmando que jamais havia concedido esse tipo de pedido, simplesmente porque jamais havia sido provocado a fazê-lo. Informou também que o pedido só foi acatado por estar a peça instruída com documentos essenciais à análise do pleito, tais como certidões de nascimento, atestado de óbito da genitora e documentos do Conselho Tutelar que provavam ser a irmã mais velha a única responsável pelos cuidados dos irmãos mais novos.

Diante do ineditismo da decisão, e pela sua importância incalculável, a Defensoria Pública do Paraná resolveu dar publicidade ao caso através de publicação de notícia sobre o fato[11]. Além da repercussão dentro da instituição, certo é que a decisão foi noticiada também por uma rede de televisão local, TV Caiuá [12].

Conforme levantado pelo Núcleo de Direito da Mulher da Defensoria Pública do Estado do Paraná, atualmente existem mais de 400 (quatrocentas) mulheres com filhos menores de 12 (doze) anos presas no Paraná. Esse número engloba presas provisórias e presas definitivas. Entretanto, nada impede que tal entendimento seja aplicado também na fase de execução de pena a fim de contribuir para a diminuição de presas no sistema carcerário e contribuir para a garantia dos direitos de seus filhos.

Aliás, conforme entendimento dos Tribunais, interpretando o art. 117 da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), firmou-se a possibilidade da prisão domiciliar também em qualquer momento do cumprimento da pena, ainda que em regime fechado:

EXECUÇÃO PENAL –HABEAS CORPUS– ROUBO MAJORADO – CONDENAÇÃO DEFINITIVA – CUMPRIMENTO DA PENA DE RECLUSÃO EM REGIME SEMIABERTO – PACIENTE COM FILHO MENOR DE 12 ANOS INCOMPLETOS – PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA – EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO – PRECEDENTES DO STF E DO STJ – CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO – ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1) Após a decisão da 2ª Turma do STF no HC n. 143.641/SP, em julgado em 20/02/2018, que tornou como regra a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar de todas as mulheres que sejam gestantes ou mãe de crianças menores de 12 (doze) anos de idade, passando a presumir a situação de dependência, a jurisprudência do STJ, interpretando o art. 117 da Lei n. 7.210/1984, firmou a possibilidade da prisão domiciliar

também em qualquer momento do cumprimento da pena, ainda que em regime fechado, seja em respeito à dignidade da pessoa humana, à proteção da maternidade e da infância ao direito das mulheres reclusas de permanecerem com seus filhos durante a amamentação e à especial proteção da família, observadas, porém, as peculiaridades de cada caso concreto. 2) Habeas corpus conhecido e parcialmente concedido. [13].

Conforme mencionado ao final da ementa, permitir que mulheres cumpram pena em prisão domiciliar ou tenham sua prisão preventiva por esta substituída é medida que assegura a dignidade da pessoa humana, a proteção da maternidade e da infância.

CONCLUSÃO

É notório que nos últimos anos aumentou o número de encarceramento de mulheres, tonando-se muito mais comum do que anteriormente, isto por inúmeros fatores. Ocorre que, muitas vezes, a prisão da mulher acaba atingindo indiretamente outras pessoas, sobretudo seus filhos.

Diante de tal situação, foi editada a Lei n. 13.257/16 que dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância. Uma das importantes mudanças trazidas por esta lei foi a inserção do inciso V no art. 318 do Código de Processo Penal. Tal dispositivo prevê a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar em casos que envolvessem mulheres mães de crianças até 12 (doze) anos incompletos.

Além disso, é necessário destacar que a lei também inseriu a possibilidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar a homens com filho menor de 12 (doze) anos incompletos, desde que seja imprescindível para os cuidados deste.

No entanto, é necessário destacar que nem sempre o núcleo familiar é composto por pai, mãe e filhos. Via de regra, as famílias brasileiras menos favorecidas economicamente, público alvo da Defensoria Pública, possuem estruturas familiares bem complexas e, em alguns casos, com laços entre os membros da família rompidos ou fragilizados. Não é incomum encontrar crianças sendo cuidadas por tios, avós, irmãos.

A introdução dos incisos V e VI no art. 318 do Código de Processo Penal visa dar efetividade ao princípio da intranscendência das penas, não permitindo que a pena do condenado passe para outras pessoas.

Tendo isso em vista, deve-se observar o rol do art. 318 como exemplificativo, e não taxativo. Dessa forma, é possível a ampliação do conceito "mãe" para atingir também a mulher responsável por criança que não seja necessariamente seu filho.

No presente artigo trouxemos uma decisão proferida pelo excelentíssimo doutorjuiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Umarama-PR, onde ele substituiu a prisão preventiva por prisão domiciliar de uma irmã responsável pelos cuidados dos outros irmãos após o óbito da mãe.

Diante do ineditismo da decisão e da possibilidade de o mesmo entendimento ser aplicado em outras comarcas de todo o Brasil, percebe-se a importância do estudo do presente caso para a melhoria das condições nos cárceres femininos, a diminuição da população carcerária feminina no Brasil e o respeito aos laços familiares que ligam as mulheres presas aos seus filhos e parentes.

Assim, acreditamos que os defensores públicos de todo o Brasil devam começar a utilizar esta tese em suas comarcas de atuação, lembrando sempre de instruir muito bem a peça processual. Através da ampla publicidade dada à decisão e ao trabalho árduo da Defensoria Pública, espera-se que novos pedidos como o ora realizado sejam elaborados por defensoras e defensores públicos, e também por advogadas e advogados de todo o Brasil.

O pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar em casos como o de Umuarama-PR serve para diminuir a superpopulação carcerária feminina, impedir o rompimento total de laços entre a criança e a mãe encarcerada e fazer com que o princípio da intranscendência das penas seja efetivamente aplicado na prática.

REFERÊNCIAS

[1] CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratora. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afb74.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2020.

[2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 126.107. Relator: Min. Carmem Lúcia, 08 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4694538>>. Acesso em: 22 maio 2020.

[3] PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 671.

[4] LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020, p. 1045-1046.

[5] BRASILEIRO, Renato. Manual de processo penal. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2019, p. 1048.

[6] TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de direito processual penal. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2019, p. 1011.

[7] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 143.641. Relator: Min. Ricardo Lewandowski, 24 de outubro de 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5183497>>. Acesso em: 22 maio 2020.

[8] CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Vade Mecum de jurisprudência: dizer o direito. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 685.

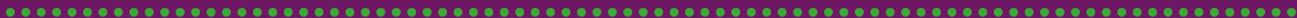
[9] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus n. 168.900. Relator: Min. Marco Aurélio, 12 de março de 2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5450674>>. Acesso em: 22 maio 2020.

[10] UMUARAMA. 1ª Vara Criminal da Comarca de Umuarama-PR. Ação Penal 0016123-57.2019.8.16.0173. Juiz de Direito Adriano Cezar Moreira, 10 de dezembro de 2019.

[11] DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. Medida cautelar diversa da prisão é aplicada em Umuarama. Disponível em: <<http://www.defensoriapublica.pr.def.br/2019/12/1699/Medida-cautelar-diversa-da-prisao-e-aplicada-em-Umuarama.html>>. Acesso em: 22 maio 2020.

[12] CAIUÁ, TV. Medida cautelar diversa da prisão é aplicada em Umuarama. Reportagem de Nayara Pessini. Umuarama: 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tatunatv/videos/medida-cautelar-diversa-da-pris%C3%A3o-%C3%A9-aplicada-em-umuarama/2543083702634987/>>. Acesso em: 22 maio 2020.

[13] AMAPÁ. Tribunal de Justiça (Secção Única). Habeas Corpus n. 0002483-18.2018.8.03.0000. Relator: Des. Agostino Silvério, 11 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://tj-ap.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/646833599/habeas-corpus-hc-24831820188030000-ap?ref=serp>>. Acesso em: 22 maio 2020.



anadep.org.br

ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

Setor Bancário Sul | Quadra 02 | Lote 10 | Bloco J | Ed. Carlton Tower | Sobrelojas 1 e 2 | Asa Sul

CEP: 70.070-120 | Brasília/DF | Brasil

Tel: +55 61 3963.1747 | Fax: +55 61 3039.1763

